

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA
PROGRAMA NACIONAL DE MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA

DOMINYQUE DOMINGOS DE OLIVEIRA

**O Ensino de Sociologia diante do programa educacional liberal conservador:
Influências do discurso antidoutrinação fomentado pelo ideário
“Escola sem Partido”.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA
PROGRAMA NACIONAL DE MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA

DOMINYQUE DOMINGOS DE OLIVEIRA

**O Ensino de Sociologia diante do programa educacional liberal conservador:
Influências do discurso antidoutrinação fomentado pelo ideário
“Escola sem Partido”.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues
Barbosa

O48e Oliveira, Dominyque Domingos de
O ensino de sociologia diante do programa educacional liberal conservador: : influências do discurso antidoutrinação fomentado pelo ideário “Escola sem Partido”. / Dominyque Domingos de Oliveira. -- Marília, 2022
133 f. : il., tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Jefferson Rodrigues Barbosa

1. Educação e Sociologia. 2. Ideologia. 3. Ensino Médio. 4. Escola sem Partido. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

DOMINYQUE DOMINGOS DE OLIVEIRA

O Ensino de Sociologia diante do programa educacional liberal conservador: Influências do discurso antidoutrinação fomentado pelo ideário “Escola sem Partido”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, na linha de pesquisa “Educação, Escola e Sociedade”, sob a orientação do Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília.

Examinadora Profa. Dra. Débora Cristina Goulart
Universidade Federal de São Paulo
Departamento de Ciências Sociais, São Paulo – Campus de Guarulhos

Examinador Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília.

Marília (SP), 30 de setembro de 2021.

Dedico este trabalho àqueles que resistem ao projeto de desmonte do ensino público brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta pesquisa pois, em tempos tão difíceis, é ainda mais necessário o apoio mútuo e solidariedade de classes como ferramentas que possibilitem a investigação científica crítica no processo de construção do conhecimento.

Agradeço a meu pai, João Martins de Oliveira, e à minha mãe, Maria Domingos, por todos os esforços que fizeram para garantir meu acesso à educação e por me ensinarem o valor de educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Esta dissertação é, sem dúvida, fruto do que me ensinaram e dos sacrifícios que fizeram. Às minhas irmãs Dayana e Daniella Domingos de Oliveira, por todo o apoio e diálogos sobre o tema. Aos meus tios Maria Ana Domingos e José Vicente de Mendonça por todo o incentivo e suporte que me deram.

Ao meu orientador Jefferson Rodrigues Barbosa, por todas as indicações, orientações, e sobretudo paciência diante das minhas dificuldades intelectuais, materiais e emocionais durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa.

À Paulo Cesar dos Santos por me mostrar, em tão pouco tempo, que o amor é possível mesmo em contextos históricos onde florescem discursos de ódio e, ainda, por me acalmar nos momentos de nervosismo. À Henrique Eduardo de Andrade Teixeira, por toda a força, apoio, incentivo e livros que me foram dados durante o tempo em que fomos companheiros.

Às minhas amigas Juliana Miranda Zaciurisk, Sahyren da Paz e Bruna Furlan por todo o acolhimento, afeto e apoio que me deram – e ainda dão – nesses anos de amizade. À minha amiga Tamyres Baratella, por ter sido a melhor companheira de trabalho que eu poderia ter, pelas flores enviadas em momentos de desespero e por todos as madrugadas em que trocamos conversas sobre os mais variados temas. Às minhas amigas Rayane dos Santos e Larissa Muniz, pelo apoio e ajuda, principalmente nos momentos de crises de ansiedade.

Aos meus alunos, por me ensinarem que o processo educativo é uma via de mão dupla e mostrarem, dia após dia, os prazeres de ser professora, ainda que em momentos tão complicadas do contexto educacional brasileiro.

“Em minha opinião, se você quiser deter a direita, é absolutamente crucial estudar o que ela faz.”

(Michael W. Apple)

Resumo

A dissertação aborda a influência do discurso antidoutrinação sobre o Ensino de Sociologia. Investiga a disseminação deste discurso através do movimento conhecido como “Escola sem Partido”. Aponta sua difusão como expressão de um processo de reordenamento de grupos de direita no Brasil, organizado por uma rede de conformação do contrapúblico ultraliberal no país. A dissertação debate a diferenciação entre Educação e Instrução, reivindicada no discurso antidoutrinação do Escola Sem Partido, como resultado de influências de alguns aspectos de concepções funcionalistas, no que tange ao debate sobre “Educação moral”, retomadas no contexto de aprofundamento do neoliberalismo. Os resultados alcançados contemplam a discussão de parte da bibliografia especializada sobre o assunto; a análise de fontes primárias como o livro “Professor não é Educador”, material da bibliografia oficial sugerida pelo movimento, e uma discussão relacionada ao conceito de ideologia. Por fim, propõe uma sequência didática que objetiva a desnaturalização do conceito de ideologia.

Palavras chave: “Escola sem Partido”; Doutrinação; Liberal conservadorismo; Ideologia.

Abstract

The dissertation addresses the influence of the anti-doctrination discourse on the Teaching of Sociology. It investigates the dissemination of this discourse through the movement known as "School without Party". It points to its diffusion as an expression of a process of reordering of right-wing groups in Brazil, organized by a network of conformation of the ultraliberal counterpublic in the country. The dissertation discusses the differentiation between Education and Instruction, claimed in the anti-doctrination discourse of the Escola Sem Parte, as a result of influences of some aspects of functionalist conceptions, regarding the debate on "moral education", resumed in the context of deepening neoliberalism. The results achieved contemplate the discussion of part of the specialized bibliography on the subject; the analysis of primary sources such as the book "Professor is not an Educator", material from the official bibliography suggested by the movement, and a discussion related to the concept of ideology. Finally, it proposes a didactic sequence that aims to denaturalize the concept of ideology.

Keywords: "School without Party"; Indoctrination; "Liberal conservatism"; Ideology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha do tempo de atualizações do blog do Movimento Escola Sem Partido.....	30
Figura 2 – Página inicial da primeira versão do blog do Movimento Escola sem Partido.....	40
Figura 3 – Cartaz Antidoutrinação da Campanha de 2008.....	46
Figura 4 – Página inicial da segunda versão (2013) do blog do Movimento Escola sem Partido.....	51
Figura 5 – Cartaz proposto pelo Programa Escola Sem Partido para ser anexado nas salas de aulas.....	55

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AfD	<i>Alternative für Deutschland</i> (Alternativa para a Alemanha)
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CMHNTM	<i>Con mis Hijos no Te metas</i> (Não se meta com meus filhos)
DEM	Democratas
FNF	<i>Frente Nacional por la Familia</i>
GT	Grupo de Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDN	Liga de Defesa Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
MESP	Movimento Escola sem Partido
MPF	Ministério Público Federal
PEN	Partido Ecológico Nacional
PESP	Programa Escola sem Partido
PL	Projeto de Lei
PT	Partido dos Trabalhadores
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
STF	Supremo Tribunal Federal
UNB	Universidade de Brasília

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
1. CARACTERIZAÇÃO DO IDEÁRIO ESCOLA SEM PARTIDO: FORMAÇÃO, DIFUSÃO E MODUS OPERANDI.....	26
1.1. Atuação política por meio do uso de mídias digitais: o Movimento Escola sem Partido no processo de conformação do contrapúblico ultraliberal no Brasil.....	32
1.2. Objetivos, táticas e estratégias do Movimento Escola sem Partido.....	43
1.3. Alianças em torno do Programa Escola sem Partido	52
2. O DISCURSO ANTIDOUTRINAÇÃO COMO DISSIMULAÇÃO IDEOLÓGICA DA REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL BRASILEIRA.....	62
2.1. Professor não é Educador? Concepções funcionalistas presentes no discurso antidoutrinação.....	69
2.2. O projeto educacional de matriz liberal conservadora: a ideia de doutrinação como legitimadora do desmonte do Sistema de Educação Pública.	77
2.3. “Lei da Mordaza”: projeto de contenção do processo de popularização da defesa da educação pública.....	84
2.4. Da necessidade à motivação: As consequências do avanço do discurso do ESP para o ensino de sociologia e ação consciente para o combate de suas manifestações em sala de aula.....	92
3. UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA DESNATURALIZAÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA.....	97
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
5. FONTES DOCUMENTAIS	121
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

INTRODUÇÃO

Os projetos de lei que fazem parte do Programa Escola sem Partido (PESP) passaram a ser disseminados na sociedade brasileira a partir de 2014 quando, o até então deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), encomendou a Miguel Nagib – fundador do Movimento Escola sem Partido (MESP) –, a redação do PL n°2974/2014. Baseado em uma suposta doutrinação dos professores sobre seus alunos, este projeto propunha a afixação de um cartaz contendo os “Deveres do Professor” (no sentido de impedir a doutrinação) em todas as salas de aulas do ensino público e privado.

Seguindo as proposições contidas na encomenda realizada por Flávio Bolsonaro a Miguel Nagib, os projetos de lei seguintes objetivaram instituir o PESP por meio da alteração da legislação educacional. Inicialmente apresentado à ALERJ, o PESP logo foi apresentado também em outras instâncias dos entes federados. A primeira proposta em âmbito municipal foi realizada também no Rio de Janeiro, através PL 867/2014 apresentado à Câmara de Vereadores da cidade pelo vereador Carlos Bolsonaro (PP/RJ), irmão de Flávio.

Já em âmbito federal, o primeiro projeto encaminhado ao Congresso que visou instituir o PESP foi o PL n°867/2015. Proposto por Izalcí Lucas – à época deputado federal pelo PSDB/DF – o referido projeto objetivou a alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 através da inclusão, em seu artigo 2º, do “[..] direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que estejam de acordo com suas próprias convicções” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015a). Justificativa presente também no PL n°1411/2015 – elaborado por Rogério Marinho (PSDB/RN) – que visou tipificar o “ato de doutrinar” como crime de assédio ideológico.

Ainda em 2014, Erivelton Santana (até então no PSC/BA) apresentou à Câmara dos Deputados Federais os PL’s 7180/2014 e 7181/2014 que, posteriormente, foram apensados ao PL n°867/2015 por conterem propostas parecidas¹. Tendo sido proposto três meses antes da apresentação de Flávio Bolsonaro à ALERJ, o PL 7180/2014 não arbitrava pela instituição do PESP. Contudo, a argumentação baseada no “direito dos pais à educação moral de seus filhos

¹ MOURA (2016, p.32) apresenta que, além dos projetos 7180/2014 e 7181/2014, outros dois projetos de lei foram apensados ao PLn°867/2015. São eles: o PL n°1859/2015 e o n°5487/2016.

de acordo com as suas próprias convicções”, principal justificativa do PESP para sua aprovação, já se fazia presente.

Utilizado como referência para elaboração dos demais projetos, o projeto de lei proposto por Flávio Bolsonaro principiou a tentativa de institucionalização do PESP como diretriz para alteração das políticas educacionais. Fundamentado no ideário antidoutrinação o PESP propõe o cerceamento da autonomia docente por meio da articulação entre parlamentares reacionários e conservadores que compactuam com a noção da família como instituição responsável pela educação moral das crianças. Deste modo, o início do PESP foi um incentivo capitaneado e impulsionado pelo que, mais tarde, veio a ser chamado de “Bolsonarismo”. Ideia reforçada pelo fato de todos os parlamentares citados até o momento terem sido apoiadores de Jair Messias Bolsonaro em sua campanha eleitoral para a presidência, em 2018.

Diante deste cenário, o campo educacional tem sido nitidamente influenciado pelo movimento conhecido como Escola sem Partido. Em 11 de dezembro de 2018, a Câmara dos Deputados arquivou os projetos de lei que propunham a incorporação dos princípios defendidos pelo PESP às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Baseados no “diagnóstico de doutrinação”, os projetos de lei que constituem o PESP promovem a criminalização do papel político do professor, através do seu enquadramento como crime de “assédio ideológico.

Por seu teor persecutório, a propositura dos projetos que fazem parte do PESP, qualificados como “Lei da Mordaza”, gerou intensas polêmicas. Chegou, inclusive, a ser considerada inconstitucional², o que motivou à realização de consultas e audiências públicas, além da criação de uma comissão especial de estudo para análise da questão. Entretanto, ainda que apresentado o caráter inconstitucional de tais projetos de lei, chama atenção as declarações do presidente da comissão especial do tema, Marcos Rogério (DEM-RO), e do deputado Flavio Augusto da Silva, conhecido por “Flavinho” (PSC-SP) – relator do parecer favorável à proposta – diante do arquivamento do PL nº7180/2014.

² A primeira manifestação pautada na inconstitucionalidade ocorreu em 22/07/2016 quando o MPF – por meio da procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat – encaminhou ao Congresso Nacional nota técnica (01/2016 PFDC) em que apontava os preceitos inconstitucionais do projeto que buscava incluir o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional. Posteriormente, houve outras manifestações favoráveis à inconstitucionalidade, desta vez por parte do STF, abordadas mais à frente.

Embora tenham ressaltado a importância da presença da oposição, para o adiamento da votação³, ambos os deputados não consideraram este encaminhamento como uma derrota aos favoráveis do projeto. O presidente da comissão apontou a decisão de arquivamento como consequência da falta de quórum para votação do PL e da agenda apertada por parte da comissão. Todavia, afirma que

O tema foi para o debate. Está nas escolas, nas igrejas, nas ruas. Aliás, o tema esteve no debate presidencial. Esse projeto cumpriu um papel fundamental. Ele fez a sociedade olhar para uma situação que até então era desconhecida (SEABRA, 2018).

Por sua vez, o relator Flavinho (Flavio Augusto da Silva) considerou que houve vitória e declarou que “O fato de a gente ter conseguido trazer luz para esse problema dentro das escolas brasileiras já fez com que pais, alunos e professores, que eram perseguidos, tivessem consciência dos seus direitos” (SEABRA, 2018).

Por sua vez, o Movimento Escola sem Partido (MESP) tem contribuído para a difusão do discurso antidoutrinação desde 2004, ano de sua fundação. É reivindicado por seus apoiadores como um movimento social que visa combater a doutrinação ideológica nas escolas, entendida pelo grupo como um abuso exercido pelos professores sobre os estudantes, com vistas à manutenção de uma suposta hegemonia do que denominam por “cultura de esquerda” na educação. Deste modo, constitui-se enquanto um *think tank*⁴ de direita que atuou por mais de 15 anos e que visa o enfrentamento a concepções progressistas no campo cultural e ideológico, no qual o ser “*sem partido*” almeja indicar a existência de uma pretensa neutralidade.

Inicialmente, este *think tank* focou em provar a existência da doutrinação por meio de testemunhos. Depois, buscou influenciar de modo mais incisivo, as decisões acerca das

³ As declarações consistem em entrevistas dos ex-deputados, dadas ao site de notícias da própria Câmara, quando do arquivamento do PL nº 7180/14. Na fonte citada, a “obstrução da oposição” aparece como um dos fatores que contribuíram para o adiamento da votação da proposta a ser retomada pela legislatura seguinte. Nesta mesma reportagem, há falas tanto de Marcos Rogério quanto de Flavinho parabenizando a presença sistemática da oposição nos debates realizados.

⁴ Rocha (2015) apresenta os *think tanks* como “[...] instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas”. Independentes ou associadas a grupos de interesse específicos, tais instituições possuem um espectro que “vai do “profissionalismo politicamente desinteressado” em um extremo ao “ativismo político orientado ideologicamente” em outro [...]”. Atuam, portanto, como mecanismos de pressão junto a instituições e sociedade civil que visam influenciar a conjuntura política (ROCHA, 2015, p.262).

políticas educacionais através de campanhas voltadas à realização de ações e petições públicas, que já delineavam as justificativas e os *conceitos nucleares* que fundamentam seu discurso e propostas. A transposição de seus princípios em forma de projetos de lei consiste, então, em um amadurecimento tático possível mediante a realização de uma aliança junto a “um projeto reacionário de educação” representado por líderes parlamentares dos “segmentos mais conservadores das religiões cristãs” (MOURA, 2016, p.14).

Tal projeto busca conter o processo de laicização e secularização do Estado e possui um programa político próprio, independente à aprovação dos projetos de lei referentes ao PESP. Ao MESP interessava, via aprovação do PESP nas esferas parlamentares, a institucionalização de seu discurso antidoutrinação como diretriz às normativas educacionais para os sistemas de ensino. Foi através da aliança entre os ativistas do MESP e os parlamentares conservadores que foi articulado um projeto comum pautado na contenção das políticas educacionais progressistas. Principalmente as que referem às questões de gênero e sexualidade.

Assim, ainda que os militantes do MESP busquem em seus discursos, desvinculá-lo dos projetos de lei propostos pelo PESP, ambos são desdobramentos de uma mesma proposta de regulamentação das diretrizes educacionais com base no discurso antidoutrinação. Entre eles existem diferenciações que devem ser observadas e ressalvas a serem realizadas devem considerar o PESP como decorrente de uma da estratégia específica do MESP, a saber: a judicialização.

Dito isto, MESP e PESP não devem ser entendidos como iguais, pois, tal perspectiva pode incorrer em erros de leitura e análise que incidam em generalizações equivocadas. Devem ser compreendidos como partes distintas, porém articuladas, diretamente relacionadas⁵. Fazem parte do processo de fortalecimento do ideário antidoutrinação que ganhou notoriedade no contexto de crise política marcada pela **emergência da direita liberal conservadora**.

⁵ Para salvaguardar as devidas distinções entre movimento e programa sem deixar de explicitar a abordagem relacional entre ambas, neste trabalho as referências ao ideário que articula o discurso Escola sem Partido são realizadas por meio da denominação “Escola sem Partido” ou pela sigla ESP. Movimento e Programa serão mencionados pelas siglas já utilizadas (MESP e PESP, respectivamente).

O MESP, um dos principais expoentes do projeto liberal conservador para a educação, é manifestação de uma tendência internacional que, a partir da aliança entre setores conservadores e ultraliberais⁶, tem servido de pano de fundo para o crescimento da extrema direita em diversos países. Através do uso das mídias digitais não só como meio de comunicação, mas também de articulação política, o confronto cultural/ideológico travado pelo MESP é concretizado através de sua tentativa de direcionamento das normativas educacionais para o atendimento de suas próprias pautas.

Pautas estas que fazem parte das reivindicações dos setores que compuseram o processo de rearticulação dos grupos de direita no contexto político brasileiro, fomentado por *think tanks* ultraliberais existentes no Brasil desde a década de 1980. Tal processo exerce grande influência sobre o setor educacional, economicamente marcado pela formação de grandes conglomerados empresariais e envolvimento direto com o setor financeiro (GALZERANO; MINTO, 2018). Elemento que possibilitou a congregação, em torno do discurso antidoutrinação, dos principais interesses do empresariado escolar.

No contexto neoliberal as investidas políticas, econômicas e ideológicas que objetivam mercantilizar a educação são cada vez mais intensificadas e se apresentam como uma das principais tarefas a serem realizadas pela burguesia brasileira, que têm promovido ações estratégicas para o aprofundamento deste processo. Tanto a Reforma Empresarial da Educação (implantada por meio da aprovação da Lei nº 13.415/2017), quanto a BNCC (que prevê, dentre outras disciplinas, a desobrigatoriedade do ensino de sociologia) são medidas fundamentadas nos índices avaliativos de aprendizagens com vistas ao desenvolvimento de competências por áreas, que objetivam atender às necessidades do processo de reorganização do capital através da reorganização da própria escola e de suas diretrizes político-ideológicas.

⁶ Durante a década de 1980 a contestação às políticas neoliberais, realizadas principalmente por meio das críticas dos Movimentos Sociais, ampliou o sentido negativo deste conceito. As denúncias feitas pelos movimentos populares afastaram seu significado até então apresentado como neutro, e evidenciaram seu caráter de manutenção e reprodução do Capital. Fato que condicionou a implantação do modelo econômico neoliberal com bases na “necessidade técnica”, supostamente esvaziada de concepções ideológicas. Nos EUA, a primazia da lógica de mercado baseada em preceitos morais foi rearticulada por meio do discurso dos *libertarians*. Segundo Rocha (2019), o termo ultraliberal passou a ser utilizado por brasileiros que retomaram a defesa radical da lógica de mercado por meio da difusão de ideias das Escolas Austríaca e de Chicago, mas buscaram distanciamento do termo neoliberal. Ainda segundo a autora, o uso do termo “libertário” (tradução mais literal do termo em inglês *libertarian*), no Brasil, foi impossibilitado devido à histórica associação deste a grupos anarquistas de matriz socialista.

Portanto, o contexto regressivo que caracteriza a sociedade brasileira atual resulta da ofensiva do capital estrangeiro sobre os estados latinoamericanos e se reflete também no campo educacional. Agregado ao processo de mercantilização da educação, o avanço do conservadorismo no Brasil tem resultado em graves consequências aos sistemas de ensino, principalmente à rede pública de educação.

A bandeira “*liberal na economia e conservador nos costumes*”⁷ tem sido a bola da vez entre grupos e partidos políticos de direita não somente no Brasil e sim em diversos países. A frase, consigna do MBL, tornou-se a palavra de ordem entre grupos, instituições, partidos, políticos e empresários de direita que, a partir da defesa radical do livre mercado, acionam *ideias-força* do conservadorismo para justificar o funcionamento e manutenção do capitalismo (MESSEMBERG in ROCHA, 2019).

Por sua vez, o sistema de ensino público tem sido alvo de intensas investidas dos capitalistas que requerem o aumento da privatização do setor educacional. Sob esta perspectiva o empresariado escolar busca justificar suas ações a partir da difusão, promovida pela confluência entre modelos educacionais privatistas e perspectivas pautadas em princípios morais conservadores, do discurso antidoutrinação que fundamenta o ideário do ESP. Tal discurso defende uma perspectiva ideológica que, conquanto auto reivindicada como neutra, objetiva o aprofundamento do processo de mercantilização da educação e contribui para a naturalização da lógica de mercado como solução para os problemas sociais.

Porém, para além da presença nas instâncias legislativas, seus princípios políticos-ideológicos estiveram presentes no processo de conformação do *contrapúblico ultraliberal* no país que liderou os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. A atuação conjunta de seus ativistas, por meio de uma rede de *think tank* e institutos liberais existentes no país desde a década de 1980, consolidou a rede de difusão do ideário ultraliberal no Brasil.

Inserido no processo de rearticulação das direitas no cenário político brasileiro, o discurso antidoutrinação fomentado pelo MESP foi reproduzido por “setores religiosos, parlamentares, político-partidários e intelectuais” que, em sua maioria, também acordavam com a realização do processo de impeachment. Contudo, o MESP não se mobiliza somente a partir das redes e plataformas sociais, uma vez que ganhou maior visibilidade no legislativo.

⁷ *Liberal na economia e conservador nos costumes* tem sido utilizado por partidos e candidatos políticos que defendem as políticas neoliberais, chegando inclusive, a ser slogan oficial do MBL.

Atuando como um “braço parlamentar” (ALGEBAILLE, in FRIGOTTO, 2017) coadjuvou a ampliação da base de apoio do programa liberal conservador.

Financiada por empresas interessadas em instituições educacionais pautadas na propositura de soluções para problemas sociais baseadas na lógica de livre mercado (SCHIAVON, 2020), o ativismo do MESP contribuiu ainda para sua inserção na imprensa, nas mídias e redes sociais, fundações e instituições, além da aproximação a parlamentares conservadores e a grupos empresariais.

Rocha (2019), em análise sobre a atual crise política no Brasil, considera que a popularização da internet nos últimos anos provocou a formação de *contrapúblicos digitais* - à direita e à esquerda - que influenciaram o debate público, impactando os acontecimentos políticos da conjuntura nacional. Sua conceituação de contrapúblico ampara-se nas problematizações teóricas realizadas por Michael Warner, Nancy Fraser e Freya Thimsem, às elaborações de Habermas, no que diz respeito ao processo de constituição da esfera pública e de seus potenciais democráticos.

Através do afastamento da ideia de *identidade subalterna* como elemento central que constitui o que se define por contrapúblico, a autora o apresenta como conceito que pode ser compreendido como “necessariamente imbuído de uma consciência a respeito de um *status* subordinado frente a um horizonte cultural dominante”. O deslocamento da identidade subalterna a faz deixar de ser vista como característica definidora do contrapúblico e a coloca como uma “[...] necessidade de uma consciência a respeito de”, retirando-a de seu aspecto antes considerado central. (ROCHA, 2019, p. 131-132).

Apesar desta dissertação não seguir as proposições teóricas Habermasianas - nem tratar de problematizações acerca destas - a utilização do conceito de *contrapúblico ultraliberal* lapidado por Rocha nos possibilita analisá-lo como referente a uma identidade coletiva, gerada a partir de sua posição contra hegemônica em relação ao discurso do grupo dominante sem, necessariamente, estar em uma posição de subordinação socialmente estruturada.

Nas palavras da autora: “o conceito de contrapúblico pode ser frutífero para compreender a expressão de atores que não são oprimidos socialmente, mas que se percebem marginalizados na esfera pública [...]” (ROCHA, 2019, p. 126). No Brasil, seu ideário tomou

corpo nos grupos apoiadores do Golpe de 2016⁸ por meio da presença de cartazes com dizeres como “chega de doutrinação marxista” e “basta de Paulo Freire” quando das manifestações direitistas a partir de 2015 (PINTO in ROCHA, 2019). Diante disto, e de acordo com as falas dos ex-deputados, percebe-se que o maior ganho político do projeto arquivado esteve em tornar público o discurso defendido pelo PESP e ampliar a sua base de correligionários na sociedade brasileira.

A emergência da perspectiva liberal conservadora nos últimos anos sintetiza a estratégia que logrou sucesso no processo de rearticulação das direitas no cenário político. Através da retirada de direitos sociais como eixo articulador, as elites brasileiras conceberam um programa político que objetiva a implantação da agenda econômica neoliberal - fundamentada no estado mínimo e na eficiência de mercado - a ser legitimada pelo discurso em defesa da família, da nação e de instituições religiosas baseadas em valores cristãos.

Inicialmente cunhado de “nova direita” a convergência entre os princípios do neoliberalismo e do conservadorismo moral tem sido tema recorrente da literatura da ciência política contemporânea que, cada vez mais, tem apontado a insuficiência deste conceito para análise do desenrolar dos atuais acontecimentos políticos. Apesar de a um primeiro momento a ideia de uma corrente liberal conservadora parecer contraditória, as ambiguidades entre liberalismo e conservadorismo tem-se apresentado como uma recorrência histórica e não uma novidade.

Silva (1999, p.7) afasta-se da posição de Karl Manheim, sociólogo que compreende conservadorismo como ideologia reativa de grupos do Antigo Regime ao Iluminismo⁹, para concebê-lo como “[...] uma das vias de formação da modernidade e conformado às suas exigências técnicas”. Para o autor brasileiro, o conservadorismo consiste em uma reação intelectual de parcelas próprias da burguesia que, contraditoriamente, contrapõem-se a preceitos do Iluminismo.

⁸ Para um estudo introdutório sobre o Golpe de Estado de 2016: JINKINGS, Ivana et al. Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. BOITEMPO, 2016. Ou ainda: BIANCHI, Álvaro. O que é um Golpe de Estado? Junho. 26 de março de 2016.

⁹ De origem judia, Karl Manheim nasceu na Hungria do fim do século XIX. Em seu livro “*Ideologia e Utopia*” (1929) apresenta que “Toda tentativa romântica para desacreditar os aspectos positivos do pensamento moderno, tais como seu racionalismo, a oposição à superstição e o espírito crítico que nele impera, pode fazer mau uso dessa apologia dos poderes não-racionais para defender um novo medievalismo, que é, amiúde, apenas um modo moderno de diluir uma substância vetusta”. (MANNHEIM, 1961, p. 152- 153).

Configurado a partir de um tipo de “iluminismo conservador” contraposto ao “iluminismo materialista e radical”, o conservadorismo atua e reconfigura-se como força política ativa desde o séc. XVIII (VALJAVEC, 1975, p.147 apud SILVA, 1999, p.15). Assim sendo, este trabalho analisa a investida do programa liberal conservador sobre a dimensão do ensino, com bases na concepção de conservadorismo como um pensamento moderno, uma das vertentes políticas da burguesia e não como um pensamento que reage negativamente à modernidade burguesa.

A possibilidade de conformação de teorias sociais e políticas modernas remetem ao processo de reestruturação do pacto social. Neste, o conservadorismo se realiza como uma ideologia posicional, sem conteúdo próprio, que se define em contraposição às investidas radicais que buscam a transformação social. Difere liberalismo de democracia e, ao passo que está no campo do primeiro, é incompatível com a segunda, pois, “[...] no final das contas, o conservadorismo não necessariamente se oporá às vencedoras instituições políticas do Estado pós Antigo Regime, mas às possibilidades de o povo participar do governo de uma forma democrática” (SILVA, 1999, p.134).

Apple (2018) utiliza da “metáfora do guarda-chuva”¹⁰ para exemplificar a relação entre os grupos de direita que incidem sobre o atual contexto educativo. Apresenta que as alianças entre neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e uma classe média tecnicista realizam um processo de modernização conservadora que elenca a educação como um elemento vital do programa político do liberal conservadorismo.

Pautado na reformulação do currículo e da própria escola com bases em preceitos a-históricos, anticientíficos, criacionistas e irracionistas, o discurso antidoutrinação presente no ideário do ESP expressa as dinâmicas das alianças realizadas por estes grupos em torno de uma coalizão de direita que busca redimensionar a democracia, e até mesmo o próprio processo de escolarização, como um processo individualizado.

A dicotomia entre Educação e Ensino estabelecida sob o falso discurso de neutralidade, fundamenta uma concepção de escolarização na qual a instituição escolar deve contribuir exclusivamente para a adaptação do indivíduo na sociedade atual, independente das relações sociais desiguais que a estruturam. A formação humana do indivíduo é entendida

¹⁰ Na metáfora apresentada pelo autor, os grupos de direita citados abrigam-se no mesmo guarda-chuva ao mesmo tempo em que disputam o controle do cabo deste guarda-chuva.

como exclusiva à família. O privado e o público se confundem a tal ponto que as convicções pessoais passam a ser requeridas como conteúdo curricular, sobretudo os de cunho religioso, entendidas como disciplinas a serem ofertadas pela empresa-escola. Os discursos que condensam tais perspectivas se mesclam no ideário promovido pelo fenômeno conhecido como Escola sem Partido.

Enfim, a consideração feita por Marcos Rogério apresentada no início desta introdução, escancara que o “*papel fundamental*” cumprido pelos PESP foi o de contribuir para a naturalização dos princípios políticos ideológicos da perspectiva liberal conservadora para a educação. Mesmo que seus preceitos não sejam hegemônicos entre as frações da classe dominante – com pontos de maior ou menor divergência – a difusão de seu ideário constitui elemento fundamental para a construção de uma pauta educacional comum aos setores da direita brasileira, uma vez que seus princípios políticos-ideológicos e *modus operandi* tem papel protagonista no projeto educacional da burguesia brasileira.

O discurso antidoutrinação, então, possibilita ao MESP congregar os elementos comuns das elites brasileiras e alçar-se como protagonista na busca pela dissimulação ideológica dos conflitos de classes, raça e gênero que se realizam no campo educacional. Assim, a vitória apresentada em “*ter conseguido trazer luz para esse problema dentro das escolas brasileiras*” (SEABRA, 2018) remete ao alastramento de seu discurso no período de crise política, resultado de sua inserção no processo de rearticulação das direitas com vistas à retomada do controle das instituições do país.

Por conta da relevância deste processo para a atual conjuntura brasileira, esta dissertação pretende colaborar para a compreensão acerca da incidência do discurso antidoutrinação – organizado em torno do Escola sem Partido – sobre o ensino de sociologia no Brasil. Por meio da análise sobre a atuação política do Movimento Escola sem Partido na sociedade brasileira desde sua criação, o objetivo principal deste trabalho consiste na **investigação acerca do termo doutrinação** empregado por seus partidários e reproduzidos em suas mídias digitais.

A metodologia através do/no/pelo uso das mídias digitais permite analisar as intencionalidades do discurso do movimento através de suas publicações, mas também de questões relativas à reação e adesão do público a estas, que público é (são) este(s), quais as

condições que o caracterizam, dentre inúmeras outras possibilidades. A exigência de esforços interdisciplinares nas dimensões históricas, teóricas e metodológicas que requerem as mídias digitais como campo de pesquisa, possibilita realizar uma abordagem qualitativa e objetivo-exploratório, desempenhada por meio dos métodos de análises bibliográfica e documental.

Diante do exposto, o primeiro capítulo trata dos processos de formação do Movimento Escola sem Partido e do Programa de mesmo nome, suas articulações e diferenciações, formas de organização e fundamentos políticos-ideológicos. Subsidiaria a análise dos discursos dos líderes e apoiadores do MESP, seus objetivos, estratégias e articulações políticas. Aborda o período de difusão dos pressupostos que o fundamentaram no tecido social brasileiro. E, através da elaboração de um resgate histórico e conjuntural, o compreende como um *think tank* de direita que, por meio do uso de mídias digitais, contribuiu para a conformação do contrapúblico ultraliberal no Brasil, influenciando a conjuntura (de crise) política.

Foco de análise desta dissertação, as relações entre o programa liberal conservador e democracia no contexto neoliberal, bem como suas implicações sobre a educação brasileira, são abordadas de maneira mais aprofundada no segundo capítulo, quando da explanação dos reais interesses por trás da doutrinação como método de incriminação. Nele, é analisado o livro “Professor não é Educador”, de Armindo Moreira, indicado pelo MESP como obra referência da diferença entre educação e doutrinação. Além de ser uma fonte secundária que explicita a concepção de educação adotada pelo MESP, a escolha deste livro está em poder, a partir dele, analisar o sentido de doutrinação como ferramenta de dissimulação ideológica que permite a aliança liberal conservadora.

O terceiro capítulo, por sua vez, corresponde à uma proposta de sequência didática baseada na desnaturalização do conceito de ideologia. Para tanto, investiga os sentidos amplo e restrito da ideologia para propor a realização de atividades que apresentem o caráter científico deste conceito, afastando-se de perspectivas do senso comum que compreendem ideologia como manipulação e/ou coerção; ou ainda de teorias científicas que propõem-se como neutras.

A difícil aliança entre “neoliberais, neoconservadores, ativistas religiosos populistas e autoritários e a nova classe média profissional e empresarial” compreende um movimento

transnacional que objetiva a realização do projeto de modernização conservadora, aqui já citado, que modifica radicalmente o senso comum em todas as esferas – cultural, política e econômica – da sociedade (APPLE, 2002, p.81). Tal compreensão teórica possibilita problematizar o conceito de doutrinação como aspecto da dimensão conservadora da ideologia neoliberal, manifesta nas disputas pelos rumos das políticas educacionais.

O neoliberalismo é entendido, então, como um fenômeno que possui um sentido histórico mutável, resultado das disputas e alianças entre as frações de classe da burguesia na defesa e manutenção da exploração e dominação capitalistas. Em suma, seus pressupostos teóricos foram engendrados nos debates acadêmicos pautados pelos intelectuais liberais que, diante da crise dos anos 1930, passaram a enxergar as soluções para os problemas econômicos e sociais baseados na ampliação da lógica de mercado. Não obstante, a elaboração de uma alternativa possível aos capitalistas não ocorreu de forma homogênea, rígida ou de mera doutrina econômica.

Contrapondo-se à responsabilização do Estado como regulador das relações desiguais, desde então foi configurado como um modelo de organização social erigido sobre a necessidade de reestruturação do capital. Diante de conjunturas e contradições diversas, rearranjou o modo de produção capitalista por meio da intensificação do processo de exploração do trabalho até as transformações dos dias atuais. O elemento basilar de sua ideologia é mercantilização de todas as esferas da vida humana. Pode se apresentar por um discurso mais progressista, como o foi por meio dos governos neodesenvolvimentistas na América Latina, ou mais conservador como tem se apresentado no processo de modernização conservadora.

O sucesso que tem logrado a inserção da direita, nas lutas culturais que disputam o processo de formação de sentidos e identidades demonstra a importância das lutas culturais e educativas. Por meio do uso das mídias digitais o liberal conservadorismo, tem fortalecido a educação treinamento mediada pelas think tanks que formam os grandes conglomerados educacionais. Investigar o aspecto liberal conservador do discurso antidoutrinação possibilita analisá-la como perspectiva que conforma, a partir do processo educativo, identidades pautadas em pressupostos ideológicos de direita disfarçados de “neutralidade”. No âmbito pedagógico, este discurso promove a naturalização do liberalismo como teoria pedagógica

verdadeira e única possível. Esvazia, por meio do cientificismo, o conteúdo político e ideológico da técnica. Reclama o retorno ao positivismo e a outras teorias que pareciam superadas.

Assim, em tempos de avanço do irracionalismo e do revisionismo histórico – onde tornaram-se comuns afirmações criacionistas, terraplanistas, contra a igualdade de gêneros e étnico raciais – é indispensável pensar as contribuições do ensino de sociologia diante da necessidade da formação de um processo de democratização da escola que realize uma “Reestruturação escolar no caminho inverso ao ideário do Escola sem Partido” (ORSO in FRIGOTTO, 2017). Detentor de um histórico conformado pela situação de descontinuidade, o ensino de sociologia como componente curricular do ensino médio encontra-se, mais uma vez, em risco. A acusação desta disciplina como um instrumento voltado à doutrinação ideológica dos estudantes é recorrente no seu histórico de institucionalização enquanto conteúdo curricular da educação básica. Inclusive, argumentos pautados neste discurso estiveram fortemente presente nas manifestações dos contrários à implementação desta como disciplina obrigatória, em 2008.

Àquele ano, tal perspectiva foi derrotada e a disciplina tornou-se obrigatória a partir da Lei nº11. 684, de 2 de junho de 2008. Contudo, seus pressupostos ideológicos continuaram a ser disseminados, de forma mais intensificada até. Com isso, a partir de 2014 o PESP emerge como um projeto político capaz de promover a ampliação do discurso antidoutrinação na sociedade brasileira, o que representa uma ameaça ao ensino de sociologia.

Florestan Fernandes (1976), já no 1º Congresso da SBS, alertava para a necessidade de se analisar sociologicamente o ensino de sociologia na educação básica. Ao tratar das problemáticas do ensino desta disciplina no Brasil o autor apontou que este não pode ser investigado de modo isolado à realidade social brasileira. Ou seja, análises acerca das condições de realização da sociologia como disciplina curricular devem, necessariamente, considerar as estruturas históricas que caracterizam a sociedade brasileira, configurando as relações sociais que a alicerçam. Ao considerar tais apontamentos a realização do trabalho docente, além de caracterizar-se pela dimensão pedagógica, compreende também a necessidade de realização da análise sociológica.

Conforma, assim, uma concepção de realização do trabalho docente que, pautada na articulação contínua entre ambas as dimensões, estabelece uma tarefa dupla aos professores. Principalmente àqueles ministram sociologia, pois, do momento de planejamento da aula – individual e/ou coletivo – à sua execução, professores desta disciplina precisam legitimar a importância de seus conhecimentos perante os sujeitos escolares, sejam estes outros professores, funcionários, estudantes ou até mesmo os responsáveis por estes últimos.

Embora, àquela época, Florestan abordasse ainda as dificuldades referentes à inserção da sociologia como disciplina curricular - uma vez que seu ensino não era ofertado na educação básica - a questão de fundo problematizada pelo autor remete aos objetivos dos conhecimentos sociológicos como saberes escolares e sua importância diante de uma sociedade marcada pelas relações de dependência do capitalismo à brasileira. A tarefa elencada por ele em 1954 ainda se coloca como urgente para a realização de estudos que compreendam a atual situação do ensino desta matéria na realidade brasileira e de sua atuação na conjuntura política.

Orientada pela tarefa apontada por Florestan, e por sua noção de formação política no trabalho pedagógico do professor, o terceiro capítulo desta pesquisa investiga as influências do fortalecimento do discurso antidoutrinação sobre o ensino de sociologia. Através do cotejamento entre os conceitos nucleares do MESP e os objetivos de ensino de sociologia, realiza uma análise crítica voltada à problematização do discurso antidoutrinação como um dos principais desafios que acometem os professores de sociologia na atualidade brasileira. Problematiza também, a partir da relação entre Ideologia e Currículo tratada por Apple (2008), o processo de deslegitimação dos saberes escolares sociológicos. Por fim, apresenta uma Sequência Didática (SD) que objetiva contrapor-se às prerrogativas discursivas do Escola sem Partido.

Além dos textos referentes à metodologia de pesquisa em uso de mídias digitais, a análise bibliográfica foi realizada a partir da bibliografia já existente sobre o tema Escola sem Partido ancoradas nas teorizações de Michael W. Apple realizadas nas obras “Ideologia e Currículo” e “Educando à Direita”. A análise do livro “Professor não é Educador”, leitura indicada no blog do MESP, foi realizada a partir das considerações apresentadas no livro “Sintoma Social dominante e moralização infantil”, de Heloísa Fernandes. Por sua vez, a

análise documental foi realizada com base principalmente nas páginas oficiais no blog e perfis das redes sociais do MESP, além da página oficial dos projetos de lei que constituem o PESP (programaescolasempartido.org.br).

Ainda como fontes documentais primárias foram utilizadas as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) – Sociologia para análise da influência do ideário antidoutrinação sobre o ensino de sociologia, seja no que compete aos seus objetivos e métodos de ensino, mas também como este se relaciona aos temas e conteúdos próprios da disciplina. Além do uso de notícias seguras publicadas em sites, jornais, revistas, entre outros, que subsidiaram uma análise articulada, que buscou considerar as variadas dimensões (política, econômica e cultural) dos conflitos que incidem sobre a atual situação educacional no país.

1. CARACTERIZAÇÃO DO IDEÁRIO ESCOLA SEM PARTIDO: FORMAÇÃO, DIFUSÃO E MODUS OPERANDI

Recentes análises acerca dos elementos históricos e conjunturais que constituem os discursos que caracterizam o ESP têm evidenciado, cada vez mais, que sua autointitulação apartidária e sua reivindicação por uma educação supostamente neutra objetivam dissimular seus reais interesses sociais, políticos e econômicos.

Motivo que se reflete no notável aumento da produção acadêmica acerca do tema a partir de 2016, conforme dados coletados no “Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES” e da “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)” nas quais até o presente momento consta a produção de 41 títulos. Destes trabalhos 34 utilizam diretamente o tema “Escola sem Partido” como objeto de análise, ao passo que os outros 7 escritos, ainda que cite o tema referido, possuem como objeto de análise temas relacionados, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 1- Produção Acadêmica sobre o tema Escola Sem Partido (ESP)

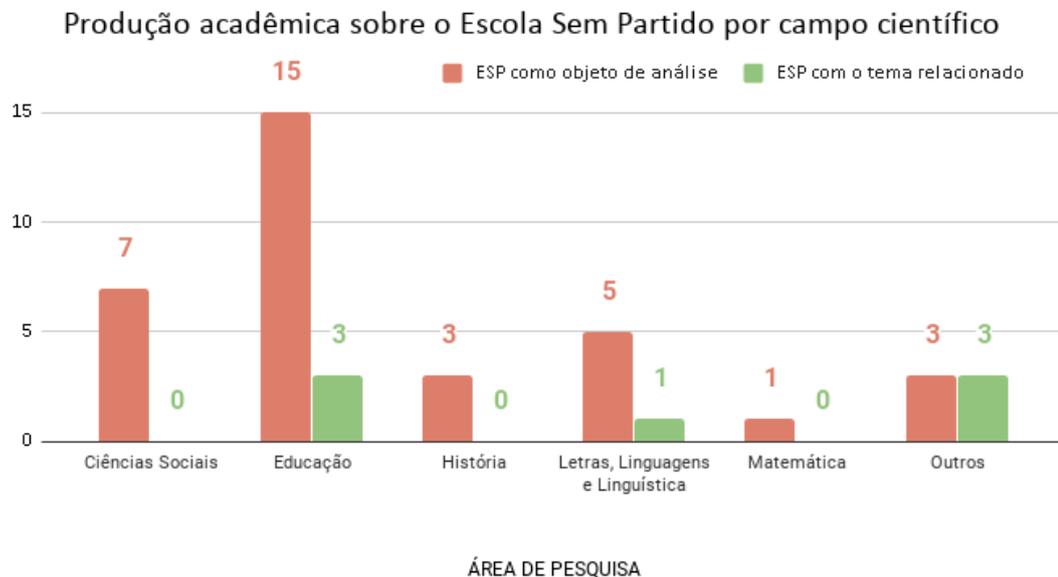
ESP como objeto de análise			ESP como tema relacionado		
ANO	Tese	Dissertação	Tese	Dissertação	TOTAL
2016	0	1	1	1	3
2017	1	4	0	4	9
2018	1	17	0	0	18
2019	0	11	0	1	12

Fonte: Elaborado pela autora

Pelo apresentado no Quadro 1 pode-se inferir que, acerca da produção acadêmica sobre o objeto analisado, há dois momentos muito importantes para a compreensão do fortalecimento de seu discurso, assim como dos impactos deste para as teorias educacionais. O primeiro momento ocorre em 2016, ano do *impeachment*, de eleições municipais e da publicação da primeira dissertação específica sobre o tema, além das publicações de uma dissertação e uma tese com temas relacionados. E o segundo momento em 2018 – ano de

eleições das esferas federais e estaduais. Foi também o ano em que se obteve maior produção de dissertações acerca deste assunto.

Cabe ainda observar as áreas de pesquisas em que esta produção está sendo realizada. O gráfico abaixo nos aponta importantes considerações que, assim como os dados da tabela anterior, para melhor visualização do leitor foram sistematizadas através da diferenciação entre as pesquisas com o tema Escola Sem Partido como objeto de análise e as pesquisas relacionadas ao tema:



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados do gráfico indicam que embora haja pesquisas em campos que não competem especificamente à área educacional – sobretudo no eixo “Outros” – a maior produção está concentrada no eixo “Educação”, correspondente a quase metade do total de teses e dissertações publicadas, e depois em áreas específicas do Ensino. O que evidencia a importância de estudos sobre o tema para compreensão da atual conjuntura educacional brasileira.

As pesquisas realizadas demonstram que há quatro conteúdos de maior recorrência na literatura científica que analisa as influências e desdobramentos do ideário ESP para a educação brasileira. São eles estudos acerca: dos conteúdos e/ou diretrizes curriculares, das

relações e/ou políticas públicas de gênero e sexualidade, seus discursos e princípios políticos ideológicos, além da desvalorização e/ou criminalização dos professores e de seu trabalho político-pedagógico. Tal multiplicidade de elementos abordados, mais a diversidade de campos que tem realizado pesquisas acerca deste assunto, demonstra que o mesmo não é preocupação exclusiva de uma única área de pesquisa. Neste sentido, qual a importância do discurso antidoutrinação, para a consolidação do projeto educacional liberal conservador?

Cada vez mais, a compreensão acerca dos impactos causados pelas **mídias digitais como mediadoras da sociabilidade** tem se apresentado como uma necessidade que urge no campo das Ciências Sociais. As novas formas de socialização exigem novas formas de pesquisas. Atualmente, importantes iniciativas tem tido sucesso em formular teorias que, baseadas na superação da ideia de mídias digitais como pertencentes a um universo social à parte da realidade material, propõe a ruptura com a dicotomia real-virtual. Inclusive, a própria definição conceitual por *mídias digitais* é muito recente (HINE, 2015; MILLER, 2016; MACHADO, 2017 apud LACERDA, 2019).

Mas *digital* não deve ser entendido como espaço independente às relações existentes do mundo material. Mikolsci (2011) contribui para a compreensão sobre o uso de *mídias digitais* como campo de pesquisa, ao considerá-las como mais um meio de comunicação que, assim como rádio, TV e outros, possibilitam novas formas de interação social e, portanto, novas formas de sociabilidade. Deste modo, o uso das mídias digitais rearticula “ [...] meios de comunicação anteriores assim como formas relacionais pré-existentes” (MIKOLSCI, 2011, p.09). Em outras palavras, não cria um mundo paralelo porque é resultado das relações e meios de produção (e de troca de informação) já existentes. Sua inovação está na amálgama, ou melhor, no *embaralhamento* entre o público e o privado.

Para as Ciências Sociais, interessa problematizar o processo de naturalização de diversas formas de sociabilidade, geradas por conta da intensificação do uso de mídias digitais na sociedade contemporânea. Produzir o estranhamento às relações pautadas na aceitação destas como naturais é imprescindível. Ao romper com a dicotomia virtual-real, a utilização de metodologias pautadas na análise do uso das mídias digitais possibilita a elaboração de análises que consideram estas como resultado das relações materiais que, dialeticamente, também influenciam esta realidade.

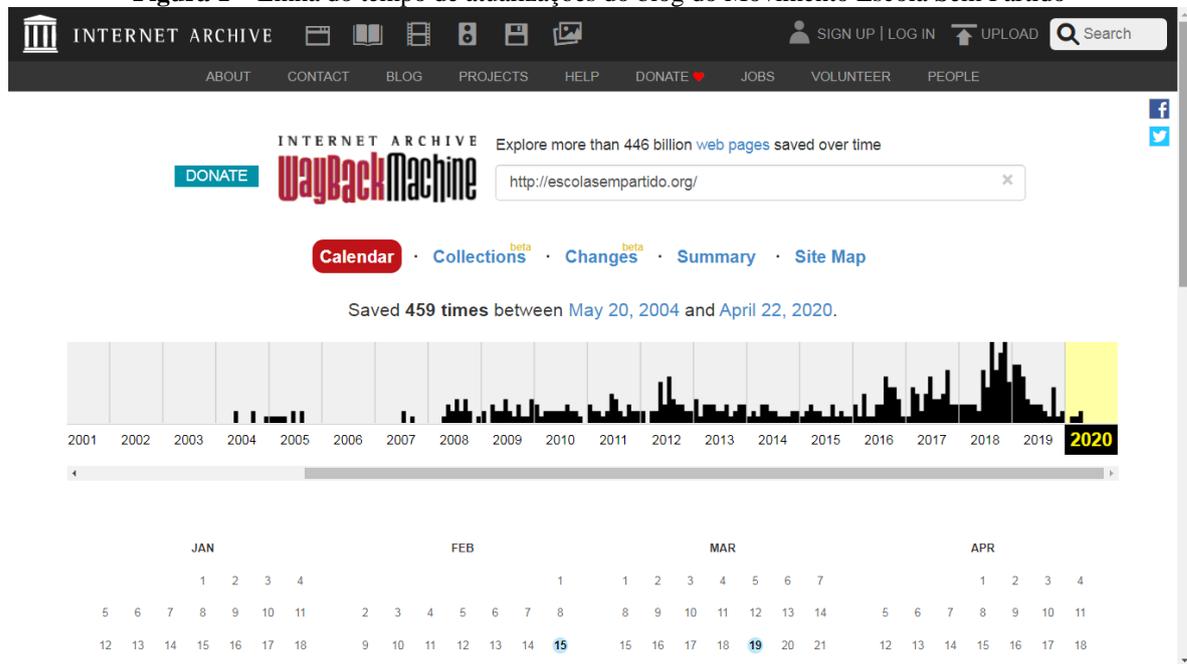
Portanto, os perfis digitais são sujeitos reais, que atuam individualmente e em coletivos. São sujeitos históricos, constituídos por condições e trajetórias complexas, que se manifestam também nas mídias digitais. De acordo com os modos de usos de cada uma delas, e de variadas formas¹¹ (LACERDA, 2019). Existente há mais de dezesseis anos, a plataforma do MESP passou por diversas alterações ao decorrer de sua atuação nas mídias digitais, direcionadas conforme o atendimento de seus interesses.

Salles (2017), ao investigar a abordagem da temática de “doutrinação nas escolas” a partir da presença de alguns artigos de Nelson Lehmann da Silva¹² que foram republicados, e posteriormente excluídos, no blog do MESP problematiza a utilização de sua plataforma como fonte histórica, uma vez que como tal, possa ter sido prejudicada pelas alterações ocorridas ao longo dos anos. Como solução para este problema, faz uso da ferramenta *Wayback Machine*, um banco de dados da *Internet Archives* que realiza o arquivamento de páginas da *World Wide Web* (www) desde 1996.

O banco de dados, que rastreia as atualizações realizadas no site selecionado, permite a visualização destas através de um calendário que as organiza por meio de uma “linha do tempo”. A do “escolasempartido.org” está representada pela imagem abaixo (Figura 1), na qual as oscilações apresentadas pela linha preta, referem-se ao movimento de atualizações ocorridas no site ao longo de sua história.

¹¹ A partir dos conceitos de *Polymedia* e *Conteúdos efêmeros*, Lacerda apresenta que o uso de diversas plataformas de redes sociais como correspondente a valores, usos e éticas diferenciadas a depender de cada uma.

¹² Parte da terceira geração de uma família alemã, Nelson Lehmann da Silva nasceu em Porto Alegre – RS. Viveu de 1939 a 2011. Formou-se em teologia e foi nomeado padre nos anos pré-Golpe de 1964. Com o fim do regime militar-empresarial encerrou a carreira sacerdotal (sob fortes críticas à teologia da libertação) e foi contratado como docente na UNB. Passou a reivindicar-se como um crítico do socialismo e dos “ideólogos de esquerda”. A partir da década de 1980 aproximou-se do recém-criado “Instituto Liberal” e de Olavo de Carvalho. Além disso, o sobrenome de sua família originou a “Fundação Lehmann”, outra *think tank* voltada à co-participação e filantropia colaborativa no setor educacional. É esta fundação, em parceria com a Universidade de Oxford, a responsável por um dos estudos acerca da vacina contra a COVID-19.

Figura 1 – Linha do tempo de atualizações do blog do Movimento Escola Sem Partido

Fonte: Site Wayback Machine, ferramenta da Internet Archive¹³.

O calendário mapeia o número de vezes que as atualizações do site foram rastreadas pelo Wayback e não quantas vezes o site realmente foi atualizado. Mesmo assim, suas ferramentas possibilitam a visualização das versões das páginas arquivadas como elas eram no passado e subsidiam a realização de uma análise que considere as mudanças ocorridas desde sua criação como elementos que evidenciam a pretensa neutralidade de seu discurso como ferramenta de dissimulação da realidade que, ao contrário do que argumenta, posiciona-se diante da atual crise política e educacional a partir de ações com intencionalidades muito bem definidas: a defesa da educação mercadoria que estrutura o modelo neoliberal.

Conforme a Figura 1 os cinco anos de maiores atualizações foram 2018, 2019, 2017, 2016, 2015 e 2012, respectivamente. De 2004 a 2012 não houve um grande pico de atualizações, ademais o ano de 2006 não apresenta nenhuma atualização, de modo que estas só foram retomadas a partir de 2007. Somente em relação à estrutura do site e organização dos conteúdos pôde-se apontar a existência de três modelos de páginas iniciais que foram sendo reconfigurados ao longo do tempo conforme as articulações realizadas por seus defensores.

¹³ Disponível em: https://web.archive.org/web/*/http://escolasempartido.org/

Ao seguir as mudanças realizadas na plataforma do site, o período histórico analisado compreende as articulações realizadas por este think tank de 2004 a 2020, o que possibilita analisar a atuação política de seus adeptos durante três momentos históricos relevantes. O primeiro deles vai de 2004 a 2012 (primeira versão do site) e compreende o período de difusão de seu ideário por meio das páginas e mídias digitais do movimento. O segundo, de 2014 a 2018 (segunda versão), congrega a atuação do MESP diante da emergência liberal conservadora e nos permite analisar seu posicionamento diante do Golpe de 2016.

Por fim, o terceiro momento (terceira versão), e talvez o mais complexo por conta de sua atualidade (de 2018 até o presente), objetiva compreender os limites da aliança dos setores conservadores em torno de seu discurso. O caminho traçado aborda toda a trajetória política realizada pelo MESP que o permitiu sair da condição de oposição de governo, para a de posição, pois, mesmo que o apoio do movimento ao atual Governo tenha pontos questionáveis, os pressupostos ideológicos que constituem seu discurso fazem parte do rol ideológico da base de apoio do atual presidente.

A análise do uso das mídias como culturas digitais que se realizam nas atuais relações de sociabilidade, de modo cada vez mais presente no cotidiano, permite analisar o discurso fomentado pelo MESP como fenômeno irrestrito à sua atuação no site. Isto é, pesquisas a partir da análise do uso das mídias devem analisá-las também de modo relacional ao uso de várias ferramentas digitais. Além do site criado em 2004, as páginas de divulgação do MESP em redes sociais como o Facebook, Twitter e Instagram contribuem para a compreensão do *modus operandi* de “fazer política” realizada por meios de comunicação digitais.

1.1. Atuação política por meio do uso de mídias digitais: o Movimento Escola sem Partido no processo de conformação do contrapúblico ultraliberal no Brasil.

O ano de 2013 foi marcado por uma conjuntura política turbulenta. A massificação das manifestações das “Jornadas de Junho” por meio de chamados realizados nas redes sociais foi uma situação inesperada. Os acontecimentos deste ano, mais o aprofundamento da polarização política dos anos seguintes, não estavam presentes na maioria das análises conjunturais. Desde então tem se visto a um aprofundamento das disputas político-ideológicas realizadas por meio do uso de mídias digitais, resultando inclusive na utilização de robôs e na divulgação de notícias falsas como formas de influenciar a conjuntura política.

Portanto, para a compreensão do atual contexto político é crucial a realização de problematizações acerca da atuação política por meio do uso de mídias digitais. Parreiras (2020)¹⁴ apresenta o termo *digital* como um conceito que contribui para a compreensão das relações humanas mediadas por meios tecnológicos digitais. Mediação esta que tem sido cada vez mais utilizada, apresentando uma crescente. Aponta que cada mídia possui uma temporalidade e uma espacialidade específica, o que conforma o *digital* não somente como uma ferramenta tecnológica, mas também como um método, um contexto e um campo específico de pesquisa.

A relevância deste método de pesquisa para o trabalho aqui apresentado está na contribuição desta para a investigação do uso de mídias digitais como um campo e contexto que possibilitaram a difusão do ideário promovido pelo MESP. Acerca do digital enquanto campo e contexto de pesquisa, a professora afirma que é de extrema importância a compreensão dos aspectos fundamentais que o constituem enquanto histórico e relacional. O primeiro ponto refere-se ao processo de conceituação que faz parte do leque de nomenclaturas e conceitos propostos a fim de analisar o desenvolvimento das mídias de interação digital que possibilitaram dimensionar o conteúdo digital ao qual temos acesso.

Explicita que a comercialização massiva da *internet* foi possível mediante a criação do dispositivo de geração de link “http”. Mas ressalta que o que conhecemos é uma parte ínfima dos espaços que podem compor o digital. Portanto, pesquisas pautadas no uso de

¹⁴ Pereira realizou tais apresentações durante a regência do Minicurso de “Introdução às pesquisas em/dos /sobre o uso de mídias digitais: Teoria, método e ética”, oferecido em modalidade virtual, pela UNICAMP entre os dias 27 de maio e 01 de julho de 2020. Para consultar os temas das aulas, ver referências.

mídias digitais devem considerar que estão lidando com um todo muito maior, ainda não decodificado. O segundo ponto refere-se aos demarcadores sociais que compõem o campo e os contextos digitais, pois estes permitem analisar quem são os grupos sociais que tem acesso à *internet*, que tipo de acesso é este, acesso voltado para que ações, etc. Sua importância está em propor a superação da dicotomia entre real e virtual por meio da refutação de concepções baseadas em ideias que compreendem a *internet*, e o uso dela, como um espaço harmônico, sem conflitos e/ou democrático.

Em acordo com o apresentado por Parreiras no momento do minicurso citado, o *digital* deve ser compreendido como mais uma esfera da realidade permeada por todas as condições históricas estruturadas fora de seu âmbito. Portanto não é um mundo paralelo. O emprego de metodologias científicas pautadas na abordagem das mídias digitais através das categorias histórica e relacional é extremamente relevante para delinear e situar os marcadores de desigualdades sociais que as constituem como objeto, como campo e como contexto que, ao serem analisados, expressam as relações de sociabilidade.

A escolha deste método de pesquisa para análise do discurso antidoutrinação, ideário do MESP, como dissimulação ideológica dos conflitos sociais no campo educacional ocorreu principalmente por dois motivos. O primeiro porque, à medida que são estabelecidos os demarcadores sociais, é cada vez mais perceptível a impossibilidade de neutralidade, tanto do campo, como dos grupos que nele atuam. Assim como em outros campos de pesquisa, não há relação neutra. A própria disponibilização dos dados e dos conteúdos se dá a partir das relações de poder determinadas pelas grandes empresas detentoras dos dados digitais o que também reflete objetivos e interesses específicos. Das ferramentas de busca ao cruzamento de dados, filtros e algoritmos, as interconexões estabelecidas pautam-se também na lógica do Capital, portanto da mercantilização.

A segunda motivação decorre do fato da atuação política por meio do uso de mídias digitais ser um elemento central das táticas de propaganda e mobilização política do MESP. Foi também através da atuação no campo digital que o MESP se constituiu como um *think tank* de direita inserido na rede de difusão do ideário ultraliberal no Brasil e engendrou sua estratégia com vistas a influenciar as políticas públicas educacionais e também a própria conjuntura política nacional. Inclusive, o fenômeno ficou conhecido como “Escola sem

Partido” por conta da atuação política do suposto “movimento social” de mesmo nome que mais tarde desdobrou-se nos projetos de lei.

Rocha, ao tratar da conjuntura política atual apresenta que esta tem sido influenciada pelo uso das mídias digitais. A atuação política, sobretudo nas redes sociais, ensejou a conformação de um contrapúblico ultraliberal que tem promovido a defesa pública de pautas reacionárias e de destilação do ódio em variados países¹⁵. Ainda segundo a autora a formação dos espaços digitais permitiram a percepção compartilhada de silenciamento, funcionando como “espaços de acolhimento e suporte” àqueles que se sentiam marginalizados na academia.

Ademais, ao tratar do processo de formação do contrapúblico ultraliberal no Brasil indica que este foi possível mediante a “presença precoce de jovens universitários e profissionais liberais das classes média e alta em fóruns e redes sociais digitais que possuíam interesse pelo liberalismo econômico” e comungavam do sentimento de “vítimas do esquerdismo” nos ambientes acadêmicos. Espaços que, segundo eles, são culturalmente dominados pela esquerda. Especialmente os cursos das áreas de humanidades, os quais supostamente isolam e silenciam a todos que deles discordam (ROCHA, 2019, p. 166-167).

Foi no processo de conformação do contrapúblico ultraliberal brasileiro que o MESP, a partir do ideário antidoutrinação, atuou como um desses espaços de acolhimento. O processo de disseminação de suas ideias obteve espaço em uma conjuntura política marcada pela elevação de discursos baseados no autoritarismo social em nível internacional e, em âmbito nacional, faz parte do projeto que possibilitou a reemergência do liberal-conservadorismo como saída para a crise política, econômica e social enfrentada no país.

¹⁵ Para demonstrar as ideias que fazem parte do contrapúblico ultraliberal conformado no Brasil, Rocha aciona uma gama de pesquisadores que fazem parte da literatura especializada no tema para destacar as seguintes pautas como características dos setores que compõem o chamado *contrapúblico ultraliberal* que “[...] formados por pessoas contra a imigração ilegal (Gring - Pemble, 2012); por céticos em relação à mudança climática (Kaiser, Puschmann, 2017); por evangélicos conservadores contrários à universalidade dos direitos humanos (McIvor, 2018); e por apoiadores e apoiadoras da candidatura de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos” (Thimsen, 2018). (ROCHA, 2019, 165) contribuiu para a ascensão de atuais lideranças políticas não somente nos Estados Unidos, como também no Brasil e alguns outros países da Europa. No caso brasileiro a influência do contrapúblico ultraliberal sobre sua conjuntura, caracterizada pela crise política desde 2013, fez-se nítida principalmente no desenrolar do processo que culminou no impeachment, em 2016 e nas eleições presidenciais deste mesmo ano e também de 2018, manifestando posicionamentos favoráveis ao Bolsonarismo

A atuação do grupo nas mídias digitais foi, inicialmente, organizada através de um blog criado em março de 2004 pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib¹⁶. Posteriormente, com a popularização das redes sociais, o *think tank* passou a atuar também por meio de uma *Comunidade do Orkut* (rede social extinta em 2014), uma página no *Facebook*, um perfil no *Twitter* e outro no *Instagram*. Ainda que algumas postagens e conteúdos compartilhados nas páginas oficiais do MESP nas redes sociais sejam citados neste trabalho, o objeto de análise central será o conteúdo digital produzido no blog. Isto porque, sendo ele o primeiro instrumento utilizado pelo grupo, uma análise acerca do discurso político produzido a partir do seu conteúdo pode contribuir para desvelamento de sua dissimulação ideológica.

Para tanto, é necessária a caracterização da plataforma. Um blog (ou weblog) consiste em um site informativo – ou em formato de diário – que trata de um assunto específico. Evidencia as postagens mais recentes no topo de sua página inicial. Pode ser mantido por um indivíduo ou um pequeno grupo e deve ser atualizado regularmente. Sua estrutura pode variar em design e forma, mas elemento indispensável é a apresentação de um cabeçalho com um menu e uma barra de navegação.

A área principal de visualização possui as postagens em destaque ou mais recentes e o menu lateral comumente indica links com perfis de redes sociais ou listagens de posts importantes referentes ao tema abordado. Faz parte do período chamado de “Web 2.0” caracterizado pela possibilidade de todo e qualquer usuário constituir-se enquanto um produtor de conteúdo em potencial. Popularizou-se a partir dos anos 2000, momento em que a maioria dos blogs abordavam assuntos políticos e tutoriais e desde então tem sido cada vez mais utilizado.

Seu formato é anterior às redes sociais, embora não tenha caído em desuso com a ascensão destas. Em termos de “profissionalização”, os *blogueiros* anteciparam os *influencers* e os *youtubers*. Nas palavras de Parreiras consiste em uma espécie de “pré mídia social” (PARREIRAS, 2020) e diferencia-se do site comum justamente pela necessidade de atualização constante, sendo assim mais dinâmico. Além de permitir aos visitantes expressarem suas opiniões por meio dos espaços para os comentários. Assim, a escolha do

¹⁶ Nagib ocupa o cargo de Procurador do Estado de São Paulo desde 1985, além de ter sido assessor no STF de 1994 a 2002.

MESP em atuar por meio de um blog pode ter sido decorrente justamente da mobilização política possível neste formato de mídia digital, capaz de caracterizá-lo como um movimento supostamente de massas.

Como, então, um grupo que se diz apartidário, sem ideologia, organiza-se através de uma mídia digital voltada, majoritariamente, à atuação política? De acordo com declarações de seu fundador e do que consta no próprio espaço do blog, o MESP é um movimento social apartidário que busca combater o assédio ideológico¹⁷ exercido nas escolas. Até outubro de 2019, a seção “Quem Somos” apresentava que:

Inspirado nessa bem sucedida experiência, decidimos criar o escolasempartido.org, uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. (NAGIB, Miguel. Quem Somos. **Escola sem Partido**, 11/10/2004).

A “bem sucedida experiência” refere-se à página Noindoctrination.org (Não à Doutrinação), criado um ano antes, por Luan Wright, ao descobrir que seu filho teria que escrever um artigo sobre o racismo dos brancos contra os negros na história do país. Também dizia ser um blog contrário à doutrinação ideológica exercida nas escolas estadunidenses.

Por sua vez no Brasil, o episódio que motivou a criação do blog do MESP foi gerado pela discordância do advogado em relação a uma comparação feita (entre São Francisco de Assis e Chê Guevara) pelo professor de história da escola em que sua filha estudava. Ao saber do fato Nagib ficou indignado, compareceu à direção escolar para solicitar que o professor fosse impedido de realizar tais comparações, chamadas por ele de “doutrinação” e tentou mobilizar outros pais. À época, ele não obteve adesão de nenhuma das partes e suas ideias foram encaradas como absurdas. O que, no entanto, não impossibilitou a propagação de seu ideário anos mais tarde.

Miguel (2016) analisa as referências ao episódio brasileiro como um *mito* de fundação do MESP. Moura (2016), ancorada na concepção do autor, apresenta que seu mito fundador consiste em uma estratégia discursiva que, baseada na repetição desse episódio como motivação de sua criação, sustenta uma narrativa que objetiva direcionar as ações

¹⁷ O termo “*assédio ideológico*” aparece pela primeira vez como um aprimoramento jurídico da acusação de doutrinação, uma vez que assédio possui tipificação criminal e “doutrinação” consiste em um conceito muito vago.

futuras. No caso em questão, para o combate ao suposto assédio ideológico. Ainda no mesmo artigo de apresentação, Nagib objetiva caracterizar sua referência à página estadunidense como tentativas semelhantes em países diferentes, que se encontram espontaneamente, quase que por acaso. Afirma:

Quando começávamos a pôr mãos à obra, tomamos conhecimento de que um grupo de pais e estudantes, nos EUA, movido por idêntica preocupação, já havia percorrido nosso caminho e atingido nossa meta: NoIndoctrination.org. (NAGIB, Miguel. Quem Somos. **Escola sem Partido**, 11/10/2004).

Consequências de um mesmo problema, “O flagelo da doutrinação política e ideológica em salas de aula pode ser encontrado em todo o mundo” (NAGIB, Miguel. Quem Somos. **Escola sem Partido**, 14/10/2004), por isto consideram-se imersos em uma rede global de doutrinação, na qual as semelhanças entre o MESP e a página *Noindoctrination* aparecem como resultado de duas ações espontâneas. Ambas movidas por uma preocupação comum, mas sem vínculos diretos. Possuem, assim, uma narrativa estruturada na exaltação de um acontecimento corriqueiro no cotidiano escolar como um “estopim” da doutrinação ideológica nas escolas que acaba por gerar nos pais, guiados pelo instinto natural de defesa da prole, a necessidade de combatê-la. Diante disso, definem-se como:

[...] uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de **contaminação político-ideológica** das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. (NAGIB, Miguel. Quem Somos. **Escola sem Partido**, 17/10/2004 – grifos nossos).

Se bem que didático, as diferenciações e aproximações entre as narrativas da página *Noindoctrination* e do MESP são apenas um dos elementos que evidenciam a disseminação de seu discurso como uma ação articulada e relacional, promovida não só no Brasil, como em diversos outros países. Além dos Estados Unidos, podemos encontrar iniciativas semelhantes e mais recentes na Alemanha (Neutrale Schulen), Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, Equador, Perú (Con mis hijos no te metas) e também no México (Frente Nacional por la Familia). Diante de tantos casos, a compreensão do alastramento das ideias que constituem o ideário ESP como mera coincidência ou consequência do acaso mostra-se como equivocada e

incabível. Na realidade, suas ideias fazem parte de um rol de ideologias que compõem o campo das direitas que tem ganhado terreno nos últimos anos (OFFERNI, 2020).

Na Alemanha, o Partido Alternativa para a Alemanha (*Alternative für Deutschland*, sigla AfD) organizou o *Neutrale Schulen*, um conjunto de sites que foram criados em outubro de 2018, em diversos estados do território alemão. Os sites solicitam e estimulam os estudantes a denunciarem, publicamente, professores que expressem sua opinião política em sala de aula. Apesar de algumas semelhanças a especificidade do caso está em que o AfD incentiva os estudantes a denunciarem especialmente àqueles professores que criticam o próprio AfD ou o nazismo. No caso dos outros países, no entanto, a aproximação com o caso brasileiro parece ser ainda mais íntima, uma vez que focam mais nas pautas e bandeiras mais específicas dos populistas autoritários¹⁸, sobretudo no combate à suposta “Ideologia de Gênero”.

O próprio fato de diversos países da América Latina, mais a Espanha, possuírem movimentos semelhantes não somente com bandeiras e pautas comuns, mas também de mesmo nome (*Con mis hijos no te metas - CMHNTM*), já é uma demonstração do caráter internacional deste projeto. A própria estética das plataformas dos movimentos é muito parecida: seções divididas pelas cores azul e rosa buscam acometer os elementos culturais dos movimentos que lutam por igualdade de gêneros, como as cores do arco-íris da bandeira LGBTQI+ e do roxo da bandeira feminista, por exemplo. Assim, as ações desses movimentos organizam-se em torno da máxima “*Menino veste azul e Menina veste rosa*”¹⁹, reafirmam o binarismo heteronormativo e reivindicam a família natural (biológica e divina) como modelo social.

Tanto os movimentos que compõem o CMHNTM, quanto a FNF no México tem atuação nas mídias sociais, alguns com sites próprios, mas todos com páginas no *Facebook*. Foram criados a partir de 2016 e são frutos da articulação de grupos e líderes cristãos, majoritariamente evangélicos, que compõe grupos de fundamentalistas religiosos radicais e

¹⁸ Todos os grupos criados possuem figuras públicas religiosas – em sua maioria evangélicos conservadores e fundamentalistas religiosos – que atuam como porta-vozes das aspirações dos movimentos, impulsionando sua carreira política.

¹⁹ A afirmação “Menino veste azul e menina veste rosa” foi feita em 02 de janeiro de 2019 por Damares Alves, atual Ministra da Mulher e dos Direitos Humanos, quando da cerimônia de posse dos ministros do Governo Bolsonaro.

neoconservadores da América Latina e dos Estados Unidos (Bedoya, 2017) que comungam do combate ao que denominaram de *Ideologia de Gênero*. E é aqui que reside o cordão umbilical entre o MESP e os movimentos que surgiram, mais de uma década depois de sua criação, em variados países da América Latina.

A partir do sucesso logrado pela atuação do MESP na sociedade brasileira, os adeptos do liberal conservadorismo aprenderam *como fazer*. Isto é, perceberam que a atuação por meio de *think tanks* voltadas à aprovação de medidas conservadoras no campo educacional tem realizado avanços. Diferente da página estadunidense *Noindoctrination*, no caso brasileiro, inicialmente o elemento central da reação aos conteúdos curriculares e educacionais não advém do combate às questões étnico-raciais especificamente (embora seus partidários comumente sejam contrários às pautas e bandeiras de igualdade racial e antirracistas), mas à criminalização de teorias chamadas, pelos neoliberais, de *coletivistas*.

O objeto central da narrativa que fundamenta o mito fundador (MIGUEL, 2016) de criação do blog brasileiro é representado pela criminalização, não só do professor, mas também da própria figura do Chê. A deturpação da consciência de classe do sujeito histórico revolucionário (que não pode ser comparado a São Francisco de Assis) constitui um elemento fundamental do MESP, a saber: um forte apelo de viés anticomunista.

O primeiro modelo de página inicial do MESP (abaixo) foi utilizado entre 2004 e 2012:

Figura 2 – Página inicial da primeira versão do blog do Movimento Escola sem Partido



Fonte: Site Wayback Machine, ferramenta da Internet Archive²⁰.

Há elementos muito interessantes nesta primeira versão. A começar pela organização do conteúdo, pode-se observar que o elemento mais chamativo da página (ao centro) é uma referência ao Artigo 226, da Constituição Federal de 1988²¹, que busca atribuir um caráter de garantia de direitos (no caso em questão concernente ao acesso à educação) e de luta política dentro dos termos da legalidade.

À esquerda, tem um “Menu”, que contém seções (artigos, links de interesse, livros didáticos, notícias, etc) que buscam comprovar a existência da doutrinação a partir da disponibilização de materiais que argumentam em defesa desta ideia. Na listagem do menu há ainda outras seções que objetivam facilitar a identificação, por parte do indivíduo, dos momentos de doutrinação (Flagrando o doutrinador, corpo de delito, dentre outras).

Há também uma segunda lista à direita. Intitulada “Legal” que reforça o tom de legalidade do movimento e refere à própria estrutura organizacional – inclusive jurídica – do MESP, além de disponibilizar abas de apresentação, contato e direito de resposta. Esta última constituía uma seção que previa a oferta “ao professor nomeado, ou aos responsáveis pela

²⁰ Disponível em: <https://web.archive.org/web/20041214014043/http://escolasempartido.org/>

²¹ Como pode ser visto na Figura 2, a referência do MESP à CF/88 diz basear-se no Art. 226, incisos II e III. Contudo, o conteúdo mencionado (“O ensino será ministrado com base nos princípios próprios da liberdade - de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber - e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”) pertence ao Art. 206, incisos II e III.

instituição de ensino correspondente, a oportunidade de contestar a mensagem que lhe diga respeito” (NAGIB, Miguel. Direito de Resposta. **Escola sem Partido**, 17/10/2014). Esta opção, no entanto, foi excluída. Fez-se presente somente na primeira versão.

Ao investigar a utilização do termo doutrinação pelo MESP no blog, é gritante o fato de que não há uma definição concisa do que consiste a doutrinação que eles dizem existente nas escolas. Contudo, uma pesquisa pelos espaços da plataforma demonstra que, apesar do MESP reivindicar-se contrário à doutrinação ideológica de qualquer espectro político, as manifestações realizadas em seu blog constantemente acusam de doutrinação temas referentes a acontecimentos históricos da realidade social e metodologias de ensino críticas.

Aliás, o próprio MESP manifesta-se sobre este último aspecto quando do resultado da enquete sobre qual grupo (esquerda ou direita) se beneficiaria mais com a doutrinação ideológica nas escolas²². A enquete possibilitava aos visitantes da página a realização de comentários sobre. Em 26 de março de 2005, o blog publica um “*Aviso aos visitantes*” no qual pretendeu elucidar algumas questões relativas aos resultados obtidos.

Neste aviso é apresentado que “Alguns comentários deixados em nossa primeira enquete colocam em dúvida a imparcialidade do *site* pelo fato de os artigos nele veiculados serem críticos à esquerda” e em seguida rebate a estes comentários falando que isto ocorre por conta de ser “precisamente a esquerda quem organiza, incentiva, executa e colhe os frutos da doutrinação ideológica” (Aviso aos visitantes. **Escola sem Partido**. 26/03/2005). Ainda sobre a utilização de enquetes, em 2011, a comunidade “Escola sem Partido” do *Orkut* também realizou uma enquete, que inclusive serviu como justificativa para o combate à doutrinação .

A seção “Flagrando o doutrinador”, que objetiva capacitar os partidários do MESP a identificarem possíveis situações de doutrinação, apresenta que

De um modo geral, as estratégias da doutrinação ideológica são muito pouco sutis. Qualquer estudante medianamente atento logo se dá conta da “linha” do professor. Ao deparar-se, no entanto, com uma audiência intelectualmente mais sofisticada, o doutrinador pode também sofisticar sua abordagem, dissimulando a propaganda ideológica numa **roupagem pseudo-científica**. (NAGIB, Miguel. Flagrando o doutrinados. **Escola sem Partido**, 11/10/2004 – grifos nossos)

²² Enquete realizada sob a pergunta “*Na sua opinião, qual grupo de beneficia mais com a doutrinação ideológicas?*” seguida das alternativas “*Direita*” e “*Esquerda*”. Infelizmente, o “Wayback Machine” não consegue rastrear as atualizações referentes às páginas específicas dos resultados e comentários da enquete, impossibilitando a exatidão das datas de criação e finalização desta.

Mas o que seria essa roupagem pseudo-científica? Fundamentados na compreensão de que vivemos em uma sociedade livre e equilibrada, qualquer perspectiva que realize críticas e questionamentos a ordem vigente é considerada uma anomalia, uma contaminação que deve ser erradicada da sociedade. Por isto, a acusação de doutrinação nesse primeiro momento é um rechaço a visões do campo do marxismo, uma vez que o materialismo histórico-dialético aponta as contradições que produzem as mazelas sociais a partir dos conflitos existentes na sociedade de classes, organizada por meio da luta histórica entre exploradores e explorados.

Assim, inicialmente a acusação de doutrinação, refere-se a uma certa “doutrinação marxista”. Dentre as práticas de ensino-aprendizagem elencadas pelo MESP como ações desta doutrinação estão a utilização de noticiários e periódicos como referência a acontecimentos contemporâneos, a indicação de referências e análises de obras dos mais variados campos da arte, a promoção de debates acerca de assuntos que possam gerar a contestação de convicções políticas e crenças religiosas, abordagens que apresentam conflitos entre grupos sociais como resultado de organizações estruturais, entre outros.

É através destes métodos que, de acordo com o MESP,

a pretexto de transmitir uma “visão crítica da realidade” [...] militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo, (NAGIB, Miguel. Flagrando o doutrinador. **Escola sem Partido**, 11/10/2004).

Pode-se dizer então que o sentido de doutrinação corresponde a visões de mundo críticas da realidade? Para melhor reflexão acerca deste ponto, é necessário compreender os objetivos, estratégias e táticas políticas realizadas pelo MESP através de seu blog, e para além dele, durante suas quase duas décadas de existência.

1.2. Objetivos, táticas e estratégias do Movimento Escola sem Partido

Penna (2017), ao propor a análise do Escola Sem Partido como uma “chave de leitura do fenômeno educacional” brasileiro, o compreende como um discurso que vem sendo propagado – inclusive financeiramente – desde 2004 que tem sido fortalecido à medida que os setores neoliberais intensificam o processo de mercantilização da educação, aderindo à judicialização a partir de 2014. (PENNA, in FRIGOTTO, 2017).

Sobre seus objetivos políticos – embora não reivindicados como políticos – o MESP apresenta que o

EscolasemPartido.org foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do conhecimento para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos. (OBJETIVOS. **Escola sem Partido**, 23/09/2004).

Assim, o intuito é criar um instrumento permanente de denúncia do pensamento crítico nas escolas. Dessa vez, não mais exercido pelos órgãos institucionais, mas pelos próprios estudantes. Por meio da ajuda e aprimoramento contínuo de recursos tecnológicos, sobretudo dos celulares, os órgãos institucionais de repressão ao papel político do professor e dos próprios estudantes - utilizados em contextos como da ditadura militar-empresarial, por exemplo – diluem-se nas ações destes estudantes, que além de tudo, passam a sentir-se como participantes de uma oposição à falida estrutura escolar existente.

A análise acerca da estratégia realizada pelo MESP ao longo desses anos de existência demonstra que o *testemunho* tem um papel importantíssimo. Além dos relatos dos estudantes o blog possuía uma seção intitulada *Defenda seu Filho*, um canal de comunicação destinado ao recebimento de mensagens dos pais dos alunos vítimas de doutrinação político-ideológica. Neste sítio, os pais também poderiam optar por enviar uma cópia da denúncia feita à instituição denunciada, para que esta possa exercer o direito de resposta. Não obstante, os testemunhos dos pais e estudantes que considerados vítimas da doutrinação ideológica fazem parte de uma estratégia que está muito aquém de possibilitar o exercício pleno do direito de liberdade de expressão.

O Quadro 2 (abaixo) compreende a sistematização dos *Objetivos* do Movimento, organizados através das *Bandeiras* por eles elencadas e suas *Ações* para realizá-las, e possibilita uma melhor visualização da estratégia adotada pelo MESP em seu primeiro período de atuação.

Quadro 2 – Sistematização dos Objetivos, bandeiras e ações políticas do Movimento Escola Sem Partido

Objetivos do Movimento Escola sem Partido	
Bandeiras	Ações
<p>Descontaminação e desmonopolização ideológica das escolas.</p> <p>Respeito à integridade moral e intelectual do estudante.</p> <p>Respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.</p>	<p>Apoiar iniciativas de pais e estudantes destinadas a combater a doutrinação ideológica, seja qual for a sua coloração²³.</p> <p>Orientar o comportamento de pais e estudantes quanto a melhor maneira de enfrentar o problema.</p> <p>Oferecer à comunidade em geral análises críticas de bibliografias, livros didáticos e conteúdos programáticos.</p> <p>Promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público sobre os temas “doutrinação ideológica”, mediante a divulgação de atos normativos, códigos de ética, pareceres, estudos científicos, artigos e links relacionados ao assunto.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar as articulações entre as bandeiras e ações políticas para realização de seus objetivos, percebe-se que a estratégia inicial do MESP se baseia em colocar

[...] à disposição de estudantes universitários e do nível médio um espaço no qual poderão expressar suas opiniões sobre professores, livros e programas curriculares que ignoram a radical diferença entre *educação* e *doutrinação*. (OBJETIVOS. **Escola sem Partido**, 23/09/2004).

Este espaço é o próprio blog que, a partir de sua estrutura digital, atuou – e ainda atua – como ferramenta voltada à organização coletiva dos grupos e indivíduos adeptos do discurso antidoutrinação. Inicialmente, o objetivo central esteve em promover a aceitação

²³ Usam o termo *coloração* ao invés dos conceitos de raça e etnia, o que representa um rechaço aos estudos étnico raciais.

deste discurso como um fato verídico. Por meio da criação de um espaço comum capaz de reunir testemunhos de pais e estudantes e divulgar artigos, notícias, indicações de sites e materiais didáticos, o MESP buscou comprovar a existência da doutrinação como uma condição verdadeira na realidade educacional.

As provas também serviram para munir seus partidários de argumentações interessadas na mobilização política de seus defensores em torno de argumentos legalistas, direcionando-a para o estabelecimento de encaminhamentos pautados na institucionalização de seu ideário por meio de atos normativos.

Porém, para além de um blog, o MESP foi constituído enquanto uma organização da sociedade civil voltada ao combate à doutrinação político-ideológica. Devendo, portanto, atuar nesta sociedade de modo a não restringir sua atuação política somente ao campo das ideias, e sim possibilitar o acúmulo de forças suficientes para impulsionar mudanças nas diretrizes educacionais vigentes, conforme os interesses e objetivos do próprio movimento. Assim, em 2008, com um pouco mais de quatro anos de existência, os militantes do MESP afirmaram que

O EscolasemPartido.org está fazendo quatro anos. Nesse meio tempo, embora tenhamos obtido algumas vitórias, ficou claro que nossos adversários são infinitamente mais poderosos que nós. E o que é mais grave: enquanto eles estão agindo no mundo real – nas salas de aula, nos auditórios, nos governos, nas editoras, etc. –, nós estamos apenas esperneando na *internet*. (Campanha do Cartaz Antidoutrinação. **Escola sem Partido**. 25/10/2008)

Preocupados com a falta de atuação fora do âmbito virtual, em junho de 2008, organizaram uma “Campanha do Cartaz Antidoutrinação” que propunha a realização de uma ação civil pública, junto ao Ministério Público, com o intuito de aprovar a afixação de um cartaz contendo uma “*Relação de Deveres do Professor*” (abaixo) em todas as salas de aulas, fossem elas de escolas públicas ou privadas.

Figura 3 – Cartaz Antidoutrinação da Campanha de 2008

The image shows a screenshot of a web page with a grey background. On the left is a 'MENU' sidebar with links like 'Artigos', 'Corpo de Delito', and 'Depoimentos'. On the right is a 'LEGAL' sidebar with links like 'Apresentação', 'Como Participar', and 'Condições de Uso'. The main content area is titled 'Campanha do Cartaz Antidoutrinação' and features a blue heading 'DEVERES DO PROFESSOR'. Below this heading are five numbered points in bold black text, detailing the responsibilities of teachers regarding indoctrination in the classroom. A search bar is visible in the bottom right corner of the main content area.

MENU

- Artigos
- Corpo de Delito
- Defenda seu Filho
- Depoimentos
- Doutrinação pelo Mundo ..
- Flagrando o Doutrinador
- Links de Interesse
- Livros Didáticos
- Mídia
- O Papel do Governo
- Síndrome de Estocolmo
- Vestibular

LEGAL

- Apresentação
- Como Participar
- Condições de Uso
- Direito de Resposta
- Objetivos
- Privacidade
- Quem Somos
- Fale Conosco

Campanha do Cartaz Antidoutrinação

DEVERES DO PROFESSOR

- 1. O professor não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-ideológica, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo.**
- 2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, religiosas, ou da falta delas.**
- 3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.**
- 4. Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.**
- 5. O professor não criará em sala de aula uma atmosfera de intimidação, ostensiva ou sutil, capaz de desencorajar a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus, nem permitirá que tal atmosfera seja criada pela ação de alunos sectários ou de outros professores.**

Busca

Fonte: Página do blog do Movimento Escola Sem Partido.²⁴

Os testemunhos dos estudantes, acumulados ao decorrer dos quatro anos, seriam anexados à ação civil pública como provas da denúncia realizada. Iniciativa do próprio Miguel Nagib mais o apoio de um grupo de pais, estudantes e ex-estudantes, o Ministério Público de Brasília foi o primeiro a receber uma ação civil deste teor. A partir dela, o MESP incentiva seus adeptos a fazerem o mesmo, pois qualquer pessoa pode propor ações civis públicas que denunciem lesões de direitos coletivos e difusos.

Apresenta que a mesma ação civil pode ser representada em todas as instâncias do Ministério Público, explicitamente, propõe:

Se exercermos esse direito constitucional – como já fizemos em Brasília –, poderemos deflagrar um movimento de grande envergadura, levando a órgãos do Ministério Público de centenas de cidades brasileiras uma denúncia formal e fundamentada contra a prática da doutrinação ideológica nas escolas e pedindo providências concretas para combatê-la. (Campanha do Cartaz Antidoutrinação. **Escola sem Partido**. 25/10/2008).

²⁴

Como subsídio, o MESP disponibilizou a cópia da representação feita por Nagib para servir de instrução para outras petições e também elaborou um modelo de processo jurídico para seu ajuizamento. Sob o argumento de viabilizar aos alunos sua autodefesa contra a doutrinação político ideológica, via o cartaz com as *Relações de Deveres do Professor*, a “Campanha do Cartaz Antidoutrinação” inaugura a tática de promover mudanças nas diretrizes educacionais através da interposição de ações jurídicas articuladas em todos os níveis dos três poderes.

Apesar da Campanha não ter conseguido impulsionar a ampliação dos objetivos do MESP, sua estrutura não foi deixada de lado. Dispostos a romper com a manutenção de uma suposta hegemonia do que denominam de “cultura de esquerda” na educação, o MESP atuou para além dos espaços virtuais. Seus militantes aliaram-se a setores com notável inserção na imprensa, mídias, fundações sociais e instituições. O que contribuiu para que a tática de ações em todos os âmbitos federativos como modo de influenciar as decisões acerca das políticas públicas educacionais fosse reconfigurada mediante a elaboração dos projetos de lei que originaram o Programa Escola sem Partido (PESP).

Durante aproximadamente dez anos, o ideário defendido pelo MESP enraizou-se na sociedade brasileira. Por um lado, atuou por meio da imprensa, mídias e redes sociais como principal tática de propaganda: além do blog oficial, possuía páginas no *Orkut* e ainda possui contas ativas no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. Por outro, obteve forte inserção nas disputas das políticas educacionais brasileiras: através da consolidação de uma rede de influências, articulada por setores interessados na implantação do programa educacional liberal-conservador. Assim, embora criado em 2004, foi somente em 2014 que o ESP ganhou maior notoriedade, quando seus princípios políticos-ideológicos foram transpostos em forma de projetos de lei que passaram a constituir o Programa Escola sem Partido.

Para melhor compreensão deste processo, vejamos o que Moura (2016) apresenta acerca do período de alastramento dos discursos que constituem o ideário defendido pelo MESP. A autora aponta três momentos principais de penetração de seus princípios no tecido social brasileiro. O primeiro momento ocorreu em 2007, quando da polêmica do livro didático *Nova História Crítica*. Desencadeada por Ali Kamel, que em sua coluna do Jornal *O Globo*, criticou duramente a coleção organizada por Mário Furley Schmidt. O artigo, publicado em

18 de setembro de 2007 acusava Schmidt de fazer “propaganda ideológica do comunismo” e teve grande repercussão no meio jornalístico.

O segundo em 2011, quando o material didático de Combate à Homofobia, produzido pelo MEC recebeu, por parte de políticos conservadores e da grande imprensa, a alcunha pejorativa de “Kit Gay”. Gerou-se uma intensa polêmica e a pressão ao governo resultou na suspensão da distribuição do material. Por fim, o terceiro momento dá-se em 2014 quando da crise política e da polarização social. As “Jornadas de Junho” ocorridas em 2013 escancararam a insuficiência da estratégia democrática e popular (MARTINS, 2014) dos governos do PT. O que caracterizou os anos seguintes como um período marcado pela intensificação da polarização política no país.

Os três momentos de penetração do ideário do MESP apresentados no trabalho da autora, dentre outras pesquisas acadêmicas, alicerçam a compreensão, nesta dissertação apresentada, acerca do papel da imprensa para a difusão do ideário antidoutrinação no imaginário social brasileiro, além de revelarem as alianças políticas realizadas em torno do PESP. Em 2007, o MESP existia já há mais de três anos.

Inclusive, acerca do caso, o blog reproduziu dois materiais: uma entrevista dada por Ali Kamel a Rodrigo Constantino e uma “reportagem da Folha sobre a cartilha de Mario Schmidt”, as duas publicadas em 20 de dezembro de 2011. Kichileski (2019) investigou o posicionamento político dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* sobre a articulação política do MESP, a partir da análise de seus editoriais que tratam deste tema e considerou que:

[...] pode-se dizer que as convergências argumentativas dos editoriais são mais relevantes que suas diferenças. A análise do *corpus* reforçou a percepção de que as abordagens opinativas dos grandes jornais ignoraram as contextualizações históricas e sociais, buscando manobras discursivas que reproduzem a compreensão do fenômeno educacional em seu sentido ideológico no contexto hegemônico. (KICHILESKI, 2019, p.123 - grifos do autor).

Esta afirmação resulta da compreensão do jornalismo como um campo que possui uma dimensão de produção e reprodução de sentidos realizadas em um contexto de “produção de consenso pela mídia empresarial” (KICHILESKI, 2019, p.123) baseada na celebração do mercado como responsável, via produção e consumo, pelo atendimento das demandas sociais.

Neste contexto, nenhum dos jornais analisados criticou a posição retórica do MESP baseada na noção de educação como uma prestação de serviço.

Demonstra ainda que, apesar de os jornais dos editoriais analisados não terem afirmado, abertamente, apoio às ações do MESP. Estes, ao compactuar com a narrativa deste movimento como *efeito* de alguma *causa* realmente existente, que precisa ser resolvida com urgência, acabaram por endossar sua agenda política. Ao considerar os apontamentos de Kichileski (2019), compreende-se que o tratamento dado pela imprensa à polêmica gerada pelo artigo de Ali Kamel, constitui um exemplo cabal do papel da imprensa para a difusão dos preceitos políticos-ideológicos do MESP.

A crítica realizada por Kamel acerca do que ele chama de “doutrinação ideológica” aparece em tom de denúncia e sua repercussão deslegitima não só o trabalho pedagógico de Mario Schmidt, mas o criminaliza enquanto profissional e enquanto sujeito, aproximando-se mesmo da narrativa do MESP. Além disso, Nelito Fernandes, em publicação da Revista Época de 05/10/2007, na qual tratou do “sumiço” do professor Schmidt dos lugares que ele costumava frequentar, utilizou da mesma perspectiva moral acusatória que fundamenta o discurso do MESP. No dia seguinte à publicação de Kamel, foi divulgada uma notícia sob o título “*Livro Didático reprovado pelo MEC segue sendo usado em salas de aula do Brasil*” (O Globo, 2017).

Seguida pelo artigo “*MEC: avaliadores não consideraram propaganda texto do PT em livro didático*” escrito por Demétrio Weber, e publicado em 02/10/2007, a denúncia antes direcionada ao professor, realiza-se agora como uma denúncia ao próprio Governo. Tais publicações buscaram caracterizar a utilização dos livros em questão como imoral e criminosa e alçaram o MEC, gerido pelo Ministro de então Fernando Haddad (PT), à condição de cúmplice da tentativa de doutrinação da coleção “Nova História Crítica”. Assim, como os editoriais abordados por Kichileski, a abordagem da imprensa acerca da polêmica do caso Kamel-Schmidt faz coro junto à

[...] narrativa de que o ESP é uma *consequência* de uma doutrinação constituída nas instituições educacionais do país. Os jornais reconhecem que o movimento tem postura conservadora, mas não cogitou a possibilidade do ESP ser uma *causa* de setores sociais com interesses/agendas próprias (KICHILESKI, 2019, p.126)

Ao não questionar a existência da doutrinação, a imprensa corrobora para a naturalização dos preceitos políticos-ideológicos do MESP, que incidem sobre a sociedade brasileira, com vistas à legitimação da educação entendida como um serviço. A compreensão da educação como mercadoria não é posta em xeque. Através do consenso produzido pela mídia empresarial, a aceitação da doutrinação se apresenta como uma estrutura real no sistema educacional brasileiro. Sua abordagem na esfera jornalística busca apresentar a doutrinação como uma verdade, contribuindo para a aceitação de seu ideário.

Aliás, há alguns jornalistas que estão diretamente relacionados à difusão deste ideário. Além de defenderem as pautas do Escola sem Partido, possuem produções divulgadas pelas páginas oficiais do *think tank* aqui estudado. Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino possuem artigos, nos quais falam da doutrinação, que foram reproduzidos e divulgados no blog do MESP. Olavo de Carvalho, além de artigos possui diversos vídeos compartilhados.

Leandro Narloch, por sua vez, é autor do livro referenciado no título da seção “*Biblioteca Politicamente Incorreta*”, incluída na segunda versão do blog do MESP. Esta esteve ativa entre meados de 2012 ao início de 2019. O livro de Narloch “Guia Politicamente Incorreto de História do Brasil”, mais o livro “Guia Politicamente Incorreto de História da América Latina” também de sua autoria, só que desta vez em parceria com Duda Teixeira, são conteúdos fixos da seção da biblioteca. Segue abaixo imagem da segunda versão:

Figura 4 – Página inicial da segunda versão (2013) do blog do Movimento Escola sem Partido

ESCOLA SEM PARTIDO

educação sem doutrinação 

Apresentação Quem somos Objetivos Participe Condições de Uso Direito de Resposta Privacidade FAQ Contato

- HOME
- ARTIGOS
- CORPO DE DELITO
- DEFENDA SEU FILHO
- DEPOIMENTOS
- DOUTRINA DA DOUTRINAÇÃO
- DOUTRINAÇÃO PELO MUNDO
- EDUCAÇÃO MORAL
- GOVERNO
- LIVROS DIDÁTICOS
- MÍDIA
- MOVIMENTO ESTUDANTIL
- REPRESENTAÇÕES AO MP
- SÍNDROME DE ESTOCOLMO
- UNIVERSIDADES
- VESTIBULAR

Tomatadas

O Blog do Diniz

Não deixe que seu professor faça isso com você.



Denuncie!

A professora de literatura, no último ano da escola, soltou esta: "Onan era o deus grego da masturbação".

Propaganda eleitoral em sala de aula

Por Miguel Nagib 



Quando o ex-presidente Lula compareceu ao programa do Ratinho para promover a candidatura de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo, os demais candidatos profetaram contra a violação escancarada ao calendário eleitoral. E com razão. Mas o fato é que episódios como esse são apenas a parte visível do imenso iceberg da propaganda eleitoral ilícita realizada pelo PT. O grosso dessa propaganda não aparece na tevê e não é captado pelo radar da Justiça Eleitoral.

Leia mais...

UNE: Idealismo é com os liberais; comunista gosta mesmo é de dinheiro... dos outros!!! Ou: Desdentados financiam a cachaça dos comunas

Por Reinaldo Azevedo 

A UNE (União Nacional dos Estudantes) há muito se tornou um ajuntamento de pelegos, mera repartição pública financiada pelo erário. Reportagem de Demétrio Weber e Regina Alvarez, no Globo, revela mais uma lambança da turma envolvendo dinheiro público. Nota-se a semelhança entre os métodos empregados pela entidade e aqueles que vigiam no Ministério dos Esportes. A UNE, a exemplo do ministério, é comandada pelos "camaradas" do PCdoB. Leia trechos da reportagem. Volto para arrematar.

Leia mais...

Entenda a repercussão do Caso COC sobre o futuro da liberdade de expressão no Brasil

Por Miguel Nagib 



Mesmo sem ter sido julgada em primeira instância, a ação movida pelo Sistema COC de Ensino contra o coordenador do ESP, o advogado Miguel Nagib, e a jornalista Mirian Macedo já chegou ao Supremo Tribunal Federal (clique aqui para saber detalhes do processo).

O STF vai decidir, pela primeira vez, se uma ação de reparação de danos alegadamente causados por matéria informativa ou crítica veiculada pela internet deve ser ajuizada no foro do domicílio da pessoa que se diz ofendida – como se tem considerado até hoje – ou no do responsável pelos danos alegados (no caso, a ação foi ajuizada em Ribeirão Preto, onde fica a sede do COC, apesar de Nagib e Mirian terem domicílio em Brasília e São Paulo, respectivamente).

Leia mais...

"A educação para valores é um

Dia Nacional de Lula contra a Doutrinação nas Escolas

Deuses do Professor

Flagrando o Doutrinador

Planeje sua Denúncia

Conselho aos Pais

Casa COC

« Fechar a porta de uma sala e ter lá dentro 20 ou 30 crianças e um professor mais velho é um fenômeno muito estranho, em que muito pouca gente pensa. (...) Portanto, eu sou completamente contrária à ideia de abrir a escola ao meio e a toda essa conversa fiada que, em última análise, só serve para desmantelar esse lugar mágico que é a sala de aula. »

Olga Pombo

« Por mais que um mestre tenha uma posição política, uma ideologia, um conjunto de valores, uma moral, um aporte ético, jamais deveria ter um partido. Ou sua inteligência para ENSINAR estará, a meu ver, tismada. Um mestre tem de pensar com desassombro. Se é procurador de um projeto de poder, por mais inviável que seja, seu lugar é a militância, não a sala de aula. Se milita

Fonte: Site do blog do Movimento Escola Sem Partido.

Salta aos olhos o destaque dado às obras de Narloch. Acerca das relações entre o autor e a defesa do ideário ESP, o trabalho de Offerni (2020) nos traz importantes contribuições voltadas à compreensão da articulação do MESP junto a outros *think tanks*. Afirma que os grupos liberais conservadores disputam não só os conteúdos escolares, mas também o controle em torno da gestão escolar e até mesmo a própria história para dissimular as desigualdades sociais. Apresenta ainda que as obras de Narloch referenciadas pelo MESP empreendem a narrativa histórica do revisionismo histórico de direita por meio da conversão da história em “entretenimento”, produto da indústria cultural (OFFENI, 2020).

Difundido mais fortemente a partir da década de 1980, o revisionismo histórico de direita se projeta no contexto de polarização política baseada na crise do bloco socialista, fundamentando assim, um suposto afastamento do totalitarismo por meio da “luta pela liberdade”. A mesma estratégia discursiva se apresenta na manifestação do discurso antidoutrinação fomentado pelo MESP. A adesão do discurso antidoutrinação ao revisionismo histórico de direita produz a ressignificação do discurso anticomunista a partir de uma estratégia pautada no apoio ao totalitarismo e ao neoliberalismo.

Retornando às modificações da segunda versão do blog do MESP, em 2014 a “Biblioteca Politicamente Incorreta” anexa ao seu acervo o livro “Professor não é Educador”, de Armindo Moreira, que busca legitimar a dicotomia entre Educação e Doutrinação realizada pelo grupo. Ademais pode-se observar que outros conteúdos foram anexados ao blog, além de também terem sido criadas novas seções. Ainda sobre a atuação por meio da segunda versão, é neste período que há o fortalecimento das ações pautadas na judicialização. O incentivo à realização de ações de representação, por parte dos pais, junto ao Ministério Público foi impulsionado por meio da estruturação de uma aba específica para este fim e, a partir de 2014, os pressupostos do MESP foram transformados em projetos de lei.

1.3. Alianças em torno do Programa Escola sem Partido

A incidência sobre o Material de Combate à homofobia, que obteve vitória ao barrar sua divulgação, contribuiu significativamente para a mudança de foco importantíssima no discurso fomentado pelo MESP: Como forma de impulsionar sua promoção, a ênfase do

discurso antidoutrinação passou da “Doutrinação marxista” para a “Ideologia de Gênero” (MIGUEL, 2016, p.51), o que permitiu a realização de alianças políticas junto a seus apoiadores e/ou membros de grupos religiosos católicos, evangélicos e em menor número espíritas conservadores, presentes nas esferas parlamentares.

Tais setores buscaram inserção nas mídias, fundações sociais, instituições, além da criação de novos partidos e aproximação a grupos empresariais e políticos, inclusive no âmbito educacional. Este último economicamente marcado pela formação de grandes conglomerados empresariais e envolvimento direto com o setor financeiro (GALZERANO; MINTO, 2018). A crise política se aprofundou e, no campo educacional a polarização se intensificou ainda mais quando ocorridas as ocupações estudantis nos seguintes – principalmente de 2014 a 2016 – que buscavam barrar o processo de reorganização escolar, quer fosse resistindo à aprovação da Reforma Empresarial da Educação (FREITAS, 2018), quer fosse barrando o fechamento de escolas.

Deste modo, a partir de 2014 o MESP retoma a tática adotada na “Campanha do Cartaz Antidoutrinação” de 2008 para garantir a imposição de seus interesses aos Sistemas de Ensino. Como resultado de uma ação política articulada por parlamentares adeptos ao Programa, seus princípios políticos-ideológicos foram sistematizados e propostos para aprovação. Por meio de uma gama de projetos de lei que, a partir de 2014, foram apresentados em todas as instâncias dos entes federados. Fossem elas municipais, estaduais ou federais, o deslocamento das decisões próprias das instituições educacionais e escolares para os espaços jurídicos e parlamentares objetivavam, via aprovação do PESP, a institucionalização das ideias promovidas pelo MESP.

Antes visto com descrença, seus princípios políticos-ideológicos transpostos em forma de projetos de lei, apresentaram-se como uma ação possível de concretização principalmente de 2014 a 2017. Assim, o MESP fortaleceu sua atuação por meio de duas táticas principais: pressão pública e pressão parlamentar. As duas estabelecidas a partir da compreensão destas ações como manifestações de uma abstrata vontade geral do povo brasileiro. Por meio desta estratégia o blog e as páginas nas redes sociais atuam como um “instrumento estratégico de mobilização e propaganda” ao passo que os projetos de lei servem

de “instrumento jurídico-político de controle da escola” (ESPINOSA & QUEIROZ in FRIGOTTO, 2017).

O primeiro projeto de lei foi redigido pelo próprio Miguel Nagib, a pedido do até então deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PL n°2974/2014), além de ter sido utilizado como referência para elaboração dos demais projetos de mesmo teor. Ancorado no Código de Defesa do Consumidor (CDC) o PL n°2974/2014 explicita a substituição da noção de educação como bem comum – portanto direito de todos – pela noção de educação como serviço que, como tal, pode e deve ser mercantilizado.

Frigotto (2017) traz à tona esta ligação do PESP com o CDC a partir de fala dita pelo próprio Miguel Nagib em audiência pública realizada em 01 de setembro de 2016, na qual o advogado participou como debatedor de defesa do projeto. O autor demonstra que “Miguel Nagib afirma com todas as palavras que a inspiração do projeto Escola sem Partido foi o código de defesa do consumidor” (FRIGOTTO, 2017, p.39), uma vez que

O Código de Defesa do Consumidor intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador dos serviços que são prestados pelos fornecedores. Da mesma maneira, a nossa proposta ela intervém na relação de ensino-aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação que é o estudante, aquele indivíduo vulnerável, que está se desenvolvendo. (Miguel Nagib, em Audiência Pública no Senado Federal realizada em 1/9/2016, apud Frigotto, 2017, p.39)

Portanto, baseado na concepção mercadológica da educação, o PL n°2974/2014 propõe ainda que seja anexado, em todas as salas de aula da educação básica, um cartaz contendo os “Deveres do Professor” (Figura 5).

Figura 5 – Cartaz proposto pelo Programa Escola Sem Partido para ser anexado nas salas de aulas



Fonte: Site do Programa Escola Sem Partido²⁵

Sobre o cartaz, podemos observar que este aprimorou a relação de deveres apresentadas no Cartaz da Campanha Antidoutrinação de 2008 (Figura 3), sobretudo ao denominar de “audiência cativa” o que antes fora apresentado como “inexperiência, falta de conhecimento ou imaturidade” (Campanha do Cartaz Antidoutrinação. Escola sem Partido. 25/10/2008). Sob o pretexto de “informar aos estudantes o direito destes de não serem doutrinados”, instaura-se uma relação entre professor-aluno baseada em ameaças. Deste

²⁵ O site do Programa Escola Sem Partido (<http://www.programaescolasempartido.org>) já não existe mais, pois foi excluído em 2019.

período em diante o número de projetos de lei que propõe o Programa ESP cresce rapidamente.

Por meio de uma forte articulação promovida pelos parlamentares e empresários que são seus adeptos, o ESP galga projeção na mídia e pipocam projetos de lei semelhantes ao proposto por Flávio Bolsonaro em todas as regiões do país, estimulada pela publicação, no site oficial do ESP, de um modelo de Projeto de Lei para que parlamentares imprimissem e protocolassem em suas instâncias representativas.

Um ano depois, em 2015, o parlamentar Izalcí Lucas Ferreira, à época deputado federal pelo PSDB-DF e membro da Frente Parlamentar Católica, em aliança com a Frente Parlamentar Evangélica, propõe a inclusão dos princípios políticos-ideológicos do ESP nas bases da Educação Nacional. É apresentado à Câmara Federal o PL nº867/2015 e, diante da repercussão polêmica, Izalcí consegue a aprovação de uma audiência pública, com participação de alguns convidados, para discussão do tema. Deste modo, o dia 24 de março de 2015, data da audiência realizada na Câmara dos Deputados, é considerado um dia histórico pelos defensores do ESP.

Dentre as ilustres figuras convidadas para o debate constaram o próprio Miguel Nagib, coordenador do movimento, Manuel Palácios como representante do MEC, e Amábile Passos, representante da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP). Aliás, a audiência gerou frutos pois, quase dois meses depois, em 24 de julho de 2014, a FENEP realizou junto com o MESP o 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica na cidade de Brasília – DF.

O projeto de lei protocolado por Izalcí propunha a alteração do artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) incluindo nele o “*direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que estejam de acordo com suas próprias convicções*”. Baseado no Pacto de San José da Costa Rica, firmado na Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, o discurso do ESP utiliza-se de um Tratado Internacional acerca dos direitos individuais do âmbito privado de cada indivíduo para tratar do contexto escolar. Deste modo, desconsidera a função da escola no que compete à apropriação do conhecimento humano historicamente acumulado. Delegando aos pais o falso “direito de escolherem” o que é ensinado a seus filhos,

retiram o direito dos filhos de conhecerem os conteúdos e temas próprios da escola, muitos dos quais não terão acesso no ambiente familiar.

O artigo 3º do Projeto de Lei proposto por Izalcí, explicita muito bem como a ideia do direito à convicção moral é articulada à acusação de doutrinação como justificativa jurídica para a proibição da tratativa de determinados temas em sala de aula:

Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, Projeto de Lei 867/2015).

Posteriormente, já o primeiro artigo do projeto de lei nº 1859/2015, de autoria de Izalcí – mais vários outros deputados – utiliza, pela primeira vez, o uso do termo “ideologia de gênero” em sua redação e busca através deste, consolidar a regulamentação da proibição das discussões de gênero nos espaços escolares. Por meio da inclusão do parágrafo único ao artigo 3º da LDB que objetiva “prever a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação” (PL 1859/2015, art. 1º), estabelece:

Art.3º.....
Parágrafo único: A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, Projeto de Lei 1859/2015).

Ao analisarmos a alteração destes dois projetos podemos perceber que há certa tentativa de “refinamento” dos termos jurídicos para fundamentação destes. Pereira (2017) aborda cinco projetos que contém em si a propositura de diferentes elementos para apontar que “estes constituem um grupo de projetos que objetivam vetar a participação da escola na formação do indivíduo” com vistas, sobretudo, à “proibição das discussões de gênero nas escolas”.

Os projetos de lei abordados pela autora são os PL nº 7180/2014 de Erivelton Santana, com vistas à alteração do art.3º da LDB/96; o PL nº 7181/2014, também de Erivelton Santana, com estabelecimento de PCN’s decenais; PL nº 869/2015 de Izalcí que inclui o ESP na LDB; PL nº 1859/2015 de autoria de vários deputados com inclusão de parágrafo único com termo “ideologia de gênero” na LDB; PL nº 5487/2016 de Victoria Galli

que propõe a proibição da distribuição de materiais didáticos, por parte do MEC, sobre orientação e diversidade sexual. Pereira nos apresenta então, como “conceitos nucleares” estruturantes do discurso do Programa Escola sem Partido (PESP): a Convicção Moral, a Doutrinação Ideológica/ Marxista e a Ideologia de Gênero.

Baseado nos conceitos nucleares de “convicção moral”, “doutrinação ideológica” e “ideologia de gênero” o PESP reivindica aos pais o direito à escolha das diretrizes educacionais que nortearão o processo de ensino-aprendizagem de seus filhos, pautadas em suas próprias convicções morais. Através destes, propõe o cerceamento à prática educativa e o livre pensar, defende a despolitização da escola e a separação entre formação e ensino (CARVALHO, 2018). Proíbe o debate público nos espaços escolares e reprime as experiências de História Pública e Cidadania (ALMEIDA; CALDAS, 2017), defende a reprivatização da educação (ABREU, 2019), a secularização da escola pública e o fim da laicidade do Estado (PEREIRA, 2017; ROSENO, 2017).

Em 2019, a deputada federal Bia Kicis (PSL – DF) retomou o PESP por meio da apresentação de um novo projeto de lei (PL nº 246/ 2019) em substituição ao que fora arquivado em 2018. Este projeto, no entanto, retira artigos explicitamente inconstitucionais e acrescenta outros que criminalizam ainda mais não somente o papel político dos professores, mas também dos estudantes que se colocam contrários a este projeto. De acordo com a Associação dos Docentes da USP (ADUSP) o texto deste último projeto procura envolver ainda mais os pais na “censura ideológica aos professores”, pois o Artigo 7º busca assegurar aos estudantes o direito de filmarem as aulas e o Artigo 8º veda o direito aos grêmios estudantis de manifestarem-se politicamente (ADUSP, 2020).

A possibilidade de tal recrudescimento dos projetos caminha lado a lado com as proposições do atual Governo Federal. O discurso antidoutrinação, sob a bandeira “Escola sem Partido”, ter sido utilizado como uma alavanca eleitoral a políticos conservadores e reacionários nas eleições de 2016 e 2018, sobretudo na campanha de Jair Bolsonaro, de seus políticos coligados e também apoiadores. Contudo, as relações do MESP com os líderes deste governo devem ser melhor investigadas. Deste modo, ainda que não seja o foco desta pesquisa e que haja a necessidade de mais estudos sobre o tema, algumas considerações devem ser esboçadas.

Costa (2020), em estudo acerca das proposições do discurso Bolsonarista para a educação brasileira, apresenta que “Há, durante o Governo Bolsonaro, um sentimento de mágoa com a falta de um lugar mais destacado para o movimento [...]”(COSTA, 2020, p.36). Para o autor, este ressentimento se deve ao fato de o MESP considerar como insuficientes as ações deste governo para alcançar o fim da chamada doutrinação. Ao utilizar postagens realizadas pelo twitter do MESP (sobre a posse de Jair Bolsonaro e a possibilidade de realização de uma doutrinação por grupos de direita) como método de análise de seu discurso, a pesquisa expõe um paradoxo que contradiz a ideia de neutralidade defendida pelo grupo, pois, ainda que este

se coloque como quem acabaria com a “doutrinação de esquerda” também, paradoxalmente, coloca-se, muitas vezes, como uma vítima e impotente para empreender um processo de “doutrinação”: (COSTA, 2020, p.36)

O paradoxo apontado, que refuta a neutralidade reivindicada no discurso antidoutrinação, está baseado no fato do próprio MESP dizer não acreditar que o Governo Bolsonaro seja capaz de cessar a doutrinação de esquerda nas escolas, ao mesmo tempo em que aponta não ser possível uma doutrinação de direita por conta da falta dos “meios necessários” para tal.

Apesar dos posicionamentos do MESP apresentados em sua página do Twitter, é notória a adesão do atual governo à ideia de doutrinação como principal problema da educação pública no Brasil. Com mandato presidencial iniciado em janeiro de 2019, o Governo Bolsonaro tem incentivado, cada vez mais, a criminalização de perspectivas críticas ao seu governo e a perseguição política a professores em diferentes níveis do sistema de ensino²⁶. Medidas como a criação de canais institucionais voltados ao recebimento de

²⁶ Casos que ficaram conhecidos por sua divulgação na Imprensa são os da sindicalista e professora Érika Suruagy que, em março de 2021 foi indiciada pela Polícia Federal por “crime contra a honra do Presidente da República” após fazer financiar, em *outdoors*, propaganda crítica ao governo (BEZERRA, 2021). Há também o caso do ex-reitor Pedro Rodrigues Curi Hallal e pró-reitor de Extensão e Cultura, Eraldo dos Santos Pinheiro, ambos da Universidade Federal de Pelotas, que foram alvo de um termo de ajustamento de conduta notificado pela Procuradoria Geral da União, após criticarem a gestão de Jair Bolsonaro durante um evento acadêmico transmitido, em formato de live, pelas redes sociais da Universidade em janeiro de 2021 (OLIVEIRA, 2021). Outro caso divulgado remete a um professor municipal da cidade de Criciúma que, mais ou menos 2 semanas antes da finalização desta pesquisa, foi demitido por ter realizado uma aula de artes com o tema de respeito à diversidade com utilização do vídeo “Etérea”, do rapper Criolo (este último caso demonstra que o discurso presente no Governo Federal tem sido implementado também nas outras instâncias governamentais)

denúncias sobre professores que “coajam alunos para participarem de manifestações políticas” ou que exerçam “atos contra a família”, que marcaram o primeiro ano de gestão da pasta educacional²⁷, são apenas algumas das políticas institucionais que foram realizadas com base no discurso antidoutrinação.

Em entrevista coletiva realizada no dia 18 de dezembro de 2019, o presidente defendeu a atuação do até então Ministro da Educação Abraham Weintraub (defensor ferrenho do combate à doutrinação nas escolas), comemorou mudanças ocorridas na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e afirmou ainda que o “Escola sem Partido” está sendo colocado em prática. De acordo com a reportagem do jornal *Estado de Minas*:

“Tem que aprender coisas úteis. A prova do Enem deste ano, em vez de falar sobre gay, lembram do ano passado? A linguagem secreta dos gays. Para que isso? O pessoal me chama de homofóbico, ‘ah, homofóbico’. O que acrescenta? (...) Doutrinação”, acusou. [...] Questionado por um apoiador sobre a aprovação do projeto do escola sem partido, Bolsonaro disse que o governo operacionaliza a política educacional sem lei específica sobre o assunto. “Já botamos isso sem lei. Já tem impresso em livros e cadernos o que o aluno tem direito. (Se) o professor quer falar que o PT é legal, então o aluno pode falar o contrário sem ser perseguido”, sustentou. (COSTA, 2019)

Diante do exposto, percebe-se que ainda que os projetos de lei que constituem o PESP não tenham sido aprovados, o discurso antidoutrinação tem sido reivindicado para justificar a realização de mudanças nas políticas públicas educacionais e a implementação de mecanismos de controle do conteúdo curricular e de repressão a professores, pois

(MANTEDAL, 2021). Estes são apenas alguns exemplos que podem ser citados. Contudo, o aumento da perseguição política a professores e pesquisadores no Brasil atual tem sido notada também internacionalmente. Acerca do tema foi elaborado, pelo *Global Public Policy Institute* (GPPI) – instituto de pesquisa de Berlim – um relatório que aponta sérios riscos à liberdade acadêmica no Brasil. Além do mais, a *Scholars At Risk*, organização sediada em Nova York, tem oferecido oportunidade de emprego em instituições de ensino a professores e pesquisadores ameaçados pelo declínio da liberdade acadêmica no Brasil (RELATÓRIO, 2020).

²⁷ Em 2019 houve, por parte do MEC, duas tentativas de institucionalização de canais voltados ao recebimento de denúncias sobre professores que cometessem doutrinação. A primeira iniciativa ocorreu em 29 de maio de 2019 quando Abraham Weintraub, às vésperas de uma manifestação contra o Governo Bolsonaro, abriu um canal em suas redes sociais convocando estudantes a denunciarem professores que os incentivassem a participar dos atos (COSTA, 2021). A segunda, por sua vez, ocorreu em 20 de novembro do mesmo ano, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos. Anunciada na 30ª “Convenção Sobre os Direitos das Crianças da ONU”, pela Ministra Damare Alves, a criação de um canal ao recebimento de denúncias de professores que “atentassem contra a família” foi justificada com base no “Pacto de San José da Costa Rica (ou Convenção Americana dos Direitos Humanos)” – mesmo documento utilizado como argumento do MESP e dos parlamentares defensores do PESP para aprovação dos projetos de lei (FÓRUM, 2021).

O que antes se dava com um movimento como o Escola Sem Partido, que conseguia uma certa capilaridade política, mas não tanta na sociedade civil, agora faz parte do discurso não só de quem está no poder, em especial, do Presidente da República, mas também de polemistas como Olavo de Carvalho e outros influenciadores nas redes sociais, que possuem o discurso em comum de que há uma doutrinação ideológica danosa à família brasileira e, por isso mesmo, à nação, de forma em geral. (COSTA, 2020, p.10)

Nota-se, portanto, que o discurso antidoutrinação defendido pelo MESP passou de uma situação de oposição para o de posição de governo. Ademais, o encerramento das atividades do site do MESP (bem como de suas publicações em páginas do *Twitter* e do *Facebook*) em 22 de agosto de 2020 – embora possam aparentar uma certa derrota ou enfraquecimento do MESP – evidenciam a sua incapacidade de opor-se a medidas autoritárias do atual governo justamente por serem elas baseadas nos princípios do ideário conformado pela bandeira intitulada “Escola sem Partido”.

2. O DISCURSO ANTIDOUTRINAÇÃO COMO DISSIMULAÇÃO IDEOLÓGICA DA REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL BRASILEIRA

É sabido que palavra é diferente de conceito, contudo através do estudo do uso das palavras empregado pelos diferentes grupos sociais em uma época, é possível investigar os conceitos que disputam seus diferentes sentidos e significados e, através deles, evidenciar os conflitos existentes na dinâmica social de um determinado período histórico. Já ao analisar seu significado hegemônico em diferentes períodos históricos, nos é possível reconstruir o processo cultural que conformou a aceitação hegemônica deste significado. Neste sentido, a reconstrução histórica do uso do termo doutrinação contribui para o entendimento acerca do sentido de doutrinação evocado pelo ideário “Escola sem Partido”

Doutrinação é caracterizada, no dicionário *Michaelis*, como o “Ato ou efeito de doutrinar”, sendo doutrinar entendido como: “1. Pregar à maneira de doutrina, apostolar, catequizar, evangelizar. 2. Instruir em uma doutrina, educar, ensinar, instruir. 3. Transmitir a doutrina cristã.” (DOUTRINAÇÃO, 2021). O sentido religioso que aparece na definição do dicionário acerca do termo doutrinação foi investigado por Snook (1974) que apresenta que:

Ao tentarmos esclarecer o conceito de “doutrinação” devemos lembrar-nos de que os conceitos estão relacionados ao uso de palavras. A maneira como uma palavra é usada muda com o passar dos anos e a qualquer momento existem variações nacionais, regionais e individuais. O conceito de doutrinação exemplifica estas características do desenvolvimento histórico e variações culturais. Gatchel (1959) traçou o desenvolvimento do conceito. Ele observa que o termo originalmente significava a implantação de doutrinas, sendo a palavra “doutrina” sinônimo do substantivo “ensino”. Devido à proeminência da Igreja Católica Romana na Idade Média, o termo “doutrina” passou a significar a doutrina cristã ou o ensinamento da Igreja. Ao mesmo tempo, a educação tornou-se muitíssimo uma questão da transmissão de crença religiosa e “doutrinação” era usado para designar todo o processo educacional. Gatchel afirma que essa combinação dos termos “educação” e “doutrinação” pode ser vista de duas maneiras: (i) o termo “doutrinação” foi ampliado para incluir todo o processo de educação; ou (ii) a educação tornou-se restrita à implantação das doutrinas da Igreja e, portanto, o termo “educação” passou a ser sinônimo de “doutrinação”. (GATCHEL 1959 apud SNOOK, 1974, p.24)

Neste processo, doutrinação passou a ser concebida em dois sentidos: ao ser ampliado como processo educacional, passou a ser visto como sinônimo de ensino, educação e/ou instrução; ao ser restringido à implantação da doutrina da Igreja Católica, passou a ser

entendido como sinônimo de uma educação específica voltada à catequização, à evangelização. Em suma, ao processo de transmissão da doutrina cristã.

Como então, a doutrinação – antes vista como sinônimo de Educação – passou a ser utilizada como uma acusação ou denúncia de um crime, como no sentido evocado pelo discurso defendido pelo MESP? Para elucidar esta questão, voltemos à pesquisa de Snook (1974), ao apresentar que

[...] nessa época, “doutrinação” não tinha conotação pejorativa. O desenvolvimento de noções democráticas na política e sua expansão para o campo da educação ocasionou uma cisão entre os dois conceitos. “Doutrinação” passou a ser associada aos regimes totalitários e aos métodos educacionais coercitivos que se imaginava serem por eles usados. “Educação” tornou-se restrita ao processo racional e humano de instrução que se julgava ser praticado pelos Estados Democráticos.” (SNOOK, 1974, p.25).

Uma definição mais próxima deste segundo período, em que doutrinação passa a ser associado a regimes totalitários, pode ser encontrada na caracterização atribuída pelo dicionário *Priberam* que, por sua vez, apresenta doutrinação também como o ato de “2. Instruir nos princípios de alguma doutrina ou ideia, geralmente sectária e sem abertura a outras ideias. = CATEQUIZAR” (DOCTRINAÇÃO, 2021). Embora ainda congregue o sentido religioso – ao igualar doutrinar ao ato de catequizar – esta definição apresenta o sectarismo e a falta de “abertura a outras ideias” como elemento definidor da prática de doutrinação.

A definição de doutrinação como prática educacional sectária advém de sua associação aos regimes totalitários. Resultante dos desdobramentos dos conflitos causados pelas Duas Grandes Guerras Mundiais, o Nazismo e o Stalinismo foram elencados como principais regimes totalitários do século XX. É justamente neste período que o sentido de doutrinação adquire significado pejorativo e passa a ser acionado como um discurso antidoutrinação que acusa determinadas práticas educativas, culturais e pedagógicas como atividades voltadas à manipulação e controle das massas populacionais.

Em oposição às democracias ocidentais, a compreensão do totalitarismo como nova forma de governo que recorre a métodos baseados na coerção e na violência para controle político, cultural e ideológico sobre os grupos sociais, caracterizou a Alemanha nazista e URSS stalinista como exemplos clássicos de regimes políticos totalitários. Assim, neste

contexto histórico a ideia de doutrinação está ligada não apenas ao sistema de educação, mas sobretudo à novas formas de governo, sendo a escola apenas mais uma das instituições responsáveis por garantir o controle político, econômico e ideológico do poder total.

Losurdo, em sua obra intitulada “Para uma crítica da categoria de totalitarismo” apresenta que não há neutralidade no conceito de totalitarismo, uma vez que os desdobramentos do contexto histórico político da Guerra Fria foram determinantes para a conceituação deste termo. Em sua obra analisa, dentre outros autores, os elementos presentes no livro “As Origens do Totalitarismo” de Hanna Arendt – uma das principais referências sobre o tema – e aponta que

[...] se de um lado os acusados são principalmente (ainda que não exclusivamente) o colonialismo e o imperialismo, do outro o réu principal (embora não exclusivo) da polêmica é constituído pela tradição revolucionária que de 1789 conduz a 1917, passando pela reivindicação de 1848 do direito ao trabalho e da “democracia social ou totalitária”. (LOSURDO, 2003, p.53)

Neste sentido, a crítica aos chamados regimes totalitários reside na tradição revolucionária que engendrou movimentos baseados na “democracia social ou autoritária”. Hayek, teórico do neoliberalismo, considera o socialismo como origem do totalitarismo, pois,

Não foram os nazistas, mas os socialistas que iniciaram o agrupamento das crianças, desde a mais tenra idade, em organizações políticas, de modo a estarem seguros de que elas cresceriam como bons proletários. Não foram os fascistas, mas os socialistas que pensaram, em primeiro lugar, em organizar esportes, jogos, partidas de futebol e excursões em clubes do partido cujos membros não teriam sido infectados por pontos de vista distintos. (HAYEK, 1960 apud LOSURDO, 2003, p.53).

Segundo ele, a ideia difundida pela ideologia socialista, na qual um partido político é capaz de abarcar todas as atividades da vida de um indivíduo, é possível a partir de um entrelaçamento entre controle econômico e totalitarismo. Assim, o Partido único, interessado no controle econômico e político, é caracterizado – pelos autores do pensamento liberal – como categoria definidora dos regimes políticos totalitários. Definição esta que, no contexto de polarização mundial entre dois campos ideológicos antagônicos, transformou-se em arma ideológica de combate ao comunismo.

Deste modo, Losurdo aponta ainda que

O defeito fundamental da categoria de totalitarismo é transformar uma descrição empírica, relativa a certas categorias determinadas, numa dedução lógica de carácter geral. Não há dificuldades em constatar as analogias entre URSS staliniana e Alemanha nazista; a partir delas, é possível construir uma categoria geral (totalitarismo) e sublinhar a presença nos dois países do fenómeno assim definido; mas transformar esta categoria na chave de explicação dos processos políticos verificados nos dois países é um salto assustador. Sua arbitrariedade deveria ser evidente, por duas razões fundamentais. Já vimos a primeira: de modo sub-reptício as analogias que subsistem entre URSS e Terceiro Reich quanto à ditadura do partido único são consideradas decisivas, ao passo que são ignoradas e removidas as analogias no plano da política eugênica e racial, que permitiriam instituir conexões bem diferentes. Quanto à segunda razão, mesmo se concentrarmos a atenção sobre a ditadura do partido único nos dois países geralmente postos em confronto, por que remeter à afinidade de suas ideologias antes que à semelhança das situações políticas (o estado de exceção permanente) ou ao contexto geopolítico (a particular vulnerabilidade) que os dois países tinham de enfrentar? Parece-me evidente, em vez disso, que como fundamento do fenómeno totalitário, juntamente com as ideologias e as tradições políticas, age poderosamente a situação objetiva. (LOSURDO, 2003, p.76)

Portanto, a teoria do totalitarismo não é neutra. Ao contrário, expressa as aceções ideológicas do pensamento liberal para os conflitos do contexto de Guerra Fria, cumprindo um importante papel ideológico no contexto do pós segunda guerra. Desta concepção deriva a ideia de doutrinação como ferramenta de uma ideologia sectária.

Como já mencionado no capítulo anterior, o MESP não apresenta uma definição precisa do que é doutrinação. Para explicá-la recorre ao uso de acusações que condenam perspectivas políticas historicamente identificadas com reivindicações dos grupos de esquerda (como garantias de direitos sociais, trabalhistas, ambientais e de igualdade de gênero) para criminalizar teorias, métodos e conteúdos científicos, de diversas áreas, que abordem tais temas. Acerca da apropriação do termo doutrinação pelo MESP, Roseno (2017) apresenta que:

Não encontramos nenhuma referência à doutrinação de direita ou à imposição de ideias ultraliberais, neoliberais, conservadoras, etc. o sentido que se dá a essa doutrinação partidária está sempre calcado no fantasma comunista ainda não superado da Guerra Fria. Como sabemos, após a Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos Estados Unidos e da União Soviética sobre o nazismo alemão, e com a divisão da cidade de Berlim – a parte ocidental capitalista e a oriental socialista - se intensificou uma disputa ideológica sobre qual sistema político e econômico deveria ser seguido pelas nações. (ROSENO, 2017, p.53).

Portanto, a reconstrução histórica do uso do termo doutrinação demonstra que este esteve inicialmente ligado à igreja católica, passando a ser reordenado enquanto discurso

antidoutrinação a partir do contexto de polarização que durou até o fim da Guerra Fria. Por fim, a separação entre “Processo Educacional” e “Doutrinação”, está fincada em raízes históricas bem determinadas. Germinada na intensa disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, esta divisão está baseada na desqualificação de propostas de processos educacionais desinteressados com a dinâmica e interesses do capital.

A doutrinação associada ao totalitarismo é compreendida, na ideologia neoliberal, como método de coerção que constitui os processos formativos de regimes socialistas. Este últimos, elencados como cerne dos regimes políticos totalitários sustentam a ideia de que esta doutrinação é realizada pelos “excessos” ou “extremos” das ideologias políticas.

Ameaçados pelo avanço do comunismo no globo, os liberais buscaram uma solução para os conflitos sociais intensificados pela crise econômica, por intermédio de uma elaboração teórica capaz de apresentar-se como alternativa possível ao estado benfeitor, mas que impossibilitasse emergências socialistas. Inserido no contexto de polarização entre o liberalismo clássico e a economia planificada coletivista, os princípios do *laissez-faire* são reabilitados por meio do neoliberalismo, que logo emerge como doutrina econômica objetivada enquanto uma “terceira via” disposta a não romper com o capital²⁸.

Não há, por parte de seus teóricos²⁹, uma definição ou reivindicação enquanto neoliberal, de modo que o sentido histórico deste termo foi sendo atribuído ao passo de sua realização enquanto crítica ao liberalismo que busca aprimorá-lo. Ou seja, problematiza os pressupostos políticos das teorias liberais clássicas via reafirmação de seus pressupostos epistemológicos, não de sua negação. Seu desenvolvimento enquanto *corpus* teórico ganhou projeção a partir do contexto de pós-guerra.

Como já apresentado, Hayek elenca as economias planificadas como cerceadoras das liberdades individuais econômicas e políticas, as denomina por teorias “coletivistas” e

²⁸ Em um primeiro momento a conceituação de neoliberalismo aparece nas teorizações de Mises. Publicado pela primeira vez na Alemanha, em 1927, o livro “*Liberalismo*” expõe a diferenciação entre o que o autor denomina de *velho liberalismo* e *novo liberalismo*. Conquanto muito recente, na década de 1930, o neoliberalismo tratava-se ainda de uma doutrina econômica restrita aos meios acadêmicos dos liberais europeus. O apelo à intervenção estatal como solução para os problemas advindos da Crise de 1929 configurou modelos econômicos orientados na ideia de estados fortes. Somente nas décadas seguintes é que a tendência divergente dos princípios que constituem o *laissez-faire* hegemonizou o campo teórico do neoliberalismo.

²⁹ As formulações teóricas de Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises, Milton Friedman, James McGill Buchanan, Gordon Tullock, Gary S. Becker, Douglas North dentre outros, contribuíram para a conformação da ideologia neoliberal através de críticas aos modelos de Estado baseados em concepções tanto do Estado de Bem Estar Social keynesiano, quanto dos Estados socialistas de origem marxista.

defende que o planejamento econômico, necessariamente, resulta no totalitarismo. Como intelectual orgânico da burguesia, coloca-se veementemente contra as teorias socialistas e, em uma perspectiva de oposição simplista entre indivíduo e coletivo, retoma o individualismo como princípio estruturante do liberalismo.

Já na década de 40 o autor apreende a capacidade dos *think tanks* de influenciar os debates acerca das políticas públicas de modo a combater perspectivas coletivistas. A criação de organismos de influência contribuiu para a formação de um processo internacional de renovação do pensamento intelectual liberal, idealizado a partir da defesa do individualismo e do livre mercado – em oposição ao coletivo e ao Estado – como elementos *sine qua non* da ideologia liberal.

Desde então, tais organismos de influência atuam como um braço político dos multimilionários (seus financiadores) interessados em influenciar a opinião pública por meio da criação de novas instituições, ou transformação de instituições já existentes, de modo a tornarem-se centros de difusão do que consideram como o “verdadeiro liberalismo”. Neste processo foram criadas diversas instituições que, ainda hoje, estão comprometidas com a difusão do ideário neoliberal em diversos países³⁰. (FREITAS, 2018; OFFERNI, 2020; SCHIAVON, 2020).

Almejando a neutralização das forças sociais-democratas e socialistas, que baseavam-se na ideia de direitos e igualdade sociais para reivindicarem proteção social por parte do Estado, os teóricos neoliberais primam pelos direitos individuais e pela lógica concorrencial como princípios indispensáveis que, ao atuarem como reguladores da ordem social, garantirão a realização da liberdade individual.

Deste modo,

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo esta visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado, produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advêm as finalidades que ele atribui à educação. [...] Esta concepção de sociedade corrói a escola como

³⁰Organizações como Foundation for Economic Education, Institute for Economic Affairs, Centre for Policy Studies, Heritage Foundation, Hoover Institute, Cato Institute e Atlas Economic Research Foundation são alguns dos *think tanks* que mais possuem influências na atualidade.

uma instituição social, alterando a concepção de educação, e a própria política educacional. Operando em redes difusas, o neoliberalismo constrói um vetor em direção a essa concepção de organização social que tem por base a privatização dos espaços institucionais do Estado – ele mesmo, agora, visto também como uma grande empresa. (FREITAS, 2018, p.30-49).

Deste modo, os *think tanks* criados a partir de 1940, atuaram – e ainda atuam – como aparelhos privados de hegemonia que, baseados na lógica concorrencial, formam especialistas comprometidos com a defesa da privatização como solução para a ineficiência do Estado, e consequentemente, para resolução dos problemas sociais.

Acentuada no contexto de intensificação das políticas neoliberais, o discurso antidoutrinação atua como mecanismo de coerção que objetiva promover a naturalização do neoliberalismo como ideologia neutra, apresentada como isenta de ideologias. Deste modo, o neoliberalismo aprofunda o discurso antidoutrinação como dissimulação dos conflitos socioeducacionais que permite, ao MESP, realizar a dicotomia entre “Educação” e “Ensino” como forma de justificar a criminalização do papel político do professor.

Desta forma, os militantes do MESP, baseados no discurso antidoutrinação acusam perspectivas educacionais críticas, progressistas sinônimo de uma ameaça de caráter totalitário. O uso generalizante do conceito de totalitarismo visa proteger a naturalização do liberalismo. Portanto, qualquer visão que não se coloque como neutra, voltada aos interesses do mercado, à perspectiva individualista burguesa, é entendida então como uma ideia aparentemente totalitária.

Enquanto movimento de ideias situadas à direita, o MESP utiliza da retórica argumentativos liberais, onde a noção de totalitarismo, muito menos que um conceito rigoroso, é uma expressão generalizante que serve aos interesses da luta ideológica. A crítica ao totalitarismo feita por Hayek, (na qual o socialismo é visto como fundamento dos regimes totalitários) aqui apresentada, é recorrentemente utilizada pelos defensores do MESP, uma vez que este autor é um dos mais utilizados. Portanto, o totalitarismo é uma expressão da filosofia política liberal utilizada por intelectuais de direita, que permanece e se aprofunda na concepção neoliberal.

2.1. Professor não é Educador? Concepções funcionalistas presentes no discurso antidoutrinação

Como já mencionado anteriormente, o livro “Professor não é Educador”, de Armindo Moreira é referenciado na “Biblioteca Politicamente Incorreta” do MESP com o intuito de fundamentar a doutrinação a partir da dicotomia entre Educação e Instrução.

Apesar da carreira acadêmica³¹, o livro “Professor não é Educador” não pode ser caracterizada como um texto científico. A justificativa da veracidade dos fatos é baseada em sua experiência pessoal como docente, pois, segundo Moreira sua atuação nos países em que foi professor e diretor o muniu de conhecimento suficiente acerca dos seus sistemas de ensino. Ademais, não há nenhuma referência teórica ao decorrer de toda a obra, que aborda 70 tópicos em 119 páginas que não aprofunda nenhum dos temas.

Assim sendo, sua obra é rasa e superficial. No prefácio, apresenta que o livro foi organizado de modo a atender a quatro objetivos principais que almejam explicar o porquê de o professor não poder ser educador; o porquê de ser nocivo quando o professor tenta educar, o porquê de a função do professor ser apenas instruir e, finalmente, o porquê da educação e da instrução serem diferentes.

Embora curtos, a análise eixo a eixo poderá incidir em uma leitura enfadonha e repetitiva. Portanto, serão apresentados os tópicos que mais contribuem para a análise aqui realizada. Primeiramente, devem ser feitas algumas considerações acerca do sentido de doutrinação apresentado no livro. Assim como no ideário ESP o sentido pejorativo de

³¹ Armindo Moreira, o autor, nasceu em Portugal e foi professor naquele país, no Brasil e em Angola. É um agente da Igreja Católica que atuou no ensino confessional. Foi um dos fundadores do “Externato da Guia” (escola confessional de Portugal) e, posteriormente, lecionou em Angola por meio de uma missão da Igreja realizada em Uíge. A partir destas ações, afirma que o livro aqui abordado resulta de sua experiência pessoal como professor. Atualmente é professor aposentado da Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE), onde lecionou Filosofia da Ciência e História do Pensamento Brasileiro. Sua carreira inclui palestras e entrevistas em diversos meios de comunicação, incluindo programas de Televisão, jornais e internet acerca de seus livros, são eles: “Equibatismo: nem Socialismo nem Capitalismo Privilegialista” (1985); “Ideias para um Partido Equibasista” (1991); “Professor não é Educador” (2012) e “O Equibatismo cria riqueza e elimina miséria (2018)”. Possui um blog e também uma página no *Facebook* (Equibatismo e Professor não é Educador), próprias para divulgação de seus livros. Nestas obras apresenta a ideia de *equibatismo*: um sistema econômico elaborado com vistas a alcançar a justiça social que não adira aos pressupostos do capitalismo liberal ou os do socialismo, mas que congregue as vantagens de ambos. A capitalização a partir de uma determinada idade a ser estabelecida, transformaria todos os trabalhadores em pequenos proprietários. Assim, a garantia mínima de propriedade privada dispensaria a necessidade de políticas assistencialistas. Por sua vez, as ideias que constituem sua obra sobre a educação não consideram que não estamos no *equibatismo*.

doutrinação é acionado como um discurso antidoutrinação realizada como denúncia e/ou acusações presentes nos tópicos “Diálogo sobre Professor Educador I, II e III”, “Entrevista com Padre Elísio” e “Entrevista com Dona Josefa”.

Contudo, o tópico “Instruir não é Educar” explicita de modo cabal a influência das acepções liberais que fundamentam a teoria do totalitarismo como concepção que baseia discurso antidoutrinação, pois, segundo Moreira

A quem pode interessar essa confusão de educação com instrução? É difícil descobrir todos os interessados; mas, em primeira análise, interessa aos governos autoritários. Os antidemocratas sempre desejam que o povo pense e se comporte como aos ditadores convenha. Para conseguir isso, a escola é um bom instrumento: através dela, podem ser inculcados hábitos e sentimentos condizentes com os interesses dum governo fascista. (MOREIRA, 2012, p.9)

A “coluna vertebral” que sustenta toda a obra de Moreiras consiste na dicotomia entre Educação e Ensino. Em termos gerais, esta separação está fundamentada na diferenciação entre Educação e Instrução. Diferenciação esta que aparece já no início do livro quando, no primeiro tópico (intitulado *Instruir não é educar*, o mesmo utilizado para análise do ideário antidoutrinação), o autor apresenta que

Educar é promover, na pessoa, sentimentos e hábitos que lhe permitam **adaptar-se e ser feliz** no meio em que há de viver. Instruir é proporcionar conhecimentos e habilidades que permitam à pessoa **ganhar seu pão** e seu conforto com facilidade. (MOREIRA, 2012, p.8 – grifos nossos).

Ao observar a afirmação feita na obra reivindicada pelo MESP, percebe-se a incidência de ideias organicistas sobre sua concepção educacional pois, nesta perspectiva, a educação formal e a escola tem por função a reprodução das normas e comportamentos sociais.

A fim de obstar patologias e anomalias no organismo social, a Educação – vista como ferramenta de adaptação do indivíduo ao “meio que se há de viver” – visa proporcionar a manutenção de uma sociedade supostamente harmônica em sua complexidade. A Instrução, por sua vez, responsável por proporcionar ao indivíduo a conquista de bens materiais de maneira fácil, apresenta-se como instrumento que impulsiona a divisão social do trabalho a partir do ocultamento dos conflitos sociais existentes nas dimensões deste campo.

Apesar do MESP tomar por base a obra de Armindo, a dimensão organicista presente em sua concepção educacional não é uma inovação. Segundo Barbosa (2018), tais concepções passaram a ser sistematicamente difundidas no Brasil a partir da primeira metade do século XX. No seio dos debates travados pelos intelectuais brasileiros da época, perspectivas científicas e conservadoras estiveram presentes nas teorizações que conformaram o pensamento social do período.

A influência de concepções científicas entre as teorias que buscavam compreender as relações entre o Estado Brasileiro e as políticas para a educação pública engendrou concepções baseadas na valorização de perspectivas pedagógicas normativas, caracterizadas por pressupostos científicos e regressivos. Assim,

Naquela conjuntura, o debate educacional nacional, foi marcado por proposições, como apontado, no campo do liberalismo e do conservadorismo, mas, com expressões científicas, no campo do organicismo e da retórica moralizante de cunho religioso. Estas mencionadas influências, contribuíram em grande medida para a divulgação e legitimação, para a aceitabilidade e naturalização de concepções de ordenamento social onde a educação é interpretada de maneira instrumental para a construção da ordem. Para a normatização de condutas onde a educação é pensada como instrumento e fundamento para o controle social e a divisão social do trabalho. Estas tradições reativas no debate educacional brasileiro, nos ajudam a entender como as influências de caráter antidemocráticos e antiprogressistas no Brasil subsidiam a interpretação da educação como elemento ordenador e não emancipador. (BARBOSA, 2018, p.100-101).

Como apontado, a ideia da Educação como um elemento capaz de dar ordem à sociedade está presente em perspectivas sociológicas funcionalistas e organicistas. Nestas concepções científicas, o papel da Educação é formar adultos enquadrados às normas sociais como forma de garantir a continuidade de seu progresso. Elaboram, portanto, preceitos normativos que basearão uma concepção educacional pautada na adequação dos jovens à aceitação da sociedade como uma estrutura harmônica, sistematicamente ordenada.

Por meio da utilização do estudo realizado por Heloísa Fernandes (1994) intitulado “Sintoma social dominante e moralização infantil”, pode-se incidir que a concepção de educação expressa no livro analisado – e por conseguinte no discurso antidoutrinação –, reverbera concepções influenciadas pelas conceituações teóricas do pensamento sociológico Durkheimiano. Ao analisar a teoria durkheimiana para a educação como uma teoria moralizante, a autora apresenta que apesar de propor um projeto de moralização infantil laica

– acionada em substituição ao dispositivo da moralização cristã – sua proposta possui efeitos similares à moralização que pretende substituir.

Assim, o dispositivo pedagógico que é construído no projeto de moralização laica de Durkheim

[...] não está comprometido com o ideal da autonomia de cidadãos livres, responsáveis e criadores, mas que, ao contrário, é um substituto da moralização cristã, com efeitos similares: identificação com a norma; submissão; demanda de crença no Outro, único a decidir, providencial e onipotente, sobre os destinos da vida individual e coletiva. Não é casual, aliás, que as crianças que se tornaram clientes cativas desse dispositivo escolar, público ou privado, também tenham vivido, de modo mais ou menos dramático, uma experiência de negação do seu tempo presente (infância), em nome de um adulto normal, que deveriam vir a ser, num tempo futuro, que lhes é obrigatoriamente antecipado. A seu modo, e por outras vias, essas crianças também se tornam *carentes de infância*. (FERNANDES, 1994, p.15-16).

Inserido no contexto francês do final do século XIX e início do XX, as proposições de Durkheim acerca do processo educacional esteve preocupado com a proposição de um projeto de “Educação Moral” capaz de responder às necessidades das crises vividas pela Terceira República.

Realizada como elemento ordenador do organismo social, a “Educação Moral” – que deve estar presente durante toda a trajetória escolar – busca moralizar as crianças como “cópia do adulto normal”, isto é, um sujeito “[...] obediente, sacrificante e submisso ao desejo do Outro” (FERNANDES, 1994, p.147).

A educação moral define-se, assim, como o *lento e dificultoso processo de inscrição do Outro* na subjetividade infantil. Graças ao trabalho do educador, terminado o processo de moralização, já não haverá uma criança, mas um *adulto normal* aquele que não precisa mais de controles externos (o Educador), portador que se terá tornado da sua própria polícia interna. [...] Se a educação é o processo de inscrição do Outro (ser moral) na subjetividade, a moral, por sua vez, é feita *para* a sociedade e, mais ainda, é feita *pela* sociedade. Há um sujeito que é o *autor* da moral e ele não é nem o sujeito individual, nem o sujeito que possa ser constituído pelo conjunto de indivíduos associados, mas é o *sujeito por excelência* – pois sujeita a todos –: a sociedade. (FERNANDES, 1994, p.62).

A moralização, realizada como um sistema de regras e normas de conduta que conduzem o comportamento do sujeito diante das circunstâncias dadas pelos próprios fatos

sociais determinados, é transmitida pela escola – qualificada como instituição competente pela conformação de um processo de moralização infantil capaz de instituir a obediência às regras e normas como um dever que, mais do que esperado, torna-se desejado.

De acordo com as proposições de Durkheim, a sociedade é compreendida como um organismo harmônico, estabelecido a partir da interdependência gerada pelos mecanismos da solidariedade orgânica existente entre os indivíduos e as instituições que a compõe. Solidariedade esta que, baseada na divisão social do trabalho no modo de produção capitalista, oculta os conflitos existentes na produção das diversas relações sociais. Ainda segundo Barbosa, no Brasil do século XX,

As concepções funcionalistas representavam uma legitimação sofisticada para a defesa do fortalecimento do Estado, para o repúdio das conflitualidades sociais através da valorização da concepção de solidariedade, em oposição à conflitualidades de classes. Assim, a análise sobre as relações entre os ideais nacionalistas e o debate sobre as reformas educacionais do período, proporcionaram importantes elementos para a reflexão sobre a influência e função social de manifestações intelectuais, conservadoras que foram expressivas e ainda deitam influência na contemporaneidade. (BARBOSA, 2018, p.103)

O caráter ordenador da perspectiva educacional funcionalista fundamenta as argumentações baseadas no discurso antidoutrinação fomentado pelo fenômeno “Escola sem Partido”, fica ainda mais evidente quando Moreiras apresenta a Educação como algo necessário a todas as pessoas, ao passo que a Instrução deve ser voltada apenas para algumas, pois,

A Educação foi tão necessária para os nossos bisavós como será para os nossos netos. Todo o ser humano precisa de Educação, sem exceções! A Instrução, porém, não é necessária para todos. Ela é mais necessária hoje do que no passado; e no futuro será ainda mais necessário do que hoje. A razão disso é evidente: a luta pela vida é cada vez mais competitiva – e a competição exige instrução. (MOREIRAS, 2012, p.9).

A Educação aparece como “algo necessário a todos” justamente por ser esta moralidade o elemento legitimador da aceitação dos fatos sociais como regras e normas que direcionarão o indivíduo à uma educação capaz de “[...] criar hábitos e sentimentos que permitam ao educando adaptar-se ao meio social em que há de viver, para nele ser feliz sem impedir a felicidade dos outros” (MOREIRAS, 2012, p.10).

Para propor a “Educação Moral”, Durkheim refuta a ideia de Educação como um processo mais amplo. Isto porque a escola é a instituição que está em função para uma determinada sociedade. Deste modo, a educação é compreendida como um processo de ação e influência de uma geração sobre a outra, que deve ser restrito à escolarização. Portanto, a geração mais velha deve agir e influenciar a geração mais nova por meio de uma “socialização metódica” que atua por meio do dispositivo disciplinar. Nele, a regra está associada à punição, assim

O dispositivo disciplinar é o núcleo mesmo da moralização infantil laica pois é graças ao seu funcionamento que os corpos infantis penetram numa maquinaria que os refará segundo um código: as *boas* tendências – misoneísmo e sugestibilidade – são reforçadas e transmutadas em espírito de disciplina; as más tendências – curiosidade, mobilidade, e imaginação – são transformadas em faltas: desejos a serem eliminados, ou internamente metamorfoseados em erros e culpas. (FERNANDES, 1994, p.159)

O dispositivo disciplinar da moralização infantil laica proposta por Durkheim pode ser observada no livro “Professor não é Educador” através do tópico intitulado “Exigir Educação não é educar”, no qual Armindo afirma que

Ouvimos dizer, com frequência, que a escola, impondo o cumprimento de um regimento e exigindo que o aluno respeite superiores e colega, já está educando. Mas isso é o que faz qualquer empresa industrial ou comercial: exige disciplina e impõe que se respeitem superiores e colegas [...]. Disciplina e respeito se exige em hospital; num campo de futebol; numa excursão; até um bando organizado de assaltantes se defende com disciplina e com o respeito. [...] Um estabelecimento de ensino exige educação para poder funcionar. E, se um de seus alunos se apresenta indisciplinado, é admoestado, depois castigado e finalmente expulso.[...] Aluno que não tenha educação e hábitos de obediência, para suportar a disciplina de sua escola, acaba por ser dela expulso. (MOREIRA, 2012, p. 12-13)

A educação, neste sentido, é o exercício da sociedade na psique dos alunos, no qual a moralização infantil é responsável por constituir um “temperamento moral” docilizado na criança. Objetivando preparar as crianças enquanto futuros adultos “normais”, este processo que “[...] constitui na psique infantil o Outro: a sociedade “vivendo e agindo em nós””. O “espírito de disciplina” – responsável pela transformação do misoneísmo infantil em desejo de ordem e regularidade – inculcará na criança a “consciência coletiva” que produzirá o respeito à regra. (FERNANDES, 1994, p.58-149).

A “necessidade de vinculação com os grupos sociais” sustenta a autoridade do professor “colonizador” por meio da punição, da vergonha e da censura, empreenderá a “administração racional das punições”, enquadrando as crianças à consciência coletiva da pátria. Há ainda o desenvolvimento da “autonomia de vontade para aderir livremente à moralidade social” – que conduzirá à autocorreção, que possibilitará ao indivíduo o obediência às normas sociais de forma espontânea na vida adulta constitui o terceiro elemento garantidor da internalização de condicionamentos sociais. Realizado através de sugestões imperativas, estes três elementos conformam o “estado de espírito” do educando ao atendimento da conduta esperada pela moralidade social (FERNANDES, 1994, p.180-196)

Por fim, podemos observar ainda a presença da perspectiva de moralização infantil laica por meio das conceituações Durkheimianas acerca da sexualidade, no qual

O discurso da moralidade durkheimiano é tecido com os fios da sexualidade. Os três elementos da moralidade laica disciplinam a sexualidade (colocada sob controle); oferecem-lhes objetos substitutos (família, *pátria*, humanidade) e esperam que o sujeito submeta-se por conhecimento de causa. O adulto moralizado/normalizado deseja o desejo regrado; deseja os objetos substitutos e deseja esclarecidamente ser a criatura do Outro. Mais ainda, agradece-lhe um freio tão bem feito, que aumenta suas chances de *sobreviver* e torna a própria vida *mais tolerável*. (FERNANDES, 1994, p.208).

No discurso antidoutrinação empregado pelo MESP a sexualidade é um elemento central, uma vez que uma das principais acusações de doutrinação reside no que passou a ser vulgarmente denominado por “Ideologia de Gênero”. No livro “Professor não é Educador”, Moreira afirma que

Sobre sexualidade o aluno deve receber dois tipos de conteúdo: um conjunto de conhecimentos sobre os fenômenos sexuais e um conjunto de sentimentos e de hábitos que orientam o uso do sexo. Os conhecimentos sobre sexo fazem parte dos programas de Biologia e de Ciências Naturais. Neste capítulo, os programas não devem ser omissos. Esta matéria é para ser sabida mesmo. Anatomia do corpo humano e fisiologia da reprodução humana é conhecimento científico necessário. Tem de ser lecionada na aula como qualquer outra matéria – como a Lei de Newton ou como a estrutura de uma flor. Tem de ser ensinada sem reticências, sem tabus, sem juízos de valor. É matéria normal e obrigatória dos manuais. Os juízos de valor sobre o uso do sexo não são matéria para sala de aula. Os hábitos sexuais e os sentimentos para com o sexo devem ser formados e orientados pelos pais ou pedagogos para tal tarefas preparados. Assim, virgindade, castidade, anticoncepcionais, aborto, orgasmo, frigidez, namoro, prostituição, homossexualismo e outros temas desta natureza – não são assuntos para professor versar em sala de aula. Se os pais não sabem ou não querem falar destes assuntos a

seus filhos, peçam ao estabelecimento de ensino que designe uma pessoa idônea para o fazer – se o padre ou o pastor não quiserem ensinar o aspecto moral deste tema. (MOREIRA, 2012, p.28-29)

Além da moralização infantil laica (baseada na contenção da sexualidade por meio de elementos substitutos desta) a perspectiva apresentada por Moreira expressa uma visão funcionalista e biologista da sexualidade. Ao comparar “fenômenos de reprodução humana” à Lei de Newton, escancara uma perspectiva normativa para a sexualidade, na qual o ato sexual somente é válido quando pensado como uma condição natural humana, necessária à reprodução.

Afasta da sala de aula justamente os temas elencados pelo ESP como “Ideologia de Gênero” e delega à religião a moralização sobre estes temas que, segundo o autor, não devem ser tratados pela escola. Corrobora assim, com as argumentações que justificam o PESP através do direito dos pais sobre a educação moral de seus filhos.

2.2. O projeto educacional de matriz liberal conservadora: a ideia de doutrinação como legitimadora do desmonte do Sistema de Educação Pública.

As disputas em torno do Programa Escola Sem Partido (PESP) ainda não cessaram. Um ano após o arquivamento do PL n° 7180/14 no âmbito federal, Rodrigo Maia (DEM – RJ) recriou a Comissão de Estudo responsável por analisar o projeto que objetivou instituir o PESP à LDB/ 96. Segundo o presidente da Câmara, a decisão considerou pedidos de alguns deputados e, de acordo com o deputado federal defensor do PESP, Carlos Jordy (PSL – RJ)³², ele – junto aos deputados Filipe Barros (PSL – PR) e Bia Kicis (PSL – DF) – foram procurados pelo próprio Miguel Nagib, fundador do Movimento Escola sem Partido, para comporem a comissão que fora reaberta.

A Comissão de Estudo ainda não produziu um relatório final, mas alguns encaminhamentos por outras instâncias já tem sido delineados. Por exemplo, as decisões mais recentes tomadas pelo STF a fim de coibir projetos de lei e outras propositivas voltadas às políticas públicas que objetivem a proibição das abordagens sobre identidade de gênero e/ou orientação sexual nos conteúdos e atividades escolares. A instituição da inconstitucionalidade destas propostas pode ser consolidada por meio da refutação ao veto à presença do tema nas políticas educacionais, jurisprudência ainda mais fortalecida após as quatro últimas decisões do STF que trataram sobre projetos de lei de mesmo teor, só que no âmbito municipal (SALDAÑA, 2020).

Tais decisões podem parecer apontar para um possível enfraquecimento político das propostas do PESP. Mas, será mesmo que as resoluções do STF solapam tais proposições? Os atuais acontecimentos políticos demonstram que as relações entre o Governo Federal e o STF tem sido fortemente abaladas. Manifestações em apoio ao presidente – diga-se de passagem, com pedidos de Intervenção Militar a partir do fechamento do Supremo – bem como a polêmica fala do ex-ministro da educação Abraham Weintraub³³, evidenciam o desgaste

³² Carlos Jordy (PSL – RJ) é deputado federal e ativista do Programa Escola sem Partido. Ficou conhecido por ter agredido verbalmente quatro mulheres negras durante uma audiência pública realizada sobre o tema, em 29 de maio de 2017, na Câmara Municipal de Niterói, Rio de Janeiro.

³³ Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub foi o terceiro Ministro da Educação do Governo Bolsonaro. Exerceu o cargo de abril de 2019 a junho de 2020, deixando a pasta após a divulgação (por mandato judicial) do conteúdo da reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020, na qual Weintraub chama os ministros do STF de “vagabundos” e defende a prisão dos membros que ocupam os cargos do Supremo.

político existente entre as partes. O que não se pode perder de vista é que também a burguesia não é um bloco homogêneo.

Leher (2020) utiliza do conceito de capitalismo dependente elaborado por Florestan para analisar as atuais disputas em torno das políticas educacionais, e afirma:

Os setores dominantes no país possuem uma linha clara de ação: ampliar a cobertura pública³⁴ do ensino fundamental e difundir um ideário pedagógico referenciado na chamada teoria do capital humano, socializando as crianças e jovens em conformidade com o mercado. O bloco no poder não apoia, **explicitadamente**, a agenda do Escola sem Partido. (LEHER, 2018 in LEHER, 2019, p.36 – grifos nossos).

Com o objetivo de “desvendar o enigma do desmonte da educação pública” apresenta que os grupos governistas ultraneoliberais – representados por bancos e organizações do setor financeiro – fazem “vistas grossas” ao irracionalismo e à violência do discurso da extrema direita brasileira para lograrem sucesso na aprovação da agenda econômica neoliberal no país. Estes setores, teoricamente modernizadores, historicamente optaram pela realização de alianças com os setores mais reacionários da política brasileira. O processo de reorganização da direita no cenário político brasileiro dos últimos trinta anos, com destaque para o Golpe de 2016 e as eleições de 2018, possibilitou uma nova aliança voltada à garantia da elevação da taxa de lucro dos capitalistas.

As diferenciações entre os grupos que constituem as elites do país ressaltam os limites de suas alianças e revelam as disputas realizadas em torno do direcionamento do programa político voltado às aplicações da agenda econômica neoliberal que, em momento algum pode ser posta em xeque. Exemplo disto é a dicotomia reducionista que a imprensa burguesa tem realizado para analisar a atual crise política. Ao dividir as bases governistas em “ala ideológica” e “ala econômica”, pretende-se o afastamento das ações políticas voltadas à “guerra cultural ideológica” sem, no entanto, romper com políticas econômicas pautadas na ideologia neoliberal.

Esse esvaziamento ideológico da pasta econômica objetiva caracterizar como necessidade técnica, orientações que são também políticas e ideológicas. Assim, o atual racha

³⁴ Por “cobertura pública”, o autor refere-se ao processo de “publicização” da educação brasileira. Um tipo de privatização que, baseada no “público não-estatal” fomenta a privatização via terceirização e da concessão da gestão escolar a empresas privadas e/ou instituições sem fins lucrativos.

entre as elites que compõem a burguesia brasileira deve ser analisado como resultado das divergências acerca do processo de aprofundamento do Estado de Exceção concebido, nas palavras de Barbosa (2020) sob um “[...] triste contexto de reorganização dos segmentos mais regressivos da direita no cenário político brasileiro contemporâneo principalmente de matriz liberal e conservadora”.

As direitas efetivaram-se nas ruas, de forma hegemônica, a partir das mobilizações de 2015. As manifestações dos direitistas neste ano, bem como os discursos de seus manifestantes, foram fundamentados na miscelânea entre ideias-força propulsoras do conservadorismo moral e do neoliberalismo que, desde 2013, buscaram canalizar as insatisfações populares através do antipetismo como aglutinador da pauta de “combate à corrupção”, vista como principal problema do país e causa da crise econômica. (MESSEMBERG in ROCHA, 2019).

O antipetismo – que elenca o PT como responsável por todas as desgraças brasileiras – possibilitou maior coesão entre os grupos de direita em torno de uma pauta comum: tirar o PT do poder institucional. Deste modo, na emergência liberal conservadora, o “[...] antipetismo aparece como organizador político [...]” que ganha projeção na sociedade brasileira via apelo moral ao discurso de combate à corrupção (SOLANO, ORTELLADO, RIBEIRO, in ROCHA, 2019, p.116) concretizado, sobretudo, pela ocorrência do Golpe de Estado em 2016.

Protagonizado pela direita, o *impeachment* de Dilma consistiu na saída dada, por parte das elites, às crises política e econômica. No entanto, é imprescindível observar que os discursos que subsidiaram a conformação do processo que culminou no Golpe via instituições jurídicas e parlamentares, foi articulado em termos organizacionais e financeiros, por grupos que possuem uma agenda política e econômica que vai muito além do antipetismo.

Por meio da efetivação do *impeachment*, a burguesia brasileira logrou o aceleramento da reestruturação das instituições políticas de maneira a salvaguardar o capital financeiro e atender aos interesses do capital internacional, em detrimento dos direitos sociais conquistados a duras penas pela classe trabalhadora. Acerca do discurso do combate à corrupção que fundamentou a fala dos golpistas, Boito Jr. (2017) afirma que

Os conflitos de classe nem sempre se apresentam como tal, eles aparecem mascarados. Principalmente em se tratando de classes minoritárias e abastadas, interesses particularistas acabam por assumir uma função universalista, condição para que sejam aceitos como legítimos pela população. Os banqueiros não dizem que defendem a taxa de juro para aumentar os lucros do bancos, mas sim para combater a inflação. com o discurso dos partidos políticos se passa coisa semelhante. Todos os partidos políticos burgueses, de classe média e da pequena burguesia, tendem a se apresentar como defensores dos interesses do “cidadão” e do “país”. O analista tem de decodificar o discurso se quiser chegar ao fundo que governa a ação desses partidos. Na crise atual esse **fenômeno da dissimulação** aparece, de modo exemplar, na pretensa luta contra a corrupção. De um lado, teríamos um governo e um partido corrupto e, de outro um grande arco oposicionista interessado em instaurar a moralidade pública. Muitos são os elementos que permitem indicar o caráter dissimulador deste discurso. (BOITO JR., 2017, p.24 – grifos nossos).

Portanto, o discurso antipetista, organizado em torno do combate à corrupção, compreende o fenômeno de dissimulação dos conflitos de classes. Por meio do ajuste fiscal e da privatização, são priorizados o pagamento dos juros da dívida pública e a promoção de maior abertura da economia brasileira ao capital transnacional.

Das Reformas da Previdência à Educacional, realizadas no Governo interino de Temer, pretende-se o aprofundamento da lógica de privatização da vida e mercantilização de todos os setores que compõem o tecido social. Deste modo, os rumos das políticas públicas no Brasil tem se apresentado como uma questão política de primeira ordem no país, e no campo educacional não tem sido diferente.

É justamente no bojo deste contexto de acirramento da luta de classes expresso também no âmbito educacional que o PESP emerge como um projeto apoiado por parte da burguesia brasileira para atuar como mecanismo de censura e controle, tanto do próprio processo pedagógico, quanto aos sujeitos que se recusam a submeterem-se a este projeto neoliberal e resistem a ele. Constituído como um projeto de escola ainda mais normativo e de proibição do pensamento crítico, o ESP declara apoio à Reforma Empresarial e aparece como um elemento aglutinador da lógica de mercantilização da educação defendida pelos neoliberais no Brasil desde a década de 90, e do tecnicismo pedagógico levado a cabo por adeptos do autoritarismo social principalmente no período da Ditadura Militar.

Atuando, portanto, como um “braço” do setor liberal conservador no campo educacional os partidários do Escola sem Partido objetivam o adestramento e controle dos sujeitos escolares, criminalizando os professores e invisibilizando as condições juvenis

inseridas nas escolas, de maneira a conter e restringir o exercício da democracia no espaço escolar e nas decisões sobre as políticas educacionais.

Quando o assunto é “Escola sem Partido”, provavelmente o primeiro termo que vêm à mente seja *ideologia de gênero*, uma vez que foi sob a bandeira de combate a esta que o ideário Escola Sem Partido se promoveu junto aos setores conservadores. Não obstante, este não foi um dos princípios ideológicos iniciais de formação de seu ideário. Isto é, não esteve presente como conceito nuclear desde o momento de sua criação.

A adesão ao combate ao denominado por *ideologia de gênero* resulta de uma aliança dos defensores do MESP junto ao “projeto reacionário de educação” (MOURA, 2016, p.14), que tem promovido um processo de ressacralização do espaço público realizado através da aprovação de projetos de leis que objetivam, além da proibição das teorias e estudos de gênero, o retorno à moralização do processo educativo com bases religiosas cristãs, como os projetos de lei voltados à implementação do ensino domiciliar e à reinclusão de disciplinas de “Educação Moral e Cívica” e “Ensino Religioso” no currículo escolar brasileiro, sem que estas possam ser abordadas por um viés histórico, sociológico ou antropológico.

O ensino religioso volta ao palco como protagonista nas disputas pelos rumos do ensino, desta vez fortalecido pelos setores do fundamentalismo cristão. Embora o programa liberal conservador tenha logrado avanços significativos no contexto latinoamericano, seus princípios políticos, teóricos e ideológicos foram originados a partir de grupos neoconservadores da direita cristã estadunidense que, desde a década de 1980, tem criado e financiado organizações baseadas na formação de opinião pública, os chamados *think tanks*. Para estes, o discurso fundamentado na existência da possibilidade de neutralidade é elemento fundamental para a atuação de Ongs, Institutos de Pesquisas e Associações Cívicas.

Baseadas no discurso do posicionamento político e ideológico neutro estruturam um modelo de atuação política desenvolvida por grupos empresariais e políticos que promovem a naturalização da lógica de mercado como a mais eficiente para resoluções dos problemas sociais. Assim, atuam como mecanismos de pressão junto a instituições da sociedade civil, influenciando a conjuntura política.

Inserido na articulação destes grupos, o MESP é um *think tank* que, baseado no discurso da neutralidade no campo educacional, busca influenciar os rumos das políticas

educacionais. Seu ideário político-ideológico tem se apresentado como aglutinador das demandas e pautas que constituem o projeto do liberal conservadorismo para a educação brasileira. Pretende atender aos interesses privatistas do empresariado escolar através do alinhamento às pautas educacionais conservadora.

A disseminação de suas ideias obteve espaço em uma conjuntura marcada pela elevação de discursos da extrema direita em nível internacional, constituindo-se como desdobramento do atual contexto regressivo. A influência sob as políticas públicas da educação não se dá apenas pela tentativa de aprovação dos projetos de lei que constituem o PESP. Almeida e Caldas (2017, p.72) apresentam que o “diagnóstico de doutrinação” defendido pelo MESP tem por base dois pilares de sustentação: a relação entre professor e aluno e a proibição do debate público em sala de aula, seja referente a acontecimentos propriamente políticos ou a questões voltadas às desigualdades. Deste modo, trata da questão curricular, mas também da própria relação ensino-aprendizagem.

Deste modo, o “diagnóstico de doutrinação” do MESP esteve presente nos argumentos que permearam tanto as disputas em torno PNE aprovado em 2014, como ainda influenciou significativamente sobre as resoluções da nova BNCC. Com vigência até 2024, a aprovação do atual PNE foi caracterizada pelas intensas disputas por parte dos conservadores, em torno da exclusão de qualquer menção ao termo gênero (ROSENO, 2017).

Já em relação à BNCC, a influência das demandas conservadoras do MESP deslocou suas negociações políticas principalmente a partir de sua segunda versão (MACEDO, 2017). O empresariado escolar ligado ao capital financeiro tem demonstrado cada vez mais interesse no aprofundamento do processo de mercantilização da educação. A pedagogia das técnicas e competências aparece como produto que resulta da educação concebida como apenas mais uma mercadoria.

As lutas históricas da classe trabalhadora pelo acesso à educação garantiram – ao menos em termos constitucionais - direitos sociais, civis e humanos no campo educacional e conquistaram a estruturação de um sistema nacional de ensino público, gratuito e, supostamente, laico. A compreensão da educação enquanto direito é um entrave à implantação de políticas educacionais neoliberais, pois, no processo de mercantilização a educação enquanto direito passa a ser encarada como um privilégio, uma vantagem do

indivíduo na competição. Rebaixada à concepção de mercadoria, coloca cada Escola como mais uma empresa a ser regulada pela “mão invisível” do livre e competitivo mercado.

Para além da disputa dos fundos públicos educacionais, responsável pela expansão do setor privado na esfera educacional a partir da década de 1990, aprofundada também a partir dos 2000, os atuais reformadores objetivam a reestruturação dos sistemas educacionais de ensino de modo a atender não apenas as diretrizes educacionais neoliberais, mas à concepção neoliberal de educação. Objetivam, portanto, uma reordenação política e ideológica das políticas públicas educacionais e, para tanto, produzem o esvaziamento da concepção de educação enquanto direito universal.

Por meio da imposição de políticas educacionais neoliberais baseadas no esvaziamento da educação como direito, o empresariado escolar buscou atender a seus próprios interesses políticos, econômicos e ideológicos. Orso (2017), ao tratar do atual momento histórico no Brasil, apresenta que “[...] Por trás da suposta educação com o ensino, sorrateiramente, esconde-se o desmonte da escola, a desvalorização dos profissionais e o esvaziamento das possibilidades de aprender, ensinar e educar” para afirmar a necessidade de formação de um processo democrático capaz de reestruturar o currículo escolar no “caminho inverso ao ideário do Escola sem Partido” (ORSO in FRIGOTTO, 2017).

Ora, o processo de democratização do currículo e, conseqüentemente da escola, não tem possibilidades de realização fora de um processo de democratização da sociedade brasileira preocupado com a construção de um projeto de educação para além do Capital.

Os preceitos ideológicos do discurso antidoutrinação empregado pelo MESP consiste em uma estratégia discursiva de atuação política pautada na naturalização da ideologia neoliberal. análise histórica do emprego do termo doutrinação como o empregado pelo MESP o apresenta como desdobramento do discurso anticomunista no campo da educação que, por meio do combate à ideologia de gênero e doutrinação ideológica, dissimula o real problema educacional resultado dos conflitos de classe neste campo. Assim, embora as ações empregadas pelo STF em relação ao veto às proibições de temas voltados à questão de gêneros sejam muito importantes para a possibilidade de enfrentamento ao ideário Escola sem Partido, a realização destas ações de modo isolado à mobilização popular em defesa da educação pública, se demonstra insuficiente para esta tarefa

2.3. “Lei da Mordaça”: projeto de contenção do processo de popularização da defesa da educação pública.

O Programa Escola Sem Partido se apresenta como um projeto de intensificação do controle sobre a atividade educacional e seus sujeitos. A estratégia usada, é realizada duas táticas principais: uma “informal”, exercida desde 2004, que há quinze anos promove a propaganda e difusão do discurso ideológico do Movimento Escola Sem Partido através de plataformas virtuais (como o blog) e redes sociais. E uma segunda, de caráter formalizado, adotada desde 2014 e empreendida pelas tentativas de aprovação dos Projetos de Lei que o fundamentam nas instâncias parlamentares.

Contudo, para os professores e estudantes presentes nas escolas públicas brasileiras o projeto se apresenta de forma muito mais cruel. A atuação por meio das redes sociais busca forjar um caráter de “opinião pública favorável” à aprovação do ESP que objetiva criminalizar as lutas estudantis e dos professores por demandas de acesso à Educação.

Por sua vez, ao tramitar em todas as instâncias deliberativas, sejam elas municipais, estaduais ou federais, os adeptos do Escola Sem Partido objetivam a aprovação deste projeto em todas as etapas da educação, constituindo assim uma concepção de escolarização repressora à construção de uma consciência cidadã e de respeito à pluralidade, desde a educação infantil. No entanto, tal processo não ocorre de forma harmônica e pacífica, pois são vários os movimentos sociais que resistem a este projeto educacional.

De sindicatos de professores a movimentos sociais diversos, várias são as organizações da classe trabalhadora que se contrapõem ao projeto proposto pelo ESP. Destes, o Movimento Estudantil é o que se destaca com maior potencial de valorização das demandas juvenis presentes nos espaços das escolas públicas, uma vez que são realizados pelos próprios sujeitos juvenis. Neste movimento social, as juventudes são protagonistas na construção de sua própria história, não somente ao elaborar as pautas e bandeiras políticas de modo a atender às necessidades educacionais elencadas por eles mesmos, mas pela própria ressignificação dos espaços escolares.

Marafon (2017, p.11) apresenta como a partir das “Jornadas de Junho”, ocorridas em 2013, abriu-se um processo de intensa disputa em torno das manifestações populares.

Segundo a autora, neste contexto, “era tão relevante a disputa em torno da interpretação das manifestações quanto a própria disputa de agenda que estava acontecendo nas ruas.”

Contudo, o movimento estudantil buscou ainda responder aos ataques à educação que foram sendo realizados nos anos seguintes por meio dos projetos de reorganização escolares; da aprovação da PEC 241 que instituiu o congelamento dos gastos com educação e outros; e da aprovação da Nova Reforma do Ensino Médio até então em formato de Medida Provisória. Assim, apesar de ser uma tática já utilizada em lutas estudantis no ensino superior, os anos de 2014 a 2016 foram marcados, no âmbito da educação regular básica por ocupações estudantis realizadas pelos secundaristas em diversos estados. Mais uma vez Marafon contribui com este artigo ao chamar nossa atenção para o fenômeno de que:

Conferindo um contágio molecular a outros movimentos locais, como as Jornadas de Junho em 2013 no Brasil que, por sua vez, tornaram-se o grande levante com força de inspiração para as ocupações que vieram a seguir, interessa pensar as ocupações em escolas no Brasil, não como um caso isolado, mas como uma agenda de revoltas que foram acontecendo e conectando jovens diante de situações muito parecidas, embora cada qual exista com sua própria dinâmica. (MARAFON, 2017, p.13).

Por fim, a autora propõe que as ocupações escolares devem ser entendidas como uma *situação de ocupação estudantil* que deve ser analisada através de suas pautas, dinâmica e reivindicações e aponta que estas ocupações revelaram-se tanto como uma forma de recusa às políticas educacionais que vinham sendo impostas de “cima para baixo”, sem consulta aos estudantes, como também constituiu uma experiência de ressignificação das escolas ocupadas por meio da valorização das culturas juvenis que as ocuparam.

É justamente neste contexto de ampla disputa que a “Lei da Mordça” ganha maior notoriedade e adesão. Em meio à polarização política que promove a desagregação social, e das mobilizações estudantis no combate à tais reformas, os setores mais autoritários do neoliberalismo brasileiro articularam o fortalecimento do discurso ideológico reacionário que visa garantir, por meio do ESP, a deslegitimação e repressão aos sujeitos que proponham a ampliação da democracia nas escolas, sejam estes estudantes ou professores.

Assim como não há uma definição clara de doutrinação no ESP, também não há sobre as concepções de juventude. Contudo, por meio de seu próprio discurso encontramos elementos que nos levam a uma concepção de juventude biologizante, pautada na figura do

estudante como um jovem vulnerável e ingênuo. Segundo Penna (2017), o discurso do Programa Escola Sem Partido vem sendo compartilhado há, no mínimo quinze anos, e possui quatro elementos centrais:

Argumentarei que essa chave de leitura do fenômeno educacional tem quatro características principais: primeiro, uma concepção de escolarização; segundo, uma desqualificação do professor; terceiro, estratégias discursivas fascistas; e, por último, a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos. (PENNA, 2017, p. 36).

Destas características Penna nos aponta que o processo de esvaziamento do papel de educador do professor presente no ESP promove uma concepção de escolarização baseada na proibição do debate público em sala de aula. O professor é desqualificado à medida que a seleção sobre o conteúdo e temas que serão abordados em sala de aula não compete mais a ele, nem aos sujeitos envolvidos no processo educacional, mas aos parlamentares, que muitas vezes nada entendem do processo pedagógico.

As estratégias discursivas fascistas se apresentam na desumanização da figura do professor, rebaixando-o à condição de criminoso, uma vez que é um “abusador intelectual”. Por sua vez, a característica de defesa do poder total dos pais sobre seus filhos revela uma condição juvenil fundamentada no jovem como objeto. Isto é, no filho como propriedade privada dos pais.

No ESP a figura do estudante aparece sendo "*vítima do abuso intelectual*" e a do professor como um "*sequestrador intelectual*". Almeida (2017) nos indica que o "*diagnóstico de doutrinação*", defendido estabelece uma relação de oposição entre professor e estudante, uma vez que os alunos são definidos como uma audiência passiva e cativa diante de um professor que abusa da liberdade de ensinar.

Como já apontado, o primeiro PL foi redigido pelo próprio Miguel Nagib que afirma ter se inspirado no CDC. Deste modo a lógica que pauta o ESP compreende não só a educação como mercadoria, mas também o próprio processo educativo. Como este não possui resultados materiais, isto é produto, o próprio jovem também passa a ser objetificado. Este elemento, aliado à moratória e tutela dos pais engendram a vida desses jovens como propriedade privada dos pais, que, ao atingirem a maioridade, deixarão de ser propriedade e passarão a serem herdeiros destas propriedades.

O “direito dos pais à que seus filhos recebam a educação moral que estejam de acordo com suas próprias convicções” e a responsabilidade sobre a educação moral a que devem ter acesso torna-se uma escolha individualizada daqueles que detém a propriedade. Desta forma cabe ao Estado somente a regulamentação dos mecanismos de controle sobre tais jovens para que não deixem de acreditar nas crenças de seus pais, para que em hipótese alguma, rompam a moratória estabelecidas a eles. De acordo com Marafon

O enquadramento da situação de ensino e aprendizagem deixa de ser pedagógico ou educacional, tornando-se jurídico, como uma relação previamente compreendida como de atrito e de delito, entre adversários de um jogo que poderá ser arbitrado judicialmente. (MARAFON, 2017, p. 22).

O movimento estudantil aparece como audiência cativa já manipulada. Isto é, que “já sofreu o processo de doutrinação”. A “[...] *“rebeldia juvenil” a serviço dos partidos de esquerda*” apresentam mais uma vez o diagnóstico de doutrinação e a perspectiva de condição juvenil como fase problemática, desconsiderando assim o teor de suas reivindicações.

O site do MESP possui ainda uma aba intitulada “Síndrome de Estocolmo” na qual

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Escocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo.

Nesta definição do “jovem doutrinado” fica mais evidente a deslegitimação das condições juvenis enquanto sujeitos históricos por meio do enquadramento clínico de “síndrome”. Quanto mais o sujeito se recusa ao projeto educacional de padronização e controle, é ainda mais empurrado à noção de jovem passivo e vulnerável³⁵.

³⁵ Documentários como “Acabou a Paz, Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP”³⁵ que demonstram o dia a dia das escolas ocupadas, evidenciam como os estudantes em luta reivindicavam uma educação que, voltada para a discussão dos problemas sociais no Brasil, estivesse voltada à ampliação da defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade e promovesse a democratização do espaço escolar, contrapondo-se à concepção de jovem presente no PESP.

O Programa Escola Sem Partido se apresenta como um projeto de intensificação do controle sobre a atividade educacional e seus sujeitos. A estratégia usada, é realizada duas táticas principais: uma “informal”, exercida desde 2004, que há quinze anos promove a propaganda e difusão do discurso ideológico do Movimento Escola Sem Partido através de plataformas virtuais (como o blog) e redes sociais. E uma segunda, de caráter formalizado, adotada desde 2014 e empreendida pelas tentativas de aprovação dos Projetos de Lei que o fundamentam nas instâncias parlamentares.

Por outro lado, a ação por meio das redes sociais busca forjar um caráter de “opinião pública favorável” à aprovação do ESP que objetiva criminalizar as lutas estudantis e dos professores por demandas de acesso à Educação. Por sua vez, ao tramitar em todas as instâncias deliberativas, sejam elas municipais, estaduais ou federais, os adeptos do Escola Sem Partido objetivam a aprovação deste projeto em todas as etapas da educação, constituindo assim uma concepção de escolarização repressora à construção de uma consciência cidadã e de respeito à pluralidade, desde a educação infantil.

A abordagem do Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno Educacional, portanto, possibilita trazer à tona sua perspectiva histórica, evidenciando o avanço do ESP a partir de 2014 como resultado de uma ação política articulada por parlamentares adeptos do projeto, que regulamenta censura como mecanismo de proibição do debate público em sala de aula e enquadramento das condições juvenis aos padrões normativos.

Deste modo, este projeto pauta-se em uma noção de cultura positivista, fundamentada ainda na hierarquização etnocêntrica, baseada nos valores cristãos e objetiva proibir tanto o debate de temas historicamente reivindicados por setores que pautam formas de educação popular como também visa impedir a democratização do espaço escolar a partir de lógicas de organização social pautadas em uma sociedade mais igualitária de ruptura com a sociedade de classes e a hierarquia social. Objetivam, portanto, reprimir a luta por uma educação para além do capital.

O ataque à “ideologia de gênero” e à “doutrinação marxista” objetiva impedir que a escola promova um processo de conscientização dos problemas sociais existentes, impedindo assim a superação deste.

Pereira (2017) nos apresenta como “conceitos nucleares” do discurso antidoutrinação do Escola sem Partido:

Convicção moral: A propositiva de não contestar as crenças e valores dos pais dos estudantes por meio do “respeito ao direito dos pais de darem ao seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas própria convicções” se contrapõe diretamente aos objetivos da escola, uma vez que esta não poderá ensinar conhecimentos que contraponham-se à crenças dos pais.

Ideologia de gênero: Os apoiadores do PESP buscam uma fundamentação teórica deste conceito nos textos de Jorge Scala³⁶. Este compreende Ideologia a partir do que considera como duas negações da realidade que seriam: Primeiro, a ideia de que não existe natureza humana e segundo, a ideia de que não somos mais determinados pelos aspectos biológicos. Assim, Ideologia de gênero para Scala constitui na “negação da natureza humana em matéria sexual” e aparece definida como “estratégia de luta [que não corresponde à realidade para que as mulheres tenham condições de disputar como o homem a vida pública e o mundo do trabalho em igualdade de oportunidades.” (PEREIRA, 2017, p. 140). No entanto, esta igualdade não é possível já que na realidade, fora do “âmbito ideológico”, o homem e a mulher são determinados biologicamente, fundamento que naturaliza as desigualdades resultantes das relações sociais de gênero. Não nega, portanto, o patriarcado e o sexismo. Ao contrário, os afirma para reafirmar como natural e necessária a diferença histórica da desigualdade entre gêneros. Há então uma negação do conceito de gênero enquanto uma categoria analítica da realidade social pertencente ao campo das ciências sociais.

Doutrinação ideológica: A concepção de educação defendida pelo PESP propõe uma divisão entre Educação e Instrução. Adeptos do lema: “Professor não é Educador 7 ” apresentam como tarefa única da escola apenas a função de instruir, que consiste na transmissão neutra dos conhecimentos e conteúdos do currículo escolar. A Educação por outro lado, é entendida como o ato de “promover nas pessoas sentimentos, hábitos, que lhe permitam adaptar-se no meio que há de viver”. Educação, portanto, é entendida como adaptação, e não como intervenção, que deve orientada de acordo com a convicção moral dos

36 Jorge Scala: argentino advogado e professor de Bioética na Universidad Libre Internacional de las Américas. Autor do livro “Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família”.

pais. Baseada em uma dicotomia reducionista entre Educação e Instrução o discurso conservador se autointitula como neutro e criminaliza as perspectivas divergentes.

A partir dos conceitos nucleares, a Ideologia do Escola sem Partido promove uma confusão maliciosa entre os conceitos de educação, doutrinação e ideologia. Esta última passa a ser vista como sinônimo de manipulação realizada através da “*linguagem por meio de “talismãs” (palavras chaves) para promover a mudança de condutas conforme sua própria vontade*” (PEREIRA, 2017, p.119-120). Os novos movimentos sociais são vistos então como “ideologias contemporâneas” denominadas grosseiramente de “indigenismo”, “greepeace”, “mov. Gay”, “feminismo”.

Roseno (2017) apresenta como há uma apropriação negativa do conceito de ideologia, fundamentado em dois argumentos centrais: O primeiro possui suas raízes históricas na polarização política do contexto da Guerra Fria, período em que o termo doutrinação passou a ser usado em sentido pejorativo. O segundo, centra-se no combate às teorias fruto das lutas dos movimentos feministas e LGBT’s.

Acusando-os de impor ideias que são contra as leis naturais e divinas. Neste sentido, *Doutrinação ideológica e Ideologia de Gênero* aparecem como transgressoras da ordem no discurso do Programa Escola sem Partido, pois violam as realidades que são vistas como condições naturais de cada indivíduo e não processos históricos da humanidade. A pretensa neutralidade de seu discurso nada mais é do que a “*busca pela manutenção de privilégios sociais, políticos, econômicos e culturais*” (ROSENO, 2017, p.54).

Por meio da compreensão do processo de estranhamento apontado por Mendonça anteriormente, infere-se que o ESP consiste na saída política proposta por setores conservadores aliados à economia neoliberal que, diante dos conflitos produzidos por tais contradições, reclamam um projeto que discipline e submeta os sujeitos escolares à ordem social vigente e à incidência da retomada das instituições políticas brasileiras por estes grupos.

A censura, realizada através da judicialização das relações escolares, objetiva controlar não só o currículo, formal e oculto, mas também o abafamento das próprias condições e culturas juvenis existentes na escola. O que se quer, de fato, é impedir a democratização do acesso, da gestão escolar e da própria produção do conhecimento.

Demandas estas historicamente reivindicadas por movimentos sociais, sindicatos, e outras instâncias de organização da classe trabalhadora que, dentre diferentes concepções e pautas, têm em comum uma perspectiva educacional voltada à humanização e formação do pensamento crítico. Enfim, o ESP objetiva impedir a democratização da escola por meio da criminalização dos sujeitos escolares e movimentos sociais que lutam para transformá-la.

2.4. Da necessidade à motivação: As consequências do avanço do discurso do ESP para o ensino de sociologia e ação consciente para o combate de suas manifestações em sala de aula.

Ainda que os projetos de lei que constituem o PESP não tenham sido aprovados, o discurso antidoutrinação é um elemento real que incide sobre o trabalho pedagógico do professor. Desta forma, esta seção visa apresentar como a perseguição aos professores com bases no discurso antidoutrinação tem se constituído enquanto prática comum e recorrente no contexto educacional brasileiro.

Vanessa Gil, gravada na Escola Ildo Meneghetti, na Restinga, diz que o que mais a incomoda é a ideia de que a ciência não tem mais validade e de que tudo virou doutrinação na escola. “Eu ensino teoria da mais-valia, as teorias marxistas, mas eu também falo de Adam Smith [fundador do liberalismo econômico]. Meus alunos conhecem as teorias liberais. E fica essa ideia de que os professores doutrinam.” Sobre eventuais mudanças no conteúdo depois da gravação e da denúncia nas redes sociais, a professora é categórica: “A gente não vai mudar de assunto. As aulas vão continuar como elas são. E se tiver que enfrentar isso, vou enfrentar. Não vou me amedrontar.” (BATISTA, 2019).

Ainda que os projetos de lei referentes ao Escola sem Partido tenham tramitado até o início de 2019 – momento em que foram arquivados – seus fundamentos ideológicos já foram enraizados no tecido social brasileiro. Mesmo sem a aprovação dos projetos de lei, houve uma crescente dos casos de professores que foram criminalizados por conta dos pressupostos presentes no discurso do “Movimento”. Seu site passou a enfatizar os “testemunhos” de alunos que sofreram doutrinação como forma de legitimação através do forte incentivo para que estes filmem as aulas (colocadas como delitos) dos supostos professores doutrinadores.

Deste modo, tem crescido o número de casos em que professores são perseguidos virtual e fisicamente, sofrendo inclusive ameaças de morte, e reprimidos por meio de processos de transferências e até mesmo demissões. Roseno nos apresenta que em 2017 havia cinco casos de perseguição à professoras (todas eram mulheres) que sofreram ameaças de morte, desqualificação do trabalho e humilhações por apoiadores do ESP. Seus “delitos” foram: promoção de aulas abertas à comunidade ocorridas em ocupações escolares, referências bibliográficas de perspectivas críticas e promoção de projetos sobre diversidade e sustentabilidade. (ROSENO, 2017, p.67).

Gonçalves (2020), em trabalho intitulado “Ser professor em tempos de Escola sem Partido”, realizou pesquisa com professores de sociologia do estado do Ceará para

investigar o cerceamento aos temas e conteúdos próprios desta disciplina. Os dados coletados apontaram que, já há algum tempo, a profissão de docente tem sofrido um processo de “perda de legitimidade” e de “desprestígio social” que faz parte de um cenário nacional mais amplo de perseguição à atuação de docentes, sobretudo os da educação básica. Assim

Além do prestígio perdido, há também uma percepção de que a atividade docente está sendo cerceada. Grande parte dos entrevistados vem o momento presente e o governo atual como principal fomentador desse estado de coisas. [...] Alguns professores já admitem que estão revendo totalmente os conteúdos a abordar. Há um **cuidado adicional** em escolher os temas, as palavras e exemplos (GONÇALVES, 2020, p.185-187).

Portanto, tal cenário tem imposto um clima de desconfiança criado nas escolas que tem afetado as dinâmicas na sala de aula de modo a promover o receio e a autocensura com os temas abordados.

Penna (2017) identifica dois procedimentos discursivos principais que promovem tal processo de criminalização. A desqualificação do trabalho do professor, da escola e dos referenciais teóricos do campo da educação inferem ataques pessoais e ameaças constituem um método que por meio de termos que em seu discurso não possuem uma definição precisa, o ESP incita o ódio:

Questionado pelo **Humanista** sobre a razão pela qual a página do Escola Sem Partido divulga imagens e links para os perfis pessoais dos docentes acusados de doutrinação – como fizera no caso da professora Vanessa Gil –, o líder da organização respondeu que o objetivo da exposição é lançar a “reprovação pública” sobre os docentes. “Um professor no exercício do seu cargo fazendo propaganda política ou difamando um político em sala de aula é um ato ilícito. Divulgo nome, perfil e imagens para as pessoas saberem quem são. “Não acho que haja nenhum problema”, justifica Nagib. “Quem merece proteção nesses casos é a criança e o adolescente. E uma maneira de essas práticas serem coibidas, e até de esses professores caírem em si, é a reprovação pública.” (BATISTA, 2019)”.

Tem sido cada vez maior o número de notícias sobre casos semelhantes. Nesta conjuntura o ensino de Sociologia na educação básica brasileira, que já possui um histórico marcado pela descontinuidade no currículo encontra-se, mais uma vez, em risco. Isso se dá não só por conta de ações como a retirada da obrigatoriedade desta disciplina do currículo básico, conforme regulamentado pela aprovação da BNCC, mas também porque os fundamentos político-ideológicos do ESP atacam diretamente os conteúdos curriculares e metodologias do ensino de sociologia.

O currículo de sociologia como um todo fica comprometido, no entanto, devemos traçar estratégias de combate ao discurso do ESP inclusive em suas manifestações em salas de aula. A partir da investigação dos fundamentos ideológicos deste, devemos realizar duas tarefas fundamentais: 1. “Garimpar” quais os conceitos nucleares deste discurso e como ele se apresenta; 2. Propormos atividades de aprendizagem que busquem desnaturalizar tais conceitos nucleares.

Entender a Escola como lugar social privilegiado para a apropriação de conhecimentos produzidos historicamente é necessário assumir que a ação do professor deve estar organizada intencionalmente para este fim. [...] Embora o sujeito possa se apropriar dos mais diferentes elementos da cultura humana de modo não intencional, não abrangente e não sistemático, de acordo com suas próprias necessidades e interesses, é no processo de educação escolar que se dá a apropriação de conhecimentos, aliada à questão da intencionalidade social, o que justifica a importância da organização do ensino, como salienta Moura (MOURA, 2002).

O discurso do Programa Escola sem Partido, ao delegar aos pais o “direito” sobre a educação à qual seus filhos terão acesso deslegitima o papel social da escola (enquanto espaço privilegiado para apropriação de conhecimentos produzidos historicamente) e objetiva neutralizar a intencionalidade social inerente ao trabalho pedagógico do professor. Ao criminalizar a intencionalidade social que se realiza somente no processo de escolarização – mediante a organização sistemática dos conteúdos – sob as falsas acusações de “doutrinação ideológica” e “ideologia de gênero” pretende-se negar a produção de determinados conhecimentos produzidos pela humanidade.

Como já apresentado, utiliza-se do conceito deturpado de Ideologia. Mas, será que os aqueles pais, alunos, professores e diretores que reproduzem as acusações feitas pelo Escola sem Partido, saberiam responder à pergunta sobre o que é Ideologia? Como o ensino de sociologia tem trabalhado o conceito de Ideologia no Ensino Médio? Embora estas sejam perguntas que não conseguiremos responder plenamente aqui, são estes questionamentos fundamentais para a proposta de uma análise didática que objetive a desnaturalização do conceito de Ideologia por parte do estudante.

Ao deturpar as teorias e estudos de gênero, o ESP a partir da *Ideologia de Gênero* fortalece o processo de ressacralização do espaço público e condena a utilização de métodos de ensino apoiados no uso de fatos reais, quer sejam abordados por meio de notícias, vídeos, músicas e documentários que proponham o debate público em sala de

aula. Portanto, não só os temas e conceitos próprios da disciplina, mas também seus métodos de estudos são reduzidos pura e simplesmente como *Doutrinação ideológica*.

Assim, ao pensar a criação da sequência didática proposta, ainda que devemos considerar seriamente a necessidade urgente de abordar o conceito de gênero – que especificamente no ensino de sociologia deve ser trabalhado como categoria analítica da realidade social e não somente como temas transversais – precede a tarefa de desnaturalização do conceito de Ideologia, sobretudo como sinônimo de manipulação. Portanto o uso deturpado do conceito de *Ideologia* no discurso do ESP é fundamenta as acusações de *Doutrinação Ideológica e Ideologia de Gênero* que, quando empregadas, destilam ódio aos professores e aos próprios objetivos do ensino de sociologia.

Sabemos que pensar a “*reestruturação escolar no ideário inverso ao discurso do Escola sem Partido*” é uma tarefa difícil a ser cumprida pelas classe trabalhadora e requer uma luta mais ampla, que não se encerre apenas dentro dos muros da Escola. No entanto, a atual conjuntura impõe aos professores a necessidade imediata de, a todo tempo, legitimar a sociologia enquanto conhecimento científico, seu trabalho pedagógico e até mesmo seu direito à liberdade de expressão, sendo reconhecido como sujeito detentor de direitos civis, políticos e sociais.

A propositiva de não contestar as crenças e valores dos pais dos estudantes por meio do respeito ao direito dos pais de darem aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções se contrapõe diretamente aos objetivos do ensino da sociologia. Documentos como os das Orientações Curriculares Nacionais (OCN) e das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) definem como papel central no desenvolvimento do pensamento pedagógico a desnaturalização das concepções ou explicações acerca dos fenômenos sociais, afastando argumentos naturalizantes.

Ora, como o ensino de sociologia pode contemplar este objetivo sob o risco de acusação de “doutrinação”, por parte daqueles que buscam a proibição de perspectivas que rompam com estes argumentos naturalizantes? Como romper com o senso comum acerca dos conteúdos de sociologia, sob uma lei que pretende legitimar como verdade os argumentos naturalizantes do senso comum? Como promover a desnaturalização das relações sociais, uma vez que os conteúdos da sociologia passam a serem encarados como “questão de opinião”, inferiores à opinião dos pais dos alunos, e não como ciência que contém saberes acadêmicos e escolares?

Assim sendo, sob uma conjuntura de ataques ofensivos às políticas educacionais que impõe a necessidade da elaboração de críticas e oposições à ideia do professor apenas “[...] como um mero propagador de ideologias ou opiniões” (COSTA, 2020, p.13) e da defesa de conteúdos curriculares científicos da ciências humanas, e em específico da sociologia, a sequência didática abaixo é proposta como material de instrumentalização aos professores de sociologia no enfrentamento ao discurso defendido pelo Escola sem Partido.

3. UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA DESNATURALIZAÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA.

Durante a elaboração da sequência didática proposta, um dos maiores desafios esteve em garantir sua realização a partir da realidade dos professores em sala de aula. Diante da preocupação em propor atividades passíveis de realização, esta SD utilizou de materiais didáticos já existentes, muitas vezes já utilizados pelos professores de sociologia, por conta da facilidade de acesso a esses materiais. Além disso, por se tratar de uma sequência didática extensa e que se propõe a apresentar as diversas dimensões da ideologia a partir de diferentes abordagens, os professores podem optar pela utilização de apenas algumas aulas, mantendo exclusivamente as aulas inicial e final desta SD.

Conceitos: Ideologia, dominação e violência simbólica.

Quantidades de aulas: 6

Sujeitos: Alunos do 3º ano do ensino médio.

Base Teórica: Comumente os materiais didáticos do ensino de sociologia abordam o conceito de ideologia atrelado ao conceito de cultura, visto seu caráter de dominação e também o fato de que diversos autores do campo das Ciências Sociais buscaram na esfera cultural a explicação para o conceito de ideologia. No entanto, para desnaturalizar o conceito de ideologia de modo a combater o sentido empregado pelo discurso do ESP conforme já apresentado neste texto, é necessário propor uma atividade pedagógica capaz de romper com a ideia da possibilidade de uma ideologia neutra, apresentando a cultura também com palco de disputas e conflitos. Isto porque a neutralidade aparece como verdade de modo a legitimar o tecnicismo, bases da ideologia capitalista neoliberal. Há necessidade de maior ênfase na função de dominação da ideologia para evidenciar seu caráter político e, para tanto, recorreremos à diferenciação de ideologia em seu sentido amplo, portanto como parte da esfera cultural, de ideologia em seu sentido restrito, ou seja como doutrina política e/ou religiosa, além da abordagem do conceito de hegemonia elaborado por Gramsci. O conceito de ideologia como conteúdo do

ensino de sociologia deve ser internalizado pelos alunos de modo a possibilitar que estes reconheçam como esta naturaliza as relações sociais desiguais.³⁷

Normativas educacionais: Com base nos princípios político-pedagógicos estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trabalharemos as seguintes competências e habilidades.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5	
Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	
Habilidades	
(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).	(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.
(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.	(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

AULA 1: Apresentação do tema	
Atividade	Resolução de situação problema por meio do debate em grupos.
Necessidade	Levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes.
Motivos	Evidenciar a importância da Ideologia na compreensão dos comportamentos sociais. - Diagnosticar os argumentos naturalizados pelo pensamento “senso comum” que mais aparecem em suas falas.
Ações	- Gerar a percepção coletiva da necessidade de aprofundamento no tema; - Promover reflexão sobre o significado e o sentido do conceito de Ideologia; - Problematizar os argumentos reproduzidos em sala; - Introdução à totalidade dos aspectos sociais que constituem a esfera ideológica. - Sistematização individual e coletiva dos argumentos apresentados por meio da elaboração de uma tabela;
	Debate acerca de diferentes pontos de vista sobre o entendimento do que é ideologia,

³⁷ Para a versão final da defesa desta dissertação, esta seção será expandida com a proposta de uma sequência didática acerca do conceito de ideologia.

Operações com respeito à opinião dos colegas e aos Direitos Humanos.

I – Pedir que os alunos respondam, de forma oral e escrita, à pergunta: O que é Ideologia?

II – Apresentar aos alunos que eles foram sobreviventes de um naufrágio e alcançaram uma ilha. Eles não estão sozinhos, e sim em grupos (os grupos que foram divididos anteriormente). A atividade consistirá em criar as bases da nova organização social no território encontrado de modo a garantir tanto a sobrevivência de todos, quanto às condições de reprodução da vida, responsável por dar continuidade à existência do grupo no local. Para tanto, o professor entregará uma ficha (modelo abaixo) a cada grupo. Esta ficha contempla elementos que constituem alguns campos das esferas sociais que compõem as dimensões da cultura, do trabalho e da política. A ficha deverá ser preenchida por cada grupo e auxiliará os estudantes a perceberem a importância da ideologia na relação entre pensamento e ação humanas.

Nome da Ilha:

De acordo com a tabela abaixo, descreva como o grupo resolveu organizar os seguintes aspectos da vida em sociedade e os motivos que guiaram as escolhas realizadas.

	Como foi organizada (o)	Por quê?
ALIMENTAÇÃO		
TECNOLOGIA		
TAREFAS DOMÉSTICAS		
CUIDADO COM AS CRIANÇAS		
CUIDADO COM OS ENFERMOS		
FAMÍLIA		
LAZER		
REPASSE DOS CONHECIMENTOS ACUMULADOS		
PODER		
JUSTIÇA		

III – Orientações que o professor fará aos alunos, para o preenchimento das fichas:

- Os grupos terão 20 minutos para o preenchimento da ficha e durante os debates o professor circulará entre eles, respondendo às dúvidas e orientando a resolução da atividade e todos devem opinar;
- Uso livre da imaginação sociológica;
- Não se esquecerem de dar um nome ao território.
- Explicação do professor, eixo por eixo, de como a ficha deverá ser preenchida:

ALIMENTAÇÃO	Como e quem realizará a coleta de alimentos. Haverá caça? Se sim, como e por quem? Quem fará a comida?
TECNOLOGIA	Criação de instrumentos para realização das tarefas, de técnicas de moradia e de apropriação dos recursos naturais disponíveis.
TAREFAS DOMÉSTICAS	Quem será responsável por realizá-las? Todos do grupo? Só homens, só mulheres, só crianças, só adultos?
CUIDADO COM AS CRIANÇAS	Quem será responsável por cuidar das crianças? Será responsabilidade dos pais ou de todo o grupo?
CUIDADO COM OS ENFERMOS	Quem será responsável pelo cuidado dos enfermos e desenvolvimento de métodos de cura?
FAMÍLIA	Qual a definição de família (por sangue, por moradia, etc.) e como será estruturada (monogâmica, poligâmica, por relações sexuais, por relações afetivas. Etc.)
LAZER	O que será feito como forma de diversão e entretenimento? Arte, esporte, festas, alteração de consciência, etc.
REPASSE DOS CONHECIMENTOS ACUMULADOS	Os conhecimentos não poderão ser perder, como eles serão registrados e passados às próximas gerações?
POLÍTICA	Como e por quem serão tomadas as decisões?
JUSTIÇA	O que acontecerá àqueles que infringirem as normas do grupo?

IV – Apresentar que, em geral, ideologia pode ser utilizada em dois sentidos: o primeiro refere-se à ideologia em seu sentido amplo, isto é, como elemento da esfera cultural; o segundo remete à ideologia em sentido restrito, a saber como doutrina política (liberalismo, comunismo, nacionalismo, nazismo, etc) ou religiosa. No sentido restrito, ideologia aparece como sinônimo de doutrina ou ideário em geral e tem a função de orientar a ação social de indivíduos e de grupos. Aqui, a ideologia tem um caráter descritivo (ela explica como as coisas são) e também normativo (como deveriam ser).

Para exemplificar o professor apresentará como a obra de Defoe aciona as ideologias presentes no período histórico em que viveu o autor e acaba por legitimar a naturalização da filosofia jusnaturalista, base da ideologia liberal.

V – Em lousa, desenhar a tabela a seguir que auxiliará a sistematização, a ser realizada coletivamente, sobre os sentidos do conceito de ideologia manifestos nas falas dos alunos. Com as fichas já preenchidas, o professor escolherá um dos eixos da ficha e solicitará a um grupo que apresente a resposta elaborada por eles, que será transcrita para a tabela na coluna “Exemplos”. O grupo deverá argumentar sobre como resolveram organizar este elemento da vida em sociedade e porque o foi organizado desta maneira. NA última coluna denominada “atuação”, professor e alunos deverão categorizar se prevalece o sentido amplo ou restrito do conceito de ideologia.

IDEOLOGIA		
Exemplos	O que faz	Atuação
Grupo A organizou a família por meio do casamento monogâmico.	Estabelece normas e regras.	Sentido amplo.
Grupo B organizou o poder por meio da imposição da força.	Estabelece normas e regras.	Sentido restrito: totalitarismo.

O professor apresentará ainda como as respostas dadas na coluna “Por quê?” objetiva legitimar o modo como o grupo resolveu organizar cada aspecto social, evidenciando como os modelos criados pelos alunos reproduzem elementos das ideologias presentes em nosso cotidiano, uma vez que os alunos se basearão nas relações sociais já conhecidas por eles para criar a organização social da ilha trazendo à tona, portanto, a relação dialética entre pensamento e ação. Neste momento a mediação do professor evidenciará como as relações sociais concretas que condicionam a nossa forma de pensar que, por sua vez, guia nossas ações diante das relações sociais concretas em que estamos inseridos.

AULA 2: Abordagens sociológicas

Atividade Aula expositiva e dialogada.

Necessidade Apropriação do conceito de Ideologia como objeto de estudo das Ciências Sociais.

Motivos Compreensão de Ideologia como conceito que objetiva explicar a relação entre pensamento e ação humanos na determinação das relações sociais concretas.

Ações	Compreender e identificar o conceito de ideologia em suas diferentes perspectivas sociológicas.
Operações	- Apresentação do desenvolvimento histórico do termo ideologia. - Apresentação das concepções neutras e críticas sobre Ideologia. - Resolução de situações problemas.

I – Iniciar exposição do conteúdo a partir do texto abaixo.

A ideologia, suas origens e perspectivas

[...] ideologia é um produto essencialmente moderno, pois antes da modernidade as explicações da realidade eram dadas pelos mitos ou pelo pensamento religioso.

Uma das primeiras ideias sobre ideologia foi expressa por **Francis Bacon** (1561-1626), em seu livro *Novum Organum* (1620). Ele não utilizava o termo ideologia, mas, ao recomendar um estudo baseado na observação, declarava que, até aquele momento, o entendimento da verdade estava obscurecido por ídolos, ou seja, por ideias erradas e irracionais.

O termo ideologia foi utilizado inicialmente pelo pensador francês **Destruitt de Tracy** (1754-1836), em seu livro *Elementos de Ideologia* (1801), no sentido de “ciência da gênese das ideias”. Tracy procurou elaborar uma explicação para os fenômenos sensíveis que interferem na formação das ideias, ou seja, a vontade, a razão, a percepção e a memória.

Um segundo sentido de ideologia, o de “ideia falsa” ou “ilusão”, foi utilizado por **Napoleão Bonaparte** num discurso perante o Conselho de Estado, em 1812. Napoleão afirmou nesse discurso que seus adversários, que questionavam e perturbavam a sua ação governamental, eram apenas metafísicos, ideólogos, pois segundo Napoleão o que seus adversários apontavam não tinham conexão com o que estava acontecendo na realidade.

Auguste Comte (1798-1857), em seu *Curso de Filosofia positiva* (1830-1842) retomou o sentido de ideologia utilizado por Tracy – o de estudo da formação das ideias, partindo das sensações (relação do corpo com o meio) – e acrescentou outro, o de conjunto de ideias de determinada época.

Karl Marx também não apresentou uma única definição de ideologia. No livro *A Ideologia alemã* (ocultamento ou engano, apenas a reprodução das ideias próprias de uma classe ou ideias gerais que permeiam toda a sociedade).

Para Mannheim, as *ideologias* são sempre conservadoras, pois expressam o pensamento das classes dominantes, que visam à estabilização da ordem. Em contraposição, ele chama de *utopia* o que pensam as classes oprimidas, que buscam a transformação.

Depois de Mannheim muitos outros pensadores estudaram e utilizaram o conceito de ideologia, mas todos eles tiveram como referência os autores que citamos. 1846), ele se referiu à ideologia como um sistema elaborado de representações e ideias que correspondem a formas de consciência que os

homens tem em determinada época. Ele afirmou ainda que as ideias dominantes em qualquer época são sempre as de quem domina a vida material e, portanto, a vida intelectual.

Marx desenvolveu a concepção de que a ideologia é a inversão da realidade, no sentido de reflexo, como na câmara fotográfica, em que a imagem aparece “invertida”. Contrapondo-se a muitos autores que acreditavam que as ideias transformavam e definiam a realidade, Marx afirmava que a existência social condicionavam a consciência dos indivíduos sobre a situação em que viviam. Assim, para Marx, a ideologia não são meras ilusões e aparências – e muito menos o fundamento da história –, mas são uma realidade objetiva e atuante.

No mesmo livro de Marx, pode-se encontrar a explicação de que a ideologia é resultante da divisão entre o trabalho manual e o intelectual. O trabalho intelectual esteve nas mãos da classe dominante e, assim, à medida que pôde “emancipar-se” da realidade concreta em que foi produzido e se transformar em teoria pura, pôde também transformar-se em teoria geral para todas as sociedades, sem levar em conta a história de cada uma delas. Essa emancipação das ideias é muito bem exemplificada por Marx. Ele se refere a um indivíduo que afirmava que os homens só se afogavam porque estavam possuídos pela *ideia da gravidade*. Se abandonassem essa ideia estariam livres de qualquer afogamento. Marx não diz se esse homem foi bem sucedido na luta contra a ilusão de gravidade nem se tentou testar sua teoria.

Émile Durkheim, ao discutir a questão da objetividade científica em seu livro *As regras do método sociológico* (1895), afirma que, para ser o mais preciso possível, o cientista deve deixar de lado todas as *pré-noções*, as noções vulgares, as ideias antigas e pré-científicas e as ideias subjetivas. São essas ideias que eles entendem por ideologia, ou seja, o contrário de ciência.

Karl Mannheim (1893-1947) talvez seja o sociólogo depois de Marx que mais tenha influenciado a discussão sobre ideologia. No livro *Ideologia e Utopia* (1929), ele conceitua as formas de ideologia: a particular e a total. A particular corresponde à ocultação da realidade, incluindo mentiras conscientes, que provocam enganos ou mesmo autoenganos. A ideologia total é a visão de mundo (cosmovisão) de uma classe social ou de uma época. Nesse caso, não há

(TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2010.)

II – O método para abordagem do texto pode ser feita de formas variadas – cópia do texto depois explicação; explicação concomitante à cópia parágrafo por parágrafo; com ou sem slide; etc – a depender das possibilidades de cada escola e de cada turma. Nela, o professor explicará as diferentes conceituações de ideologia dos autores apontados no texto, evidenciando que este não é um conceito único, mas que há várias concepções de ideologia.

III – Apresentar que os autores expressam duas concepções diferenciadas (neutra e crítica) do conceito de ideologia, compostas pelas seguintes características:

Concepções (que se pretendem) neutras	Concepções críticas
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Ciência</u> que estuda a <u>formação</u> e a <u>origem</u> das <u>ideias</u>. • Conjunto de ideias, crenças e doutrinas próprias de uma sociedade, de uma época ou de uma classe. • <u>Maneira</u> de <u>pensar inerente</u> a um <u>indivíduo</u> ou a um <u>grupo</u> de indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crença <u>falsa</u> ou falsa <u>consciência</u> das <u>relações de domínio</u> entre as classes, <u>resultante</u> da <u>distorção</u> ou <u>inversão proposital</u> da <u>realidade</u>. • <u>Maneiras</u> como o <u>sentido serve</u> para <u>estabelecer</u> e <u>sustentar</u> <u>relações de dominação</u>.

IV – Solicite aos alunos que relacionem (de forma oral) as características elencadas na tabela acima aos autores apresentados no texto. Isto é, indiquem quais são os autores do texto que conceituam concepções que se pretendem neutras de ideologia e quais são os autores que conceituam concepções críticas.

Destaque: Sobre a utilização do termo por Napoleão, indicar que esta não constitui nenhuma das concepções apresentadas, já que esta não resulta de métodos de análise das relações sociais. Embora Marx tenha retomado o sentido de “ideia falsa” ou “ilusão” presente no discurso de Napoleão, ele o fez sob o método de análise do materialismo histórico dialético. Napoleão, por sua vez, utilizou o termo como forma de deslegitimar seus adversários políticos, germinando o sentido pejorativo do termo que tanto se manifesta nos discursos produzidos pelo senso comum.

V – Solicitar que os alunos interpretem e respondam as questões abaixo.

1. (UEG 2008)

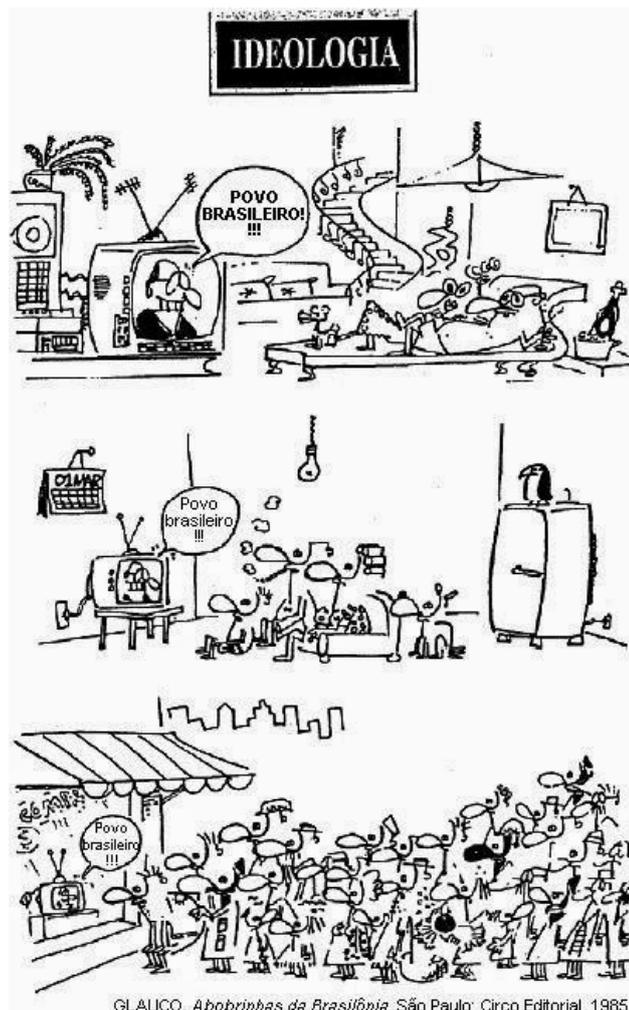
A Filosofia e a Sociologia são disciplinas que promovem uma reflexão crítica sobre os mais variados temas, particularmente o da ideologia. Partindo de uma análise crítica e utilizando o conceito de ideologia desenvolvido por Marx e outros pensadores, é correto afirmar que o cartum

a) revela que, independentemente dos indivíduos e das classes sociais, todos pertencemos ao povo brasileiro.

b) mostra que, diante da televisão, todos os brasileiros são iguais nesse momento.

c) sugere que há um crescimento quantitativo dos telespectadores com o passar do tempo.

d) mostra que o discurso sobre “povo brasileiro” é ideológico, falso, abole as divisões e desigualdades sociais.



III – Leitura e interpretação coletivas das tirinhas “*No Sequitur*” e “*Mafalda*” reproduzidas abaixo. Em seguida solicitar que a partir do texto apresentado os alunos, em duplas, debatam e respondam às questões abaixo.

1. Qual concepção ideológica representada na tirinha “*Non Sequitur*” de Wiley Miller?
2. Qual concepção ideológica empregada na tirinha “*Mafalda*” de Quino?
3. Como os sentidos apresentados nas duas tirinhas dialogam entre si?



A invenção da ideologia.

Non Sequitur é uma história em quadrinhos criada por Wiley Miller (cartunista estadunidense) em 1992 e distribuída para mais de 700 jornais. As tirinhas podem ser encontradas na internet através do site gocomics.com. Non Sequitur é uma expressão latina que significa "não se segue" e remete à falácia lógica, na qual a conclusão pode ser verdadeira ou falsa mas o argumento torna-se falacioso porque não há conexão entre a premissa inicial e a conclusão. A temática dos quadrinhos varia entre a política e a sátira. (Fonte da imagem: <<http://cadernosociologia.blogspot.com/2009/08/invencao-daideologia.html>>)

Mafalda é uma personagem de histórias em quadrinhos escrita e traduzida em imagens pelo cartunista argentino Joaquín Salvador Lavado, mais conhecido como Quino. Ela animou as tiras cultuadas por fãs em todo o Planeta de 1964 a 1973. Esta personagem, que logo se tornou célebre entre os leitores de suas histórias, é uma garota constantemente inquieta com a trajetória do ser humano e a paz no mundo. Retirado de <https://www.infoescola.com/biografias/mafalda/>.



(<http://capbunifesp.wordpress.com/charges-e-tirinhas/>)

VII – Realizar correção da questão no caderno individual e em lousa.

AULA 3: Ideologia e trabalho

Atividade Atividade dialogada e resolução de situação problema.

Necessidade Apropriação dos conceitos de infraestrutura, superestrutura e alienação.

Motivo	Compreensão da ideologia como falsa consciência que oculta as contradições sociais resultante das relações com bases na exploração do trabalho.
Ações	- Apresentar o conceito de ideologia na teoria de Marx. - Apresentar as condições de trabalho na sociedade capitalista neoliberal.
Operações	- Exibição e análise coletiva do documentário “Vidas entregues”; - Resolução individual e coletiva de questões sobre documentário abordado;

I – Iniciar o tema da aula retomando as concepções do conceito de ideologia, trabalhado na aula anterior. Apresentar que, de modo geral, os autores das concepções neutras compreendem ideologia como uma investigação social do mundo das ideias ou como um conjunto de ideias de um indivíduo ou grupo que constitui mais um aspecto da vida social, sem maior problematização. Marx, no entanto, rompe com esta concepção de ideologia.

II – Iniciar exposição do conteúdo a partir do texto abaixo

O conceito de ideologia como falsa consciência

O estudo das ideias produzidas em uma sociedade aparece nos escritos de Marx como uma problematização da noção de consciência. Os filósofos alemães de meados do século XIX explicavam o processo histórico como o desenvolvimento da consciência coletiva, isto é, diziam que a realidade material refletia o constante aperfeiçoamento e evolução da consciência e da razão humana (realidade imaterial). Ao contrário deles, Marx procurou demonstrar que ideias, representações da realidade, pensamentos e conceitos não são frutos espontâneos da consciência humana, mas reflexos ideológicos das relações sociais (dadas pelas relações de produção dos bens materiais) concretas entre seres humanos.

Sob este ponto de vista, só é possível entender as ideias dominantes em cada período histórico com a análise das relações concretas entre os indivíduos, como as relações de poder e dominação entre senhores e escravos, reis e súditos, patrões e empregados. O materialismo histórico de Marx, como um método de investigação da realidade social, pressupõe que para pensar a sociedade e suas transformações ao longo da história é preciso compreender como os indivíduos organizam a produção dos bens materiais necessários à satisfação de suas necessidades e como criam, assim, seus meios de sobrevivência.

Somente compreendendo essa organização da produção, chamada por Marx de infraestrutura econômica, seria possível analisar os elementos construídos com base nela, a superestrutura. Se a infraestrutura é a base material ou econômica da sociedade, a superestrutura seria formada de ideias, moral, religião, leis e organização política, que se manifestam como reflexo ou eco da vida material das pessoas. Quando a ideologia é compreendida como uma superestrutura construída com base na

estrutura econômica, deixa de fazer sentido como elemento isolado. Assim, na análise de Marx, os períodos sócio-históricos devem ser explicados como totalidades constituídas pela economia, pelas ideias em torno da religião e pelas leis e organização do Estado.

Na Europa do sec. XIX, por exemplo, os burgueses derrotaram os reis absolutistas quando o modo de produção capitalista superou o modo de produção feudal. Para justificar essa transição econômica no plano das ideias e das leis, o protestantismo passou a aceitar a propriedade privada e a exploração da terra, assim como atividades financeiras que rendiam juros (diferentemente do catolicismo, que condenava o acúmulo de bens, caracterizado como o pecado da avareza). Da mesma forma que a religião predominante sofreu modificações, o Estado absolutista foi substituído pelo Estado Liberal. Assim, as novas leis legitimaram a propriedade privada e atribuíram à polícia a função de protegê-la e de reprimir possíveis revoltas daqueles que nada tinham. Logo, as ideias dominantes em cada período histórico refletem, legitimam e reafirmam o poder da classe social que domina a esfera da produção material, pois é essa classe que controla tanto os meios de produção material, por ser dona das terras, das fábricas, etc., quanto aos meios de produção imateriais (princípios éticos, culturais, legais e religiosos).

Como se explica essa situação? A classe que domina economicamente é também a que atua como produtora de ideias, controlando os meios de comunicação, o sistema educacional e as instituições religiosas, produzindo e fazendo circular entre os indivíduos de todas as classes as representações sobre a realidade que correspondem aos interesses da classe dominante. Assim, o conceito de ideologia assume, na teoria de Marx, uma conotação diferente daquela presente no senso comum [...]. A ideologia deixa de ser apenas um conjunto de ideias e pensamentos que coexistem na sociedade e passa a ser vista como ideias que servem para assegurar o domínio de uma classe social. Assim, a ideologia não pode ser compreendida de forma isolada, pois é a superestrutura resultante da infraestrutura econômica.

Por meio da ideologia, os interesses da classe dominante se transformam nos interesses de toda a coletividade e constituem a ideologia de uma época. Foi assim que, com o triunfo do liberalismo econômico no final do século XIX, defendeu-se a bandeira da liberdade, mesmo que tal liberdade seja desfrutada apenas por uma pequena parcela da população, aqueles que não são submetidos à exploração.

(Vários autores. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 1ª ed., 2013, p.67-68.)

III – Explicar o conceito de ideologia como falsa consciência elaborada por Marx que, a partir do materialismo histórico dialético, relacionou “o mundo das ideias”, ou seja, da formação do pensamento, às relações sociais reais de existência historicamente estabelecidas, possibilitando análises dos elementos ideológicos de manutenção da sociedade capitalista. Explorar os conceitos de infraestrutura, superestrutura e alienação do trabalho.

IV – Solicite que os estudantes observem e interpretem a charge de Bob Thaves. Em seguida respondam, no caderno, como o sentido de ideologia de Marx está expresso na obra.



V – Correção em lousa.

VI – Exibição do documentário “*Vidas Entregues*”, de Renato Prata Biar.

Vidas Entregues

Vidas Entregues, realizado em 2019, é um documentário curta-metragem* com duração de 20 minutos escrito e dirigido por Renato Prata Biar e produzido pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro. O filme está centrado na dura rotina dos entregadores de comida de aplicativos - iFood, Rappi, Uber - que trabalham de bicicleta por sua própria conta e risco. É uma resposta ao discurso falsamente otimista do governo federal e do mercado de trabalho que elegeram rapazes e moças sem emprego fixo e decente, os quais muitas vezes precisam parar de estudar, como indivíduos *empreendedores*. Uma multidão de jovens desempregados que não para de crescer. Nesse grupo que aumenta sem cessar, uma personagem mãe de dois filhos entrevistada no filme de Biar resume o motivo de ter ingressado no time de ciclistas entregadores. "Empreendedora não; eu me considero desesperada." (Texto publicado no jornal online “Carta Maior” em 24/01/2020)

Documentário disponível no youtube em: <https://youtu.be/cT5iAJZ853c>

IV – Análise coletiva do documentário por meio de debate em sala de aula. A mediação do professor deverá possibilitar que os estudantes relacionem o conceito de ideologia elaborado por Marx ao contexto das relações de trabalho apresentadas na obra. Antes de iniciar o debate o professor solicitará aos estudantes que copiem, em folha a ser entregue, as perguntas abaixo, que também serão feitas durante o debate. Ao fim da atividade os alunos deverão entregar as perguntas respondidas.

1. Relacione as passagens do documentário que mais lhe chamaram atenção ao conceito de ideologia elaborado por Karl Marx.
2. A partir do documentário e do processo de alienação do trabalho apresentado por Marx na caracterização da ideologia, aponte como a ideia de empreendedorismo estabelece relações de trabalho na sociedade capitalista neoliberal.

AULA 4: Ideologia e Cotidiano: O modo de vida Capitalista

Atividade	Atividade dialogada.
Necessidade	Apropriação do conceito de violência simbólica.
Motivo	Compreender as manifestações da ideologia capitalista nas relações cotidianas.
Ações	- Apresentar o conceito de ideologia na teoria de Marx. - Apresentar as condições de trabalho na sociedade capitalista neoliberal.
Operações	- Exibição, análise coletiva e debate do curta metragem <i>“O dia em que Dorival encarou a guarda”</i>

I – Apresentar que Marx, ao conceituar ideologia a partir do materialismo histórico dialético, relacionou “o mundo das ideias”, da formação do pensamento, às relações sociais reais de existência historicamente estabelecidas. Assim contribuiu para a formação de outras concepções críticas acerca da ideologia. Ao abordar ideologia sob um olhar total, Marx propõe uma análise relacional dos elementos que constituem a superestrutura e a infraestrutura, evidenciando a função de estabelecer justificativas que ocultem as relações sociais a fim de manter a exploração do homem a partir do trabalho, exercendo assim a função de dominação. Desta forma, para Marx, as ideologias seriam um conjunto de representações do mundo elaborada pelas classes dominante a fim de manter e reproduzir as relações de dominação. Para analisar os processos de dominação na sociedade capitalista, contudo, outros autores investigaram o caráter de dominação da ideologia a partir de sua relação com o conceito de cultura. Desta maneira para diversos autores cultura e ideologia são conceitos que não podem ser analisados separadamente.

II – Solicitar que os alunos copiem o trecho abaixo no caderno.

Ideologia e Cotidiano

Em nosso cotidiano, ao nos relacionarmos com outras pessoas, exprimimos por meio de ações, palavras e sentimentos uma série de elementos ideológicos. Como vivemos em uma sociedade capitalista, a lógica que a estrutura a da mercadoria, permeia todas as nossas relações, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou sentimentais. Podemos dizer que há *um modo capitalista de viver*, de sentir e de pensar.

(TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2010.)

III – Apresentar aos alunos como, na sociedade capitalista, a manifestação da ideologia se estabelece e partir da visão das classes dominantes sobre a realidade social e busca consolidar um discurso generalizante que oculta as contradições sociais existentes e silencia – por meio da criminalização e da repressão – discursos contrários a sua ideologia. Este discurso desconsidera o contexto histórico e coloca como naturais categorias genéricas, como família e juventude, por exemplo, reduzindo todos os tipos de família e de *condições juvenis* à um único modelo “ideal”, hierarquizando àquelas que não estão representadas neste ideal. Dialogar com os alunos sobre os diferentes tipos de famílias e de condições e culturas juvenis.

IV – O discurso ideológico na sociedade capitalista busca ainda omitir os conflitos e contradições existentes na realidade social. Negar a existência e, conseqüentemente as causas de inúmeras desigualdades sociais, serve para legitimar a ideia do capitalismo como modelo natural de organização social, legitimando a noção de que “sempre foi assim e não tem como mudar”. A ideia de nação, por exemplo, estabelece como natural a determinação de fronteiras nos territórios além de homogenizar as condições sociais a ideia de nação atua como unidade que aglutina os interesses de todos independente das diferenças sociais, regionais, culturais, políticas e econômicas. No nosso dia a dia a ideologia também nos influencia em ações que, embora a um primeiro momento pareçam mais sutis, se revelam como algo fundamental para a sustentação da economia capitalista. O casamento monogâmico, por exemplo, baseado no “amor romântico” determina o que devemos sentir, como devemos sentir e como devemos agir diante das problemáticas amorosas, além de ser pilar fundamental da família nuclear burguesa.

V – Utilizar o trecho abaixo para apresentar a análise de Bourdieu

Violência Simbólica

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês que elaborou o conceito de violência simbólica para identificar formas culturais de imposição da ideologia dominante. Segundo Bourdieu a violência simbólica constitui um tipo de pensamento, mas também práticas sociais que atuam de forma estável e tradicional e faz com que aceitemos como normal um conjunto de regras sem que estas precisem ser ditas ou escritas. A violência simbólica naturaliza, isto é faz com que entendamos como natural, as relações sociais que são históricas o que, para Bourdieu, resulta na naturalização da história o que faz com que os fatos sociais, sem entrar no mérito se são bons ou ruins, sejam entendidos como verdade, já que “sempre foi assim”.

VI – A seguir, apontar que a análise de Bourdieu sobre ideologia e violência simbólica nos possibilita analisar a manifestação da ideologia capitalista em diversos aspectos do nosso cotidiano, influenciando nossas ações em diversas situações enfrentadas no dia a dia. Para exemplificar, será realizada exibição do filme de curta-metragem “*O dia em que Dorival encarou a guarda*”, de Jorge Furtado e José Pedro Goulart.

O dia em que Dorival encarou a guarda

É uma produção brasileira de 1986 que consiste na adaptação do oitavo episódio do livro “*O Amor de Pedro por João*”, de Tabajara Ruas. O roteiro se passa em uma prisão militar e retrata o conflito entre o detento Dorival, que tenta convencer os militares que compõem a guarda do quartel a permitirem que ele tome um banho, e a negativa dos mesmos sob o argumento de que “ordens são ordens” ainda que eles não saibam justificar a Dorival quem deu esta ordem e o porquê dela ter sido dada. Dorival, que sabe de onde a ordem partiu, decide então enfrentá-los e acaba por ser espancado. Diante de tanto sague, os militares se veem obrigados a levá-lo ao chuveiro para lavar-se. Duração de 14 min. e 42 seg.

Disponível no youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=0xm45bCQXkg>

VII – Através do conceito de violência simbólica e de ideologia já trabalhados, realizar debate para abordar os conflitos apresentados no vídeo. Por meio da pergunta “Como a violência simbólica se manifesta na situação enfrentada por Dorival?”, evidenciar a relação entre a negativa da guarda diante do pedido de Dorival de tomar um banho e a justificativa apresentada por eles, embora não houvesse nenhuma ordem escrita. O objetivo é possibilitar aos educandos visualizarem como a ideologia se manifesta até mesmo em situações simples do nosso dia a dia, como a situação enfrentada por Dorival

diante da necessidade de tomar um banho. Por meio do cenário do curta (prisão) apontar o caráter ideológico das instituições.

AULA 5: Dominação e controle: Ideologia e Indústria Cultural

Atividade	Atividade dialogada e resolução de situação problema.
Necessidade	Apropriação do conceito de indústria cultural.
Motivo	Compreensão da ideologia como instrumento de dominação e controle.
Ações	- Apresentar o conceito de ideologia na teoria de Marx. - Apresentar as condições de trabalho na sociedade capitalista neoliberal.
Operações	- Exibição e análise coletiva do documentário “Vidas entregues”; - Debate acerca do documentário abordado; - Resolução individual e coletiva de situações problemas por meio de exercícios.

I – Apresentar aos alunos as bases ideológicas de sustentação do capitalismo por meio da explicação dos conceitos que aparecem no texto abaixo.

Liberdade... para o individualismo

O sistema capitalista tem por base a ideologia liberal, na qual o individualismo teve um importante papel na fundamentação do homem enquanto sujeito de sua própria história, o que possibilitou romper com a ordem social organizada a partir dos preceitos da Igreja Católica. Na modernidade o individualismo aparece como categoria na qual o indivíduo nega a sua condição de ser social. Por meio da individuação passa a ver problemas coletivos como individuais, estabelecendo assim modos individuais de resolvê-los, o que leva à indiferença com problemas sociais que não lhe toquem diretamente. Suas ações são planejadas a partir do grau de utilidade que estas terão para sua vida, atuando a partir de uma lógica utilitarista.

Igualdade... pelo consumo

De acordo com a ideologia liberal todos os homens são iguais. A divisão da sociedade em classes, no entanto, gera relações sociais desiguais das mais variadas formas. Alguns intelectuais classificam a modernidade como “sociedade do consumo” uma vez que as relações sociais entre os indivíduos passam a ser mediadas pelo fetiche da mercadoria não somente como uma questão de status, uma vez que o acesso ao consumo que estes indivíduos possuem estabelecem noções identidade e cidadania. O consumismo faz com que o “ter” seja mais importante do que “ser”.

Fraternidade... na competição.

A ideia de igualdade sustenta também a lógica competitiva do sistema capitalista. Ao falar que todos são iguais infere-se que todos estejam na mesma posição de igualdade na luta pela sobrevivência e reprodução de sua prole. Deste modo aqueles que mais *fizerem por merecer*, isto é trabalharem exaustivamente e forem disciplinados, terá mais resultados. A meritocracia nega todas as desigualdades sociais por meio da noção de igualdade de oportunidades.

II – Perguntar aos educandos: como a ideologia “entra na nossa cabeça”? Para responder a esta pergunta, além de Bourdieu, outros autores analisaram a relação entre cultura e ideologia e apresentar a Escola de Frankfurt.

Escola de Frankfurt

Foi uma escola de estudos filosóficos e sociológicos, fomentada pelo Instituto de Pesquisa Social, que nasceu como um projeto de intelectuais vinculados à Universidade de Frankfurt. A Teoria Crítica foi o elemento conceitual que unificou os intelectuais da Escola de Frankfurt. Dela participaram intelectuais como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Walter Benjamin e Jürgen Habermas que, baseados em uma Teoria Crítica da sociedade, reuniam elementos da análise marxista à aspectos das relações sociais que permeavam o cotidiano social europeu do século XX. Deste modo defendiam uma nova interpretação das ideias de Marx, adaptadas à realidade do século XX, caracterizado pela polarização intensa em tons das ideologias políticas.

III – Apresentação dos autores da Escola de Frankfurt por meio do texto abaixo:

Indústria Cultural e Cultura de massas

O conceito de Indústria Cultural foi um dos mais importantes produzidos pelos teóricos da Escola de Frankfurt, **Theodor Adorno e Max Horkheimer**. Segundo os pensadores, há um fenômeno cultural mundial em curso desde o início do século XX — o capitalismo industrial, que entrou em curso com a Revolução Industrial, necessitava de uma força de propaganda ideológica para ser assimilado pelas pessoas. Para que as indústrias produzam muito, é necessário que se venda muito. Para vender-se muito, as pessoas precisam comprar muito. A ideologia do **consumismo** (excesso de consumo sem necessidade) é veiculada por formas de arte também produzidas em escala industrial.

Para **Walter Benjamin**, a reprodutibilidade técnica é o meio pelo qual a produção de arte em escala industrial é possível; é a capacidade de reprodução em massa de uma música, que pode ser gravada e reproduzida infinitas vezes, ou de uma imagem, que pode ser captada por fotografia ou

filmagem e também reproduzida. Para Benjamin, esse fenômeno retira da arte a sua autenticidade, que ele chamou de “aura”.

Para Adorno e Horkheimer, o capitalismo não só utilizou a Indústria Cultural para criar um movimento de **consumismo**, como utilizou a própria arte como forma de produto para ser consumido. Dessa maneira, o cinema, a música e até as artes plásticas passaram a ter uma produção baseada em uma fórmula que agrada aos espectadores pela facilidade de assimilar-se o conteúdo da obra. O espectador médio da indústria cultural é alguém que não pretende encontrar na obra de arte nada além do entretenimento, caindo numa massificação absoluta dos produtos culturais.

(Vários autores. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 1ª ed., 2013, p.67-68.)

VI – Apresentar como os meios de comunicação atuam no cotidiano de modo a inculcar a ideologia dominante. Novelas, músicas e séries legitimam determinadas formas de relações sociais. Selecionar chamadas de notícias (antigas e recentes) e apresentá-las aos estudantes como reprodutoras da ideologia liberal (individualista, consumista e meritocrata) estas servem para fomentar as bases ideológicas do capitalismo.

AULA 6: Ideologia e política

Atividade	Atividade dialogada e resolução de situação problema.
Necessidade	Apropriação do conceito de indústria cultural.
Motivo	Compreensão da ideologia como instrumento de dominação e controle.
Ações	- Apresentar o conceito de ideologia na teoria de Marx. - Apresentar as condições de trabalho na sociedade capitalista neoliberal. - Exibição e análise coletiva do documentário “Vidas entregues”;
Operações	- Debate acerca do documentário abordado; - Resolução individual e coletiva de situações problemas por meio de exercícios.

I – Apresentar a análise da relação entre cultura e ideologia a partir do conceito de **hegemonia**.

Ideologia como visão de mundo

Para Marx, as ideologias seriam representações do mundo, elaboradas pelas classes dominantes, que visam à manutenção e à reprodução das relações de dominação. Outros teóricos abordam a questão da ideologia de forma diferente. O filósofo político

Antonio Gramsci, afirma que as classes dominadas também possuem sua própria ideologia, já que ideologia seria sinônimo de visão de mundo de um grupo ou classe social.

Antonio Gramsci foi um intelectual de grande importância no pensamento marxista. Ele se dedicou a estudar o processo de luta de classes com base nos fenômenos da superestrutura, isto é, dos princípios morais e da organização do Estado. Diferentemente de Marx que aprofundou seus estudos no campo da economia para desenvolver sua crítica ao modo de produção capitalista, Gramsci privilegiou o estudo da cultura como campo estratégico de luta.

Na visão de Gramsci, ideologias são concepções de mundo, formas culturais compartilhadas por grupos sociais que atribuem sentido às suas experiências de vida. Nessa concepção, os trabalhadores não são apenas submetidos a uma ideologia dominante que os torna conformados a sua condição de dominados, como pensou Marx.

Para ele, o processo de dominação se dá nas relações culturais, pois se disputa a influência preponderante exercida por um grupo ou classe social sobre os outros, e não apenas nas econômicas. Como nesse processo a dominação não é imposta pela força das armas, mas pela capacidade de convencimento, existiria uma disputa por **hegemonia**, em que a massa dos homens oprimidos não é mera reprodutora dos valores dominantes, mas desenvolve sua própria ideologia com a ajuda de intelectuais, possibilitando uma visão de mundo mais humanitária e homogênea.

Gramsci desenvolveu uma importante reflexão acerca do papel dos intelectuais na sociedade. Acreditava que todas as pessoas elaboram uma visão de mundo, mesmo que de forma fragmentada e contraditória, fundamentada no senso comum, o qual não é visto como um conhecimento inferior, mas como a base a partir da qual todo conhecimento se desenvolve. Gramsci afirmou que todos são filósofos, uma vez que por meio da religião popular, do folclore e da própria linguagem, alguma visão de mundo é construída, mesmo que de forma espontânea ou até inconsciente. A questão que se coloca para Gramsci é a necessidade de tornar coerente essa visão de mundo, para que possa se tornar um processo de transformação social.

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo e político italiano. Membro do Partido Comunista da Itália defendia que a tomada de poder deveria ser precedida por uma mudança de mentalidade, atribuindo assim um grande papel aos intelectuais,

responsáveis pela organização da cultura e pela reorganização dos processos educacionais na construção do processo de transformação social.

(Vários autores. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 1ª ed., 2013, p.69-70.)

II – Explicar o conceito de hegemonia e apresentar que a partir deste conceito Gramsci evidencia o caráter de disputa política da ideologia. O autor positiva seu sentido ao trazer que não somente as classes dominantes possuem ideologia, mas também as classes dominadas. Dar exemplos de elementos da cultura popular apropriadas pelo capitalismo.

III – Apresentar aos estudantes o desenvolvimento histórico da indústria cultural. Do rádio à era das fake news, os meios de comunicação tem atuado como instrumentos de imposição e manutenção de regimes políticos, sejam estes totalitários ou liberais.

VI – Representar os significados de ideologia em seu sentido amplo e restrito.

VII – Finalizar com a repetição da pergunta inicial desta sequência didática (*O que é ideologia?*), registrada na primeira aula, e comparar a resposta final dos estudantes com a primeira resposta dada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação apresentada tratou do fortalecimento do discurso antidoutrinação como elemento ideológico que contribuiu para a ampliação do programa liberal conservador no Brasil. Teve por objetivo principal analisar os desdobramentos da difusão do ideário antidoutrinação sobre a educação em geral, e o ensino de sociologia, em particular.

Destacou a atuação política do Movimento Escola sem Partido como fenômeno que, de 2004 a 2020 tem redimensionado o discurso antidoutrinação na sociedade brasileira, a pesquisa propõe analisar possíveis contribuições do ensino de sociologia com vistas à promoção de uma “reestruturação escolar no caminho inverso ao ideário defendido pelo discurso do Escola sem Partido”.

A metodologia de pesquisa baseada no uso das mídias digitais, amparou a caracterização do Movimento Escola sem Partido como um think tank educacional de direita, o que permitiu analisar – no primeiro capítulo – a atuação, alianças e objetivos políticos realizada pelo Movimento e pelo Programa Escola sem Partido. Os resultados obtidos nesta primeira parte, evidenciaram a atuação do MESP através das redes sociais, caracterizado pelo uso do blog do Movimento e de páginas e perfis nas redes sociais.

Ainda no capítulo primeiro, quando da investigação do sentido de doutrinação apresentados nos conteúdos do blog do MESP, foi possível evidenciar a utilização de temas referentes a acontecimentos históricos da realidade social e metodologias de ensino críticas, como métodos de ensino que são acusados, pelo grupo do MESP, de doutrinação. Ao analisar os objetivos, táticas e estratégias do movimento, foi possível identificar o papel da imprensa para o processo de naturalização do ideário antidoutrinação no imaginário social brasileiro.

A investigação acerca das articulações realizadas entre líderes e defensores do MESP, bem como dos projetos que constituem o PESP, permitiu evidenciá-los como duas vertentes de um mesmo discurso que objetivaram seu fortalecimento a partir de duas táticas principais. A primeira, empregada pelo MESP, baseou-se na difusão do ideário antidoutrinação e na formação de opinião pública acerca deste. A segunda por sua vez, empregada pelo PESP, apresentou-se como tentativa de judicialização das relações escolares a partir das instauração de projetos de lei que garantissem a proibição a temas e conteúdos que estão presente no ensino de sociologia.

Ainda no primeiro capítulo, foi possível investigar as alianças políticas realizadas em torno da aprovação dos projetos do PESP como elemento que, a partir da adoção do termo “Ideologia de Gênero, promoveu sua articulação junto a parlamentares conservadores e religiosos. Observou-se ainda como, a realização destas alianças possibilitou a passagem, do discurso antidoutrinação, de uma condição de oposição política para o de posição de governo.

O segundo capítulo, por sua vez, apresentou o discurso antidoutrinação como ideia que foi amplamente difundida no processo de conformação do contrapúblico ultraliberal no país. Todavia, investigou a adoção do termo doutrinação pelo Movimento Escola sem Partido como ferramenta discursiva que, sob análise, se apresenta como dissimulação dos conflitos sociais no campo educacional que intenta legitimar a implantação de um processo de escolarização baseado na separação entre educação e ensino.

Observou-se ainda que o discurso antidoutrinação, estabelecido a partir do contexto de Guerra Fria, é acionado como acusação que deslegitima os saberes escolares científicos. Baseado na teoria do totalitarismo, percebeu-se que o sentido de doutrinação empregado pelo MESP advém do posicionamento político que passou a ser hegemônico a partir do contexto pós segunda mundial.

Analisou ainda o livro “Professor não é Educador”, de Armino Moreira, no qual foi possível identificar o caráter moralizante e disciplinar do discurso antidoutrinação na educação, que corrobora com a perspectiva organicista durkheimiana na qual a “Educação Moral” apresenta-se como cerne do processo de moralização infantil laica. Moralização esta que requer um aluno obediente e disciplinado e, portanto, carente de infância.

O segundo capítulo apresentou ainda como o processo de rearticulação das direitas no cenário político brasileiro foi possível mediante um processo de conformação de um contrapúblico ultraliberal no país que, através do uso das mídias digitais, tem influenciado a conjuntura política nacional.

Esse processo de difusão do ideário antidoutrinação tem forjado grupos anti-intelectuais que endossam a “Lei da Mordaza” como forma de repressão a outros projetos educacionais através da recusa das condições e culturas juvenis inseridas na escola e da promoção à repressão aos sujeitos sociais que se colocam contra o projeto neoliberal para a educação.

Deste modo, foi possível demonstrar o uso da acusação de doutrinação como um discurso antidoutrinação, acionado a partir de perspectivas sociológicas funcionalistas que objetivam a desqualificação de métodos e conteúdos pedagógicos que desnaturalizem o liberalismo como ideologia neutra, evidenciando suas implicações no contexto neoliberal.

Ainda e não menos importante, foi possível visualizar que, apesar de os projetos de lei referentes ao PESP não terem sido aprovados, a coerção e perseguição proposta por eles é já um fato real no contexto socioeducacional brasileiro. Além dos diversos casos de professores perseguidos, há já uma “autocensura” por parte dos professores, pois estes tem receio de abordar temas e conteúdos próprios de suas disciplinas escolares.

Portanto, é imprescindível a realização de estudos acerca das influências deste ideário antidoutrinação sobre a educação, uma vez que este incide cada vez mais sobre o atual contexto educacional. É importante ainda pensar formas de combate à emergência deste ideário. Neste sentido, foi proposta na dissertação exposta, a realização de uma sequência didática voltada à desnaturalização do uso do conceito de ideologia como sinônimo de doutrinação.

É claro que a realização desta sequência didática somente, não é ação suficiente para conter o avanço do discurso antidoutrinação e suas implicações sobre o ensino. Contudo, torna-se uma ferramenta importante quando os professores tem seus conteúdos científicos questionados a partir deste discurso. Além do mais, é necessário compreendermos como o conceito de ideologia tem sido trabalhado nas escolas. É, portanto, um primeiro passo no sentido de atribuir significados científicos e não corroborar com perspectivas senso comum, naturalizantes da dissimulação dos conflitos socioeducacionais.

5. FONTES DOCUMENTAIS

- Documentos Jurídicos e Institucionais

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 de jun.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e atualizações – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Ciências humanas e suas tecnologias **In: Orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em 15 de ago.

BRASIL, **Lei nº 11.684 que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio, sancionada em 02 de junho de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm#:~:text=36%20da%20Lei%20no,nos%20curr%C3%ADculos%20do%20ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em 23 de jun. de 2020.

BRASIL, Ministério Público Federal. **Nota Técnica 01/2016 da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**. Temas: Educação. Educação e Direitos Humanos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ementa: Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido (ESP) e análise e manifestação sobre a Proposição Legislativa 867/2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>. Acesso em 18 de jul. de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=286B1B87D7AF413244ADA930E17D364D.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulsos+-PL+867/2015. Acesso em 05 de ago. de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Nº 1859, de 2015**. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F9DC193914263A3CC3D30975C72591EB.proposicoesWeb1?codteor=1359704&filename=Avulsos+-PL+1859/2015. Acesso em 05 de ago. de 2020.

MUDE O NOME DA SUA ESCOLA. **O retrocesso na educação: como a ditadura interferiu na educação brasileira/os prejuízos.** Disponível em: <https://ditaduranuncamais.cnte.org.br/o-retrocesso-na-educacao/>. Acesso em 18 de abr. de 2020.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **A polêmica sobre a nova história.** 25 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-polemica-sobre-a-nova-historia/>. Acesso em 05 de mai. de 2019.

"PL que institui Escola sem Partido é inconstitucional", defende Deborah Duprat. **Ministério Público Federal.** Procuradoria Geral da República. Direitos do Cidadão. 22 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-que-institui-escola-sem-partido-e-inconstitucional-defende-pfdc>. Acesso em 14 de ago. de 2020.

SENADO FEDERAL. **Consulta Pública.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizaomateria?id=125666>. Acesso em: 18 de jul. de 2020.

- Matérias jornalísticas em mídias digitais

AZEVEDO, Reinaldo. Cuidem de suas crianças: os molestadores ideológicos vem aí. **Blog da Veja.** 03 de jun. de 2008. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/cuidem-de-suas-criancas-os-molestadores-ideologicos-vem-ai/>. Acesso em 22 de mar. de 2019.

BASILIO, Ana Luiza. Escola sem Partido intimida e persegue professores. Carta Capital. 2 de ago. de 2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/>. Acesso em 11 de ago. de 2019.

BATISTA, Filipi. “Clima de guerra”: o que dizem professores acusados de doutrinação e o fim do Escola sem Partido. Humanista: Jornalismo e Direitos Humanos. 1 de ago. de 2019. Disponível em <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/08/01/clima-de-guerra-o-que-dizem-professores-acusados-de-doutracao-e-o-fim-do-escola-sem-partido/>. Acesso em 11 de ago. de 2019..

BEDOYA, Carlos. ¿Quién son #Con mis hijos no te metas? **América Latina en movimiento.** Perú, 11 de jan. de 2017. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/182778>. Acesso em 22 de jun. de 2020.

BETIM, Felipe. Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula. **El país.** 19 de mai. de 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html. Acesso em 10 de ago. de 2019.

BEZERRA, Lucila. Professores são alvos preferenciais da censura do governo Bolsonaro. **Brasil de Fato.** Política. Recife, PE. 19 de março de 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefatope.com.br/2021/03/19/professores-sao-alvos-preferenciais-da-censura-do-governo-bolsonaro>. Acesso em 25 de mar. de 2021.

CALGARO, Fernanda. Rodrigo Maia recria comissão para discutir projeto Escola sem Partido. **G1**. Brasília, 05 de dez. de 2019. Política. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/05/rodrigo-maia-recria-comissao-para-discutir-projeto-escola-sem-partido.ghtml>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

CERIONI, Clara. Menino veste azul e Menina veste rosa, diz Damares. **Exame**.

03/01/2019, às 15h 29min. Disponível em: <https://exame.com/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares-em-video/>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

COSTA, Rodolfo. Bolsonaro defende Weintraub e diz que Escola sem Partido está em operação. **Estado de Minas**. Política. 18 de dezembro de 2019. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/12/18/interna_politica,1109094/bolsonaro-defende-weintraub-e-escola-sem-partido-em-operacao.shtml. Acesso em 15 de jun. de 2021.

FIGUEIREDO, Ivanilda. Escola sem Partido e a falsa ideia de neutralidade. **Le Monde Diplomatique – Brasil**. Educação. 22 de junho de 2016. Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/escola-sem-partido-e-a-falsa-ideia-de-neutralidade/>. Acesso em 15 de nov. de 2019.

MACEDO, Roberto. Sociologia & Cia. no CNE e Cia. **O Estado de São Paulo**, 20/07/2006, Espaço Aberto, p. A2. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/321070/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

MANTEDAL, Luan. Assustado, professor demitido por exibir clipe de Criolo quer deixar cidade. **Notícias UOL**. Cotidiano. Florianópolis. 27 de agosto de 2021.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/08/27/assustado-professor-demitido-por-exibir-clipe-de-criolo-quer-deixar-cidade.htm>. Acesso em 02 de set. de 2021

NO #30M ministro abre canal de “denúncias” de professores que “coagirem” alunos a participarem de atos. **Revista Fórum**. 30 de maio de 2019. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/no-30m-ministro-abre-canal-de-denuncias-de-professores-que-coagirem-alunos-a-participarem-de-atos/>. Acesso em 14 de jun. de 2021.

NOVO projeto “Escola sem Partido” permite aos estudantes gravar docentes em sala de aula, ao passo que proíbe atividade política de “grêmios”. **Associação dos Docentes da USP (ADUSP)**. 23 de maio de 2019. Disponível em:

<https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3323-novo-projeto-escola-sem-partido-permite-aos-estudantes-gravar-docentes-em-sala-de-aula-ao-passo-que-proibe-atividade-politica-de-gremios>. Acesso em 05 de ago. de 2020, às 04h 32 min.

O GLOBO. Educação. Livro Didático reprovado pelo MEC continua sendo usado em salas de aula do Brasil. 19 de setembro de 2007. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/livro-didatico-reprovado-pelo-mec-continua-sendo-usado-em-salas-de-aula-do-brasil-4153370>. Acesso em 05 de mai. de 2019.

OLIVEIRA, Marina. Governo censura professores que criticaram Bolsonaro.

Congresso em Foco. 03 de março de 2021. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/justica/governo-enquadra-professores-que-criticaram-bolsonaro/>. Acesso em 10 de mar. de 2021.

RELATÓRIO Internacional mostra perseguição do governo Bolsonaro a professores e pesquisadores. **Carta Campinas**. 20 de setembro de 2020. Disponível em:

<https://cartacampinas.com.br/2020/09/relatorio-internacional-mostra-perseguido-do-governo-bolsonaro-a-professores-e-pesquisadores/>. Acesso em 26 de fev. de 2021.

RODRIGUES, Mateus; BOMTEMPO, Claudia. Governo federal quer lançar canal único para denúncias de ‘excessos’ em sala de aula. **O Globo**. Educação. 20 de novembro de 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/20/governo-federal-quer-lancar-canal-unico-para-denuncias-de-excessos-em-sala-de-aula.ghtml>. Acesos em 13 de jun. de 2021.

SALDAÑA, Paulo. Pauta ideológica de Bolsonaro “ideologia de gênero” sofre derrotas em STF. **Folha de S. Paulo**. Brasília, 13 de jul. de 2020. Educação. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pauta-ideologica-de-bolsonaro-ideologia-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-no-stf.shtml>. Acesso em 01 de ago. de 2020.

SEABRA, Roberto. Sem consenso, projeto Escola sem Partido será arquivado. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 11 de dezembro de 2018. Educação, Cultura e Esporte.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549616-sem-consenso-projeto-sobre-escola-sem-partido-sera-arquivado/>. Acesso em 05 de mai. de 2019.

SCHWARTSMAN, Hélio. A volta da Filosofia. **Folha Online**. 12 de junho de 2008.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u411269.shtml>. Acesso em: 22 de mar. de 2019.

TRIBOLI, Pierre. Câmara recria comissão especial para analisar Escola sem Partido.

Câmara dos Deputados. Brasília, 04 de dezembro de 2019. Educação, Cultura e Esporte. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/622186-camara-recria-comissao-especial-para-analisar-escola-sem-partido/>. Acesso em 02 de fev. de 2020.

WEBER, Demétrio. *MEC: Avaliadores não consideraram propaganda texto do PT em livro didático*. **O Globo**. 2 de out. de 2007. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-avaliadores-nao-consideraram-propaganda-texto-do-pt-em-livro-didatico-4150798>. Acesso em 05 de mai. de 2019.

WEINTRAUB chama ministros do STF de ‘vagabundos’ e defende mandá-los para a prisão. **G1**. Jornal Nacional. 22 de maio de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/22/weintraub-chama-ministros-do->

[stf-de-vagabundos-e-defende-manda-los-para-prisao.ghtml](#). Acesso em 01 de ago. de 2020.

- Vídeos (Palestras, eventos, cursos e documentários) em mídias digitais

A ESCOLA necessária. Direção: Bianca Vasconcellos. Produção: Caminhos da Reportagem. TV Brasil, 29/09/2016. Duração: 51 minutos. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/a-escola-necessaria>. Acesso em 18 de jul. de 2019.

ACABOU a Paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP. Carlos Pronzato. São Paulo: La mestiza, Audiovisual, 2016. **Youtube**. 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

IFCH – UNICAMP Aula 1 – Minicurso Introdução às pesquisas em/dos/sobre o uso de mídias digitais: Teoria, método e ética. Contextualização Histórica. **Youtube**. 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RRJmGfnKBk0>. Acesso em 27 de mai. de 2020.

IFCH – UNICAMP Aula 2 – Minicurso Introdução às pesquisas em/dos/sobre o uso de mídias digitais: Teoria, método e ética. Estratégias de Pesquisa. **Youtube**. 03 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qi53-R2NrHg&t=570s>. Acesso em 03 de jun. de 2020.

IFCH – UNICAMP Aula 3 – Minicurso Introdução às pesquisas em/dos/sobre o uso de mídias digitais: Teoria, método e ética. Ética e as pesquisas digitais. **Youtube**. 17 de junho de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CDnWA_idOFI&t=328s. Acesso em 17 de jun. de 2020.

IFCH – UNICAMP Aula 4 – Minicurso Introdução às pesquisas em/dos/sobre o uso de mídias digitais: Teoria, método e ética. Privacidade, controle, algoritmo e desigualdade. **Youtube**. 01 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ByqzXGueEtQ&t=25s>. Acesso em 01 de jul. de 2020.

- Páginas da internet

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>.

ESCOLA SEM PARTIDO. Campanha do Cartaz Antidoutrinação. 07 de jun. de 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080607152750/http://www.escolasempartido.org/index.php?id=38,1,article,2,154,sid,1,ch>. Acesso em 10 de mai. de 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Campanha do Cartaz Antidoutrinação. 18 de set. de 2009. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20090918205331/http://www.escolasempartido.org/index.php?id=38,1,article,2,229,sid,1,ch>. Acesso em 10 de mai. de 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Síndrome de Estocolmo. 02 de jul de 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120702135103/http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo>. Acesso em 11 de ago. de 2020.

ESCOLA sem Partido. Sala Debate. Rio de Janeiro: Canal Futura, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk>. Acesso em 08 de ago. de 2019.

NAGIB, Miguel. Quem Somos. **Escola sem partido**. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190925215159/http://www.escolasempartido.org:80/quem-somos>. Acesso em: 06 de jun. de 2020.

NAGIB, Miguel. Doutrinação pelo mundo. **Escola sem partido**. 23 de março de 2005. Disponível em: https://web.archive.org/web/20050323030414/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,tema,2,6,new_tema, Acesso em: 06 de jun. de 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. O Currículo de Sociologia para o Ensino Médio do Rio de Janeiro. **Simon's Site**. Rio de Janeiro. 07 de mar. de 2010. Disponível em: <https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=1587&fang=pt=br>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

WAYBACK MACHINE. Disponível em: <https://archive.org/web/>.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Ricardo. **Da educação moral e cívica ao Escola sem Partido: a ideia de família e a contenda moralizante no campo da educação**. Rio de Janeiro, 2019. 131 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.
- ALGEBAILÉ, Eveline. Escola sem Partido: O que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p 63-74.
- ALMEIDA, J. R.; CALDAS, R. R. História Pública e Educação Democrática: “Professores contra o projeto Escola Sem Partido” - Narrativas em Debate. **Revista Observatório**, v. 3, n. 2, p. 66-91, 1 abr. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3359/9605>. Acesso em 04 de ago. de 2020.
- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro, 1968, Gernasa.
- APPLE, Michael; Interromper a Direita: Realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. In: ENCONTRO INTERNACIONAL – POLÍTICAS EDUCATIVAS E CURRICULARES. 2002, Ermesinde. **Anais do I Encontro Internacional – Políticas Educativas e Curriculares**. Ermesinde: Currículo sem Fronteiras, v.2, n.1, pp.80-98.
- APPLE, Michael. Entrevista com Michael Apple. [Entrevista concedida a] Ricardo Gonçalves Severo e Rodrigo Duque Estrada. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. vol.35. 2019. 5 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100603&tlng=pt. Acesso em 15 de ago. de 2020.
- ARAÚJO, Natália Cristina Sganzzella de. **Gênero e Sociologia no ensino médio: entre ensinar e aprender**. Tese Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo, 2019.
- BARBOSA, J. R.. A 'Escola Sem Partido': grupos políticos e empresariais e o ativismo político liberal-conservador no Brasil atual.. **MOURO: REVISTA MARXISTA (IMPRESSO)**, v. Ano 8, p. 85-104, 2017.
- _____. Escola Sem Partido?: ativismo político liberal-conservador, think tanks e grupos de pressão à direita, no Brasil sob o governo Bolsonaro. In: MENDONÇA, SUELI GUADELUPE DE LIMA; Miguel, José Carlos; MILLER, Stela; Köhle, Érika Christina. (Org.). **(De)formação na escola: desvios e desafios**. 1ed., Marília: Cultura Acadêmica - Unesp, 2020, v. 1, p. 131-148. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/172. Acesso em 14 de set. de 2021.
- _____. Paradigmas nacionalistas e concepções acerca da educação no Brasil: cientificismo, nacionalismo e ciências normativas para a ordem e o progresso (Nationalist paradigms and connections about education in Brazil: scientism,

nationalism and normative sciences for order and progress). **Crítica Educativa**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 92–104, 2019. Disponível em: <https://criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/358>. Acesso em: 14 set. 2021.

BIANCHI, Álvaro. O que é um Golpe de Estado? **Junho**. 26 de março de 2016. Disponível em <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em 10 de ago. de 2020.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época ; v.56).

BOMENY, Helena. **Os intelectuais e a educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CARVALHO, Celso de Prado Ferraz de. **Negação da política e politização da educação: a prática discursiva do movimento Escola Sem Partido**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 56, n. 50, p. 65-87, out./dez. 2018.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas**. Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 54 jul.-set. 2013. p.761 – 801. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>. Acesso em 08 de ago. de 2020, às 19h 51 min.

CHEKA, M.E.P.; SCISLESKI, A.C.C. O Silêncio como discurso: o projeto de lei “Escola Sem Partido” e a invisibilidade da juventude LGBT na lógica da mordada. **Revista Ñanduty**. v. 6, n. 8, 2018, p. 91-113.

COSTA, Iná Camargo. **Dialética do Marxismo Cultural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 69 p.

COSTA, Igor Mascarenhas dos Santos. **O Discurso Bolsonarista para a Educação no Brasil**. 2020, 139 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. in: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2015.

DOCTRINAÇÃO. In: Michaelis, Dicionário Online Brasileiro de Língua Portuguesa. Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://tecnoblog.net/355283/como-fazer-citacao-de-dicionario-segundo-a-abnt/>. Acesso em 25 de jun. de 2021.

DOCTRINAÇÃO. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/doutrina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 27 de jul. de 2021.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanucci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 49-63.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**. n°.28, Curitiba July/Dec. 2006.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Sintoma Social Dominante e Moralização Infantil: Um estudo sobre a Educação Moral em Émile Durkheim**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Escuta, 1994 – (Ensaio).

FERNANDES, Florestan. **O Ensino de Sociologia na Escola Secundária Brasileira**. 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 1954, p.80-106.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: Reforma ou Revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975a.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente: classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975c.

FERNANDES, Florestan [comentários de] Julio Okumura (org)... [etal]. **A conspiração contra a escola pública**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola sem Partido”: Imposição da mordaca aos educadores. **Blog da Espaço Acadêmico**. 29 de junho de 2019. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2016/06/29/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca-aos-educadores/>. Acesso em 13 de nov. de 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, velhas ideias**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUENTES, Jorge Henrique Dias. **A precarização do trabalho docente e a disciplina de sociologia no ensino médio: um estudo no município de Ourinhos/SP**. Londrina, 2015, 149 f.

GALZERANO, L. (2016). **Grupos empresariais e educação básica: Estudo sobre a Somos Educação**. Tese de Mestrado, Unicamp, Faculdade de Educação. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/02/galzerano-l-s-disserta3a7c3a3o-versc3a3o-final.pdf>. Acesso em 05 de ago. de 2020..

GALZERANO, L.S; MINTO, L.W. **Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização**. Eccos Revista Científica, núm. 47, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 61-80. Universidade Nove de Julho. São Paulo, Brasil

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Ser professor em tempos de Escola sem Partido. **Revista Escola e Universidade: encontros entre Sociologia e Educação**. Imprensa Universitária UFC, Fortaleza, 2020. p. 176-196.

JINKINGS, Ivana et al. **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. BOITEMPO, 2016.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. *in*: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2015.

KICHILESKI, Alexandro. **Imprensa e Educação: a posição editorial dos principais jornais brasileiros a partir da proposta política do Movimento Escola sem Partido**. 2019, 149 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LACERDA, Bruna Neves. Etnografia digital e comunicação efêmera nas redes sociais. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ECULT). 15., 2019. Salvador. **Anais do XV Encontro De Estudos Multidisciplinares Em Cultura**. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111574.pdf>. Acesso em 17 de jul. de 2020.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a Universidade: O desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**. 2003, vol. 17, p.51-79.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Comum Curricular. **Educa. Soc.** [online]. 2017, vol.38, n.139, pp.507-524. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>. Acesso em 04 de ago. de 2020, às 01h 21min.

MAGALHÃES, Juliana Guidi. **Os fundamentos liberais conservadores da ideologia de gênero e do Programa “Escola sem Partido”**: a práxis educativa como alternativa no ensino de sociologia crítica. 2020., 190f., Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

MARAFON, Geovana. Recusa à judicialização ao projeto de lei “Escola Sem Partido”: análises a partir das ocupações estudantis. **Sisyphus. Journal of Education**. Volume 5, Issue 01, 2017, p.09-30.

MARTINS, Caio et al. A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária. **Marx e o marxismo**. v.2, n.3, ago/dez.2014.

MATOS, Sidney Tanaka S. **Conceitos primeiros de neoliberalismo**. Revista Mediações, v. 13, n.1-2, p. 192-213, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

MATTOS, A. et al. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola Sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p 87-104.

MENDONÇA. Sueli Guadalupe de Lima. **A crise de sentidos e significados na Escola: a contribuição do olhar sociológico**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 341-357, set.-dez. 2011.

MIGUEL, Luiz Felipe. Da “*doutrinação marxista*” à “*ideologia de gênero*”: Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em 29 de jul. de 2019.

MINTO, Lalo W. **Administração Escolar no contexto da Nova República (1984...)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.140–165, ago 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4918/art10_22e.pdf. Acesso em 12 de jun. de 2020.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo**. Instituto Ludwig Von Mises. 2ª edição. São Paulo, 2010. Ebook. Disponível em: <https://www.mises.org.br/EbookChapter.aspx?id=278>. Acesso em: 05 de abr. de 2020.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Revista Cronos**, v. 12, n. 2, 2011.

MONSORES, L.H.; AQUINO, L.M.L. Concepções de infância e a educação das crianças da classe trabalhadora: uma crítica benjaminiana ao projeto Escola Sem Partido. **Childhood & philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, set.- dez., pp. 609-624, 2018.

MOURA, Fernanda Pereira de. “**Escola sem Partido**”: **relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história**. 2016, 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. (org). **Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural**. P. 81-108, Líber Livro, Brasília, DF, 2010.

NUNES, Silvia Ávila. **Escola sem Partido sob a crítica de uma perspectiva democrática da educação**. 2018, 166. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão. 2018.

OFFERNI, Rodrigo Leonardo. **Escola sem Partido: origem e *modus operandi* de um movimento liberal-conservador e desdobramentos para os conteúdos de Sociologia e História**. 2020, 199 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara.

ORSO, Paulino Jose. Reestruturação curricular no caminho inverso ao ideário do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 133-144.

PENNA, Fernando. *O ódio aos professores*. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, p. 93-100, 2016a.

PENNA, Fernando de Araújo. *Programa “Escola sem Partido” : uma ameaça à educação conservadora*. In: GABRIEL, Carmen; MONTEIRO, Ana Maria & MARTINS, Marcus Leonardo (orgs). **Narrativas do Rio de Janeiro nas salas de aulas de história**. Mauad X, Rio de Janeiro, 2016.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). **Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p 35-48.

PEREIRA, Isabela Bruna Lemes. **As identidades de gênero e sexualidade na visão de parlamentares da Câmara Federal: uma análise do discurso a partir dos projetos Escola sem Partido**. 2017, 242 f., Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais**. 2017, 271 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. “Escola sem Partido”: A criminalização do trabalho pedagógico. **Associação Nacional de Pedagogia (ANPED)**. 03 de agosto de 2016. Disponível em: <https://anped.org.br/news/escola-sem-partido-criminalizacao-do-trabalho-pedagogico>. Acesso em 23 de nov. de 2019.

REIS, G.; CAMPOS, M.; FLORES, R.; **Currículos em tempos de Escola Sem Partido: hegemonia disfarçada de neutralidade**. Espaço do Currículo. v.9, n2, p. 200-214. Maio - Agosto de 2016.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: *think tanks* de direita na América Latina. in: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2015.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. (org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROSENO, Camila dos Passos. **Escola sem Partido: um ataque às políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil**. 2017, 90 f., Dissertação de Mestrado Profissional em Educação – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares. Universidade de Pernambuco. Petrolina. 2017.

SALLES, Diogo da Costa. **As bases do conceito de “doutrinação ideológica” do Movimento Escola sem Partido na obra de Nelson Lehman da Silva.** In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL. 29. 2017. **Anais do XXIX Simpósio De História Nacional.** Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1492718703_ARQUIVO_Artigo_a_npuh-2017.pdf. Acesso em 12 de jul. de 2019.

SCHIAVON, Caroline Rieger Masseti. **Irmãos Koch, think tank, coletivos juvenis: a atuação da rede libertariana sobre a educação.** 2020, 233 f., Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2020.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira, et al., organizadores. **Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens.** MAUAD : FAPERJ, 2000.

SILVA, Graciella Fabrício da. A lei de educação superior e os desafios da educação no Chile pós Pinochet. **Blog História da Ditadura.** 23 de fev. de 2018. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/destaque/educacao-chile-pos-pinochet/>. Acesso em 01 de jun. de 2020.

SNOOK, I. A. Doutrinação e Educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SOUZA, A, et al. **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o Discurso.** São Paulo, Ação Educativa, 2016.